

Denise Adams

**Curso Técnico em Infraestrutura Escolar:
impacto na vida profissional dos alunos**

— MESTRADO EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Denise Adams

**Curso Técnico em Infraestrutura Escolar:
impacto na vida profissional dos alunos**

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de

MESTRE

Orientação

Prof.^a Doutora Paula Cristina Romão Pereira

— MESTRADO EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dedicatória

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres trabalhadoras.

Às funcionárias das Escolas de Educação Básica que, com dedicação, limpam e humanizam os espaços escolares, alimentam, educam e contribuem para o bem-estar dos alunos.

Às concluintes do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar que, com ousadia e determinação superaram desafios, sentiram o sabor das descobertas e, através do Profucionário, qualificaram-se profissionalmente demonstrando que sempre é possível ir além.

AGRADECIMENTOS

Agradeço!

À Deus pelo dom da existência e sustento da minha caminhada.

Aos meus pais Erica e José (*in memoriam*) pela presença, embora ausentes fisicamente. Aos familiares e amigos pelo incentivo, apoio e compreensão.

À professora e orientadora Doutora Paula Cristina Romão Pereira pelo estímulo e competência na orientação desta pesquisa. Aos professores do Instituto Politécnico do Porto, pelos conhecimentos e desafios lançados. Ao Instituto Federal Farroupilha, por tornar possível este estudo.

À professora Priscyla Christine Hammerl, pelo incentivo, tempo e conhecimentos compartilhados. Ao amigo e professor Irio Luiz Conti, pela força, sinergia e experiências partilhadas.

Às amigas: Andrerika, Kauana e Cláudia, pelo apoio e colaboração. Ao colega Leônidas, pelo auxílio técnico. Aos colegas do mestrado, pela parceria e trocas constantes.

Aos funcionários (as) das escolas que participaram da pesquisa, pela solidariedade, disposição e informações compartilhadas.

A todos que fizeram parte desta trajetória e tornaram possível esta pesquisa, fica o meu agradecimento! E o reconhecimento de que a vida é um dom de Deus, uma caminhada e, cada pessoa, um presente divino!

RESUMO

Num mundo em transformação, a capacitação profissional torna-se uma exigência para os trabalhadores da educação. Se durante décadas os funcionários das escolas não tiveram acesso à formação profissional, o Programa Profuncionário, com a oferta de cursos de formação técnica, de nível médio, à distância, para os funcionários das escolas de Educação Básica surgiu como uma oportunidade de profissionalização. Esta pesquisa investigou o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, ocorrido no Campus Avançado Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, Brasil, teve na vida profissional dos alunos concluintes, funcionários das escolas. A pesquisa é um estudo de caso, que utiliza uma metodologia qualitativa e a recolha de dados foi realizada através de um inquérito por entrevista e por análise documental. Os dados foram analisados e interpretados através da técnica de análise de conteúdo organizada em categorias temáticas. Com base nas informações recolhidas verificou-se que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve um impacto efetivo na vida dos funcionários. Tendo-se verificado um crescimento humano e profissional significativo. A formação pedagógica do curso foi relevante e complementou a formação técnica. No entanto, não foi possível verificar se os funcionários desenvolveram efetivamente as competências técnicas, específicas do curso visto que nos dados recolhidos não ficou esclarecido. Sugere-se que esta questão seja avaliada em estudos posteriores. Salvo neste ponto e na questão económica, pois não obtiveram aumento salarial com a qualificação, o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, teve um impacto real na vida dos funcionários e nas escolas em que trabalham, pois, os dados recolhidos comprovam as mudanças ocorridas.

PALAVRAS-CHAVE: Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, Funcionários, Escolas de Educação Básica, Formação Profissional.

ABSTRACT

In a changing world, professional development has become necessary for educational workers. If, during decades, the school workers haven't had access to professional development, the Pro-Worker Program, with its offers of technical courses, at high-school and at distance learning level to the staff of basic education schools, has emerged as an opportunity of qualification and professionalization. This research investigated the impact made by the Technical Course in School Infrastructure had in the work life of its students, the school staff. The research presents a case study, using a qualitative methodology, and the data was collected through a survey that included interviews and documental analysis. The data was analyzed through the content analysis theory, by thematic categories technique. Based on the information collected, it was verified that the Technical Course in School Infrastructure had an effective impact in the lives of the school workers. Having been verified one human and professional growth. The pedagogical part was relevant and added to the technical qualification. However, it wasn't possible to verify if the employees effectively developed the specific technical skills from the course; given that it was not clarified in the collected data. It is suggested that these issues are to be addressed in posterior studies. Except by this issue and also the economic point, because the participants haven't obtained any wage increase with the education qualification, the Technical Course in School Infrastructure had a real impact in the lives of its participants and in the schools they work in, because the collected data prove the occurred changes.

KEYWORDS: Technical Course in School Infrastructure, Workers, Basic Education Schools, Professional Qualification.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xi
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE FIGURAS	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	5
1.1. Rede Federal de Educação: do início aos dias atuais	6
1.2. Profuncionário: a conquista de um sonho	15
1.3. Características do Programa Profuncionário	23
1.4. O Curso Técnico em Infraestrutura Escolar	32
1.5. Os funcionários das escolas de educação básica	38
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	43
2.1. Problema e Objetivos	44
2.1.1. Problema e sua justificação	44
2.1.2. Objetivos	46
2.2. Metodologia	47
2.2.1. Pesquisa qualitativa	48
2.2.2. Estudo de caso	50
2.3. Local de estudo e participantes	51
2.3.1. Local de estudo	51
2.3.2. Participantes	53
2.4. Técnicas de recolha de dados	56
2.5. Técnicas de tratamento de dados	61

2.6. Confiabilidade e validade	62
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65
3.1. Memorial Reflexivo	68
3.1.1. Trabalhadores procurando qualificação profissional	69
3.1.2. Trabalhadores em processo de transformação	73
3.2. Prática Profissional Supervisionada	76
3.2.1. Preservação do meio ambiente	78
3.2.2. Alimentação saudável	80
3.2.3. Prevenção e cuidado com o corpo	82
3.2.4. Datas comemorativas	84
3.3. Entrevista Semiestruturada	86
3.3.1. Funcionários que retomam os estudos	87
3.3.2. Funcionários que frequentam o curso	90
3.3.3. Funcionários tornam-se Técnicos em Infraestrutura Escolar	97
3.4. Triangulação dos Dados	101
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXOS	125
APÊNDICES	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
AVA	Ambiente virtual de Aprendizagem
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológicas
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CONEP	Comitê Nacional de Ética em Pesquisa
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
IFNR	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PPS	Prática Profissional Supervisionada
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PROFUNCIONÁRIO	Programa de Formação inicial em serviço dos profissionais da Educação Básica dos Sistemas Públicos
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
SETEC	Secretaria de Educação Profissional Tecnológica
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
UNB	Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro geral dos módulos de estudo	28
Quadro 2 – Currículo para formação do Técnico em Infraestrutura Escolar .	36
Quadro 3 – Quadro representativo da População da Pesquisa	54
Quadro 4 – Amostra efetiva da pesquisa	66
Quadro 5 – Categorias temáticas do Memorial Reflexivo	68
Quadro 6 – Categorias temáticas – Prática Profissional Supervisionada - PPS	77
Quadro 7 – Projetos e ações desenvolvidas em torno do tema: preservação do meio ambiente	79
Quadro 8 – Projetos e ações desenvolvidas em torno do tema: Alimentação saudável	81
Quadro 9 – Projetos e ações desenvolvidas em torno do tema: prevenção e cuidado do corpo.....	83
Quadro 10 – Projetos e ações em torno do tema: datas comemorativas	85
Quadro 11 – Categorias de análise temática das entrevistas	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cruzamento dos núcleos de formação	28
Figura 2 – Universo da Pesquisa	53

INTRODUÇÃO

Quem de nós, ao recordar os primeiros anos de escola, não lembra daquelas senhoras que varriam os corredores, limpavam a sala de aula, ou das cozinheiras que serviam o lanche na hora do intervalo? Por vezes sérias, mas, geralmente, sorridentes, cumprimentavam os alunos e até os chamavam pelo nome. Sim! Estas pessoas trabalhadoras, dedicadas, atenciosas, denominadas de funcionárias das escolas, que tiveram a oportunidade de se qualificar através de curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profuncionário, são o tema desta dissertação.

Os funcionários estiveram presentes nas escolas brasileiras desde os primórdios do Brasil Colônia. Conforme Monlevade (2009) a presença deles remonta as primeiras escolas jesuíticas do Brasil, onde havia os padres que exerciam as funções educativas e os coadjutores que trabalhavam como serviçais. Realidade que perpassou a história da educação no Brasil e, por séculos, estes trabalhadores conviveram com baixa remuneração, pouco reconhecimento e falta de capacitação profissional. Com a ascensão de um governo comprometido com as classes trabalhadoras, iniciou-se um processo de reconhecimento desta categoria. E, em 31 de maio de 2007, através da Portaria Normativa Nº 25, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Formação em serviço aos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profuncionário. Este programa tem como objetivo oferecer formação profissional, a nível técnico, à distância, aos funcionários das Escolas de Educação Básica do Brasil. O Instituto Federal Farroupilha aderiu ao Programa e passou a oferecer os cursos em vários Polos, distribuídos em vários municípios do Rio Grande do Sul, sendo um deles no Campus Avançado Uruguaiana.

Neste contexto, emergiu a pergunta de partida da pesquisa, que consiste na indagação sobre as mudanças que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, do Programa Profuncionário, teve na vida profissional dos alunos. Sendo assim, o objetivo geral desta investigação consistiu em verificar o impacto que o curso

Técnico em Infraestrutura teve na vida profissional dos alunos, no desempenho de suas funções, enquanto funcionários das escolas.

Para nortear a investigação estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar a Rede Federal de Educação identificando os avanços que a mesma trouxe para a educação e o desenvolvimento do país; analisar a importância da formação profissional para a qualificação dos funcionários das escolas; identificar que tipo de contribuições decorreram do Programa Profucionário e do curso Técnico em Infraestrutura Escolar na formação dos funcionários; conhecer as ações realizadas pelos funcionários durante a Prática Profissional Supervisionada e, se estas, colaboraram para a profissionalização dos mesmos e, analisar a matriz curricular e o perfil do Técnico em Infraestrutura Escolar proposto pelo Programa Profucionário.

Salienta-se que este estudo terá um recorte histórico, a partir do início dos anos 2000, isto é, com o nascer do programa Profucionário. A temática em estudo é relativamente nova, visto que, o programa foi criado na década passada, conseqüentemente, a literatura ainda é restrita. No que concerne à revisão da literatura houve alguma dificuldade. Neste contexto e dado o âmbito do assunto em análise, o enquadramento teórico baseou-se, de forma considerável, na legislação vigente e, em portais eletrônicos institucionais, além de pesquisa bibliográfica relacionada ao tema.

O primeiro capítulo, destinado à fundamentação teórica encontra-se dividido em cinco pontos visando fundamentar a investigação. O primeiro versa sobre a Rede Federal de Ensino Profissional, cujo centenário ocorreu em 2009. Nesta trajetória situam-se os Institutos Federais, o Instituto Federal Farroupilha e o Campus Avançado Uruguaiana, que serviu de polo presencial do curso Técnico em Infraestrutura Escolar, objeto da investigação. O segundo ponto apresenta o processo de procura, as lutas e conquistas dos funcionários das escolas brasileiras e o nascer do Programa Profucionário como iniciativa do governo e, em resposta às reivindicações da categoria. O terceiro ponto discorre sobre as características do Programa Profucionário, tais como: a Educação à Distância; os recursos; os objetivos; a estrutura curricular; a Prática

Profissional Supervisionada (PPPS); a concepção político-pedagógica do Programa e o processo de avaliação. O quarto ponto é dedicado ao Curso Técnico em Infraestrutura Escolar e suas peculiaridades. E, para finalizar o capítulo, o quinto ponto foca os funcionários das escolas.

O segundo capítulo descreve o itinerário metodológico da investigação. Esta caracteriza-se como sendo um estudo de caso com abordagem qualitativa e tem como foco os funcionários das escolas que concluíram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, no Instituto Federal Farroupilha, Campus Avançado Uruguaiana. A pesquisa prevê a recolha de dados através de inquérito por entrevista semiestruturada e por meio de análise documental, isto é, do relatório da Prática Profissional Supervisionada e do Memorial Reflexivo. Ambos documentos foram elaborados pelos funcionários, durante o curso. Os dados recolhidos foram tratados e interpretados através da técnica de análise de conteúdo, por categorias temáticas.

O terceiro capítulo da dissertação apresenta as análises e a interpretação dos dados obtidos em três fontes e triangulados entre si. E, ao finalizar, apresentam-se as considerações finais.

1. **CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA**

Este primeiro capítulo dedicado à revisão da literatura despende como referencial para fundamentar o estudo empírico e contribuir para a resolução da pergunta de partida. Para a realização da pesquisa bibliográfica, procurou-se suporte em portais eletrônicos institucionais e nas diversas instâncias da legislação brasileira.

O capítulo divide-se em cinco pontos enquadrando o tema. O primeiro ponto versa sobre a Rede Federal de Ensino Profissional, cujo centenário ocorreu em 2009. Nesta trajetória situam-se os Institutos Federais, incluindo o Instituto Federal Farroupilha e o Campus Avançado Uruguaiana, polo presencial do curso Técnico em Infraestrutura Escolar, objeto desta investigação.

Centrando-se, especificamente, na temática da pesquisa, o segundo ponto trata sobre o nascer e a história do Programa Profucionário como uma conquista dos funcionários das escolas e iniciativa do governo em resposta às reivindicações dos mesmos. Neste contexto, dá-se a conhecer, também, as iniciativas e implementação do Programa no Instituto Federal Farroupilha e no Campus Avançado Uruguaiana.

O terceiro ponto apresenta a estrutura do Programa Profucionário: sua proposta educativa e características, tais como: a Educação à Distância; a Estrutura Curricular; a Prática Profissional Supervisionada (PPS) e o Processo de Avaliação.

Já o quarto ponto foca o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar. No qual se evidenciam as competências, o perfil profissional do aluno e as disciplinas do curso.

Ao finalizar este capítulo, o quinto ponto discorre sobre os funcionários das escolas de Educação Básica.

1.1. REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO: DO INÍCIO AOS DIAS ATUAIS

Em 23 de setembro de 2009 comemorou-se os 100 anos de existência da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Embora haja indícios sinalizando que a oferta de ensino profissionalizante, mesmo rudimentar, tenha iniciado já no período colonial. Conforme documento do Ministério da Educação – MEC (2009, p. 1) “A formação do trabalhador, no Brasil, começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização; tendo como os primeiros aprendizes de ofício os índios e os escravos”. Portanto, desde os primórdios do Brasil Colônia há resquícios da existência de educação profissional direcionada aos trabalhadores das classes sociais mais baixas com o objetivo de suprir as demandas de mão de obra.

Segundo o referido documento do MEC (2009) há registros de experiências de formação profissional especializada, também, no período do Brasil Império. E fatos como a abolição oficial da escravidão em 1888; o término do período Imperial no ano seguinte; o advento das fábricas e o crescimento da produção agrária foram determinantes para forjar a implantação da educação profissional no Brasil.

Através do Decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906 foram criadas quatro Escolas Profissionais no Estado do Rio de Janeiro. Porém, oficialmente, considera-se que o princípio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no Brasil, ocorreu em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566, com a criação das denominadas ‘Escolas de Aprendizes Artífices’ subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Pelo decreto, foram criadas 19 destas escolas de ensino primário gratuito, todas localizadas em capitais da Federação Brasileira.

Segundo documento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF (2009) estas escolas visavam proporcionar educação e ensinar um trabalho aos meninos pobres, entre eles, os índios e escravos. Dado, confirmado pelo próprio Decreto nº 7.566 (1909) que aponta a preocupação do governo em relação ao crescimento

populacional das cidades e a necessidade de possibilitar uma preparação técnica e intelectual aos filhos dos trabalhadores a fim de evitar a marginalidade. Sendo assim, a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, é considerada um marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico como Rede Federal do Brasil.

Contudo, apenas a nova Constituição Brasileira de 1937 menciona o Ensino Técnico e, em 13 de janeiro do mesmo ano, o Governo Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 378 (1937), que reestruturou o Ministério da Educação e Saúde; criou o Departamento Nacional de Educação e a divisão de ensino; entre outros, o Ensino Industrial e transformou as Escolas de Aprendizes em Liceus Profissionais com o objetivo de oferecer o ensino profissional em todas as áreas e graus.

Conforme documento do MEC (2009), o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas. Estes passaram a oferecer a formação profissional equiparado ao nível médio. E, de acordo com CONIF (2009) eram subordinadas ao Ministério da Educação e Ensino Profissional. Foi um período de grandes reformas na educação brasileira, denominado de “Reforma de Capanema”.

Em 1959, conforme o MEC (2009), as então Escolas Industriais transformaram-se em Escolas Técnicas Federais, ganharam autonomia técnica, didática e administrativa. Processo que possibilitou a criação de diversos cursos e a formação de técnicos em diversas áreas, a fim de suprir as demandas do capitalismo emergente.

A década de 70 foi marcada por um movimento de urbanização, expansão industrial e consolidação do capitalismo. Com o intuito de preparar mão de obra qualificada, em 11 de agosto de 1971, o governo sancionou a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 5.692 (1971), tornando obrigatório o ensino técnico-profissional no currículo do segundo grau, hoje denominado de ensino médio, em todo o território brasileiro.

Neste decurso, pela lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978 nascem os primeiros CEFETS, isto é, as Escolas Técnicas Federais existentes se

transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica que, posteriormente, converteram-se em Institutos Federais.

O Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 veio regulamentar a educação profissional e criou o PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional. De acordo com o MEC (2009) no período compreendido entre 1909 a 2002, considerado a primeira fase de expansão da Rede Federal, foram construídas 140 unidades em todo o território nacional, formando assim a Rede Federal de Educação.

Já, a segunda etapa do plano de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ocorreu em 2007. Na época, a meta do governo era, conforme o MEC (2009, p. 6):

Entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Neste contexto de mudanças, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 nasceram os Institutos Federais como política de expansão da Rede Federal, a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets); Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais e Escolas Agrotécnicas Federais.

No Art. 1º da lei nº 11.892 (2008), lê-se “Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação”. A criação dos Institutos Federais representou um avanço na educação brasileira e a concretização de um sonho beneficiando milhões de brasileiros oriundos das classes menos favorecidas.

De acordo com o documento que trata sobre o histórico da Rede Federal e divulgado no Portal do CONIF, a criação dos Institutos Federais, em 2008, representou a expansão, a interiorização e o fortalecimento da Rede Federal. Pois, no mesmo ano, 39 Escolas Agrotécnicas, 75 Unidades Descentralizadas de

Ensino, 7 Escolas Técnicas Federais, 8 Escolas vinculadas às Universidades e 39 Escolas Agrotécnicas transformaram-se em Institutos Federais.

Para Pacheco (2011, p. 12), os Institutos Federais, são:

A síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

Segundo Vidor, Rezende, Pacheco e Caldas (2011), como Rede Federal, os Institutos nasceram formando uma teia, ou seja, um conjunto de instituições, vinculado aos órgãos federais presentes em todo o território nacional. Com objetivos afins tendo como foco a educação profissional, científica e tecnológica, os Institutos procuram unir a teoria e a prática visando o desenvolvimento econômico e social das comunidades.

Além do ensino, os Institutos surgiram com um compromisso social. De acordo com os mesmos autores Vidor et al. (2011, p. 49):

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias.

Sendo assim, para além da ciência, do ensino e do desenvolvimento tecnológico os Institutos despontaram, também, como Política Pública com o compromisso de recuperar a cidadania, promover a inclusão social e o desenvolvimento das comunidades.

O Art. 6º da Lei de criação nº 11.892 (2008) aponta as finalidades e características dos mesmos. Destacando-se a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, além da qualificação profissional dos cidadãos, para que estes, trabalhando nos diversos setores da economia, contribuam na promoção e no desenvolvimento local e regional. Nesta

concepção, a educação é entendida como um ato político, um processo transformador, dialógico e emancipador.

Os Institutos Federais caracterizam-se pela oferta de educação profissional técnica, tendo como prioridade os cursos integrados de nível médio; a formação inicial e continuada dos trabalhadores e a Educação Superior. Além da promoção das classes trabalhadoras e a transformação social através da formação de profissionais qualificados, capazes de, conforme Pacheco (2011 p. 10) “reinventar-se no mundo e para o mundo”.

O mesmo autor Pacheco (2011, p. 15) afirma que: “Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva emancipatória humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais”.

Neste compromisso, os Institutos Federais assumiram a execução do Programa de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública, (Profucionário) cuja meta é a formação profissional, em serviço, dos funcionários das escolas públicas de Educação Básica do Brasil. Sendo este um dos exemplos significativos de tentativa de inclusão de trabalhadores e emancipação humana.

Segundo a Lei de criação dos Institutos Federais, de nº 11.892 (2008), Art. 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei.

Possuem características específicas, diferentes das demais instituições do ensino no Brasil. Seja pela oferta de formação profissional e tecnológica do ensino básico à graduação; a organização na forma multicampi; a verticalização e a transversalidade de ensino.

A organização dos Institutos Federais na forma multicampi, consiste numa reitoria e várias unidades formando uma única Instituição. Segundo Vidor et al.

(2011) esta forma de organização favorece a criação de vínculos com as inúmeras comunidades locais e regionais nas quais as unidades estão inseridas. Além de possibilitar a identificação das potencialidades locais, os desafios e necessidades da população e viabilizar a intervenção na realidade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Conforme Pacheco (2011, p. 20) “Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos”.

A verticalização é concebida, na Rede Federal, como a possibilidade de acesso a todas as etapas do ensino em uma mesma instituição. De acordo com Pacheco, (2011) é entendida como um diálogo e interação entre os diversos níveis de formação e ensino, desde os cursos de educação profissional de nível médio, graduação, até os cursos de pós-graduação, num mesmo espaço e gestão.

A transversalidade é compreendida como uma forma globalizada de trabalhar o conhecimento. A educação e a tecnologia perpassam as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão em diálogo com a comunidade local. Pois, desta forma, torna-se viável a missão dos Institutos Federais que consiste, essencialmente, na formação de cidadãos e profissionais conscientes, capazes de interferir no mundo, torná-lo mais justo e um lugar ‘bom de se viver’, onde ‘caibam todos’.

A prática educativa e a construção dos projetos pedagógicos dos Institutos Federais fundamentam-se nos princípios e diretrizes educacionais expressos na sua lei de criação que compreendem o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, como elementos indissociáveis.

Segundo Vidor, et al. (2011), a pesquisa baseia-se nos princípios científicos, no desenvolvimento da tecnologia e, em concepções educacionais explícitas no projeto de criação dos Institutos e em consonância com a realidade local. As atividades de extensão orientam-se, a partir das necessidades e em diálogo com a sociedade. As práticas do ensino visam à formação humana e à qualificação profissional.

Em síntese, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, nos Institutos Federais podem acontecer como atividades, em espaços, situações e tempos diferentes; porém, permanecem indissociáveis. O Ensino, a Pesquisa e a Extensão, para o Instituto Federal Farroupilha (2014a, p. 53), “tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária”.

Para muitos autores, os Institutos Federais representam um marco importante na história da educação brasileira. Segundo Padoin e Amorin (2016, p. 10) “A expansão da Rede Federal no século XXI pode ser considerada um dos marcos históricos das políticas do Estado Brasileiro”. Pois, tem como objetivos oportunizar a qualificação profissional aos trabalhadores; promover o ensino tecnológico, a pesquisa e a extensão e, desta forma, intervir nos espaços geográficos; recuperar a cidadania das pessoas; respeitar as diversidades culturais; preservar o meio ambiente com critérios éticos e do cuidado; valorizar os saberes e a experiência profissional dos sujeitos.

Pela Lei nº11.892 de 28 de dezembro de 2008, integrando a política de expansão da Rede Federal, nasceu o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Em conformidade com sua lei de criação, é uma Instituição de ensino público e gratuito, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Com sua estrutura multicampi, oferece cursos de educação profissional e tecnológica nos diversos níveis de ensino, segundo os princípios e objetivos expressos na lei.

O IFFar iniciou suas atividades educacionais em 2009 com três unidades: o Campus Alegrete, oriundo da Escola Agrotécnica de Alegrete; o Campus São Vicente do Sul, proveniente do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e o Campus Júlio de Castilhos.

Atualmente é constituído pela Reitoria, situada na cidade de Santa Maria, região Central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, onze unidades, centros de referências e polos de educação à distância. As unidades estão localizadas em diferentes municípios e regiões, a saber: Alegrete, Jaguari, Júlio de

Castilhos, Panambi, Santa Ângelo, Santa Rosa, São Borja, São Vicente do Sul, Frederico Westfalen e Uruguaiana.

Nestes municípios, de forma articulada, o Instituto Federal Farroupilha (2014a, p. 23) visa, “Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”. Procurando, desta forma, colaborar com o desenvolvimento das comunidades e regiões.

Pauta suas ações a partir da visão institucional e visa, IFFar (2014a, p. 23), “ser excelência na formação de técnicos de nível médio e professores para a educação básica e, em inovação e extensão tecnológica”. Fundamenta suas práticas em valores humanos, IFFar (2014a, p. 23), como a “ética, a solidariedade, responsabilidade social e ambiental, o comprometimento, a transparência, o respeito e a gestão democrática”.

Em seus diversos *Campi*, o IFFar oferece cursos de educação profissional integrado ao ensino médio; cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, na modalidade presencial e a distância, a exemplo do curso Técnico em Infraestrutura Escolar. Oferece ainda, Cursos Técnicos ligados ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); cursos de graduação e tecnológicos; pós-graduação; mestrado e cursos de extensão de curta duração. Procura articular o Ensino, a Pesquisa e a Extensão considerando as necessidades locais e regionais, os objetivos e os valores institucionais.

O Instituto Federal Farroupilha norteia suas práticas a partir dos princípios expressos na sua lei de criação nº 11.892 (2008) e numa concepção de educação crítica e emancipatória, IFFar (2014a, p. 47), “contrária à lógica do mercado, sendo crítica a toda forma degradante de produção e consumo. Uma educação que não seja fonte de dominação, mas sim, de emancipação”. Nesta lógica, compromete-se com o ser humano e a construção de uma sociedade justa e inclusiva, IFFar (2014a, p. 48):

O objetivo central do Instituto não é formar um profissional para o mercado, mas sim, um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista.

Vale salientar que, como Rede Federal e de acordo com sua lei de criação , o Instituto Federal Farroupilha, (2014a, p. 42) é:

Uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científico, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar.

Detentor de autonomia administrativa, motivado pela política de expansão da Rede Federal e, devidamente autorizado pela Portaria do MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013; o IFFar instituiu o Campus Avançado Uruguaiana através da Portaria nº 0139 (2014b) do Instituto Federal Farroupilha, na gestão da Reitora professora Carla Comerlato Jardim.

Cabe destacar que, na Rede Federal, Campus Avançado consiste numa nova unidade de ensino vinculada administrativamente ao Campus proponente e a alteração do *status* se dá pelas autoridades competentes. Neste contexto, o Campus Avançado Uruguaiana permanece vinculado a São Borja, seu Campus de origem.

Embora a portaria de autorização de criação do Campus tenha sido promulgado em 2014, o Instituto iniciou suas primeiras atividades na cidade de Uruguaiana em 2013, numa sede provisória, com a oferta de cursos de curta duração, denominados de Extensão.

Em julho de 2014 foram nomeados os primeiros servidores e no mês seguinte teve início o Curso Técnico em Informática Subsequente, destinado aos alunos que concluíram o ensino médio. No mês de setembro, iniciou o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, objeto da presente pesquisa.

O Campus Avançado Uruguaiana mudou-se para sua sede definitiva, localizada à Rua Monteiro Lobato, 4442, bairro Cabo Luís Quevedo, em março

de 2015. Atualmente, trabalha com o eixo de Comunicação e Tecnologia da Informação e Gestão e Negócio. Até ao momento, permanece no *status* de Campus Avançado, segundo a projeção de seus idealizadores, já deveria estar na categoria de Campus. Prerrogativa que possibilitaria a expansão e a oferta de cursos e serviços à população. Contudo, na condição atual, permanece ligado, administrativamente, ao Campus São Borja, com restrições orçamentárias e de servidores.

1.2. PROFUNCIÓNÁRIO: A CONQUISTA DE UM SONHO

O programa Profuncciónário - Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - é resultado de uma luta dos trabalhadores, funcionários das escolas. Instituído pela Portaria Normativa do MEC nº 25, de 31 de maio de 2007, o mesmo tem como objetivo proporcionar a formação técnica, prioritariamente, aos funcionários das escolas públicas de educação básica através dos cursos Técnico em Secretaria Escolar; Técnico em Multimeios; Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Infraestrutura Escolar; este último, objeto da pesquisa.

Por ter sido implementado há uma década, o programa Profuncciónário pode ser considerado novo. A produção acadêmica ainda é restrita e as publicações sobre o tema restringem-se aos documentos oficiais do governo, cadernos elaborados para subsidiar os cursos do programa, artigos de revistas, relatos de experiências, dissertações de mestrado e poucas teses de doutorado. Embora o Programa seja recente, a luta dos funcionários das escolas, como trabalhadores, é antiga.

É indispensável situar, historicamente, a trajetória dos funcionários das escolas a fim de compreender a importância do Programa para a vida profissional dos mesmos. De acordo Monlevade (2009) a presença dos funcionários, ou pessoas que trabalham nas escolas sem ser professor, remonta

o Brasil Colônia com a fundação das escolas jesuíticas. Na época, alguns padres jesuítas chegaram ao país com objetivos educacionais, fundaram escolas e trabalharam como professores. Acompanhando estes sacerdotes vieram, também, outros membros da Companhia de Jesus, porém, na condição de coadjuvantes, ou seja, ajudantes. Estes realizavam tarefas relacionadas ao funcionamento das escolas, trabalhavam na manutenção, na limpeza, na enfermagem, na cozinha, visto que, as escolas funcionavam no sistema de internato. Portanto, executavam as tarefas enquanto que os padres se dedicavam ao ensino e à educação.

Contudo, no decorrer da história estes trabalhadores iniciaram um movimento de procura por reconhecimento e qualificação. Conforme Monlevade (2009), a partir da década de oitenta, houve experiências de cursos de formação profissional em serviço, de nível médio, para os funcionários das escolas de educação básica. E conforme o mesmo autor Monlevade (2012) quatro iniciativas destacaram-se. O Projeto Arara Azul no Estado do Mato Grosso que, entre 1992 a 2005, certificou mais de 5.000 trabalhadores de escola da rede estadual. No período de 1995 a 2005 a Rede Municipal de Cuiabá formou 1.000 funcionários. Também, o Estado do Acre através de cursos profissionais, entre 2000 e 2002, formou 300 trabalhadores de escolas. Outra experiência se deu no Distrito Federal com a oferta de cursos técnicos que formou dezenas de trabalhadores das escolas.

Vale salientar que as referidas experiências, conforme Monlevade (2012, p. 17) “foram construídas em consonância com a concepção da soma de três blocos de ensino-aprendizagem: um pedagógico, outro técnico e um terceiro de prática profissional”. Três eixos distintos, porém, articulados entre si, que capacitavam os trabalhadores das escolas como técnicos de nível médio. Os idealizadores do Programa Profucionário inspiraram-se nestas experiências e incluíram na estrutura curricular dos cursos três módulos: o pedagógico, o técnico e a prática profissional, que serão explanados posteriormente.

Embora as quatro experiências de cursos para os trabalhadores das escolas tenham ocorrido em âmbito menor, seja regional ou estadual, de acordo com

os propositores do Profucionário, foram importantes e serviram de base para a construção do Programa.

O direito à formação profissional dos funcionários das escolas, como também, de todo o cidadão, é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, através dos Art. 205 e 206. E a promulgação da Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996, através dos Art. 1º e 3º veio legitimar este direito. No entanto, o marco mais importante que reconheceu os funcionários das escolas como Profissionais da Educação, somente ocorreu em 2009, com a Lei nº 12.014 (2009), que alterou o Art. 61 da LDB de 1996, e entrou em vigor com a seguinte redação:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Efetivamente este reconhecimento ocorreu em 2010, pelo Decreto nº 7.415 (2010) através do qual foi instituída a Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica com as diretrizes do Programa de Formação Inicial em Serviço

dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profucionário. Ressalta-se, porém, que este decreto foi revogado e o Programa Profucionário, atualmente, é regido pelo Decreto nº 8.752 de 9 de maio de 2016.

O reconhecimento dos trabalhadores das escolas como Profissionais da Educação é resultado de um trabalho de reivindicação e luta durante décadas. O novo conceito trouxe benefícios, pois reporta à profissão que, de acordo com Vieira (2009) é uma atividade realizada no mundo do trabalho e reconhecida socialmente. Logo, os funcionários das escolas, reconhecidos pela lei como profissionais da educação, satisfazendo às exigências de formação pedagógica, técnica e de trabalho em escola, devem ser devidamente remunerados e respeitados no desempenho de suas funções.

Considera-se que a Lei nº 12.014 (2009) foi um marco na educação brasileira pois, no decorrer da história do Brasil, houve acentuada distinção entre professor e funcionário. As políticas públicas estavam voltadas para os docentes em detrimento dos demais trabalhadores das escolas.

Retomando a história, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, recebeu nova interpretação que beneficiou os funcionários das escolas. E como resultado de um processo de discussões entre o governo, entidades de classes e os trabalhadores das escolas, em 2004, o Ministério da Educação lançou um documento intitulado “Por uma Política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena, os funcionários das escolas”. O documento reconhece a deficiência profissional e a desvalorização dos trabalhadores das escolas em âmbito nacional. Aponta, também, para a necessidade de estabelecer uma política nacional de valorização dos trabalhadores em educação de forma inédita, incluindo os auxiliares administrativos, os serventes, as cozinheiras e demais funcionários das escolas de educação básica.

O movimento foi tomando corpo e, no documento citado, o Ministério da Educação apresenta uma nova concepção de escola evidenciando a sua função social e as mudanças decorrentes. Em MEC (2004, p. 32) lê-se:

A nova função social da escola, a extensão de seu campo de ação, exige a reformulação de sua filosofia de trabalho. Mais do que nunca, torna-se incoerente pregar a inclusão social em um ambiente onde os próprios funcionários não têm participação nos processos pedagógicos, administrativos e decisórios. Constata-se aí um crescimento em relação à cidadania, aos direitos dos trabalhadores e a participação destes no processo educativo.

O referido documento do MEC (2004) aponta, também, para uma mudança na compreensão de educação, aprendizagem e de espaço escolar. Ressalta que o processo educativo se dá de forma globalizada, para além das paredes da sala de aula e dos conteúdos, envolve os trabalhadores da escola que, conjuntamente, constroem conhecimentos e valores. A educação é entendida, como um processo holístico, uma prática pedagógica articulada com as pessoas e considera, MEC (2004, p. 14) “todos os integrantes da escola protagonistas do processo educativo”.

O projeto delineado neste documento MEC (2004) propõe o reconhecimento dos trabalhadores das escolas como a de “educador não docente”. Tal reconhecimento profissional, conseqüentemente, exige mudanças dos próprios funcionários que precisam livrar-se de antigos paradigmas e construir uma nova identidade profissional.

A mudança de funcionário, para ‘educador não docente’ pressupõe valorização da carreira; remuneração adequada; condições dignas de trabalho; reconhecimento pessoal, profissional e social, aliado a uma formação profissional técnica. Elementos indissociáveis e imprescindíveis para a profissionalização. Esta proposição se efetivou em 2009, conforme já mencionado, com a Lei nº 12.014 (2009) pela qual os funcionários das escolas passaram a ser denominados de “Profissionais da Educação”.

Conforme o documento “Por uma Política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena os funcionários das escolas”, MEC (2004), várias ações foram projetadas com o intuito de agilizar o processo de emancipação dos funcionários. Entre outras destacam-se: a realização de seminários nacionais focando os trabalhadores em educação; uma campanha nacional de

valorização dos funcionários das escolas; a criação de um grupo de trabalho junto ao Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Básica e a Secretaria de Educação Profissional Tecnológica e a criação de uma nova 'área de habilitação técnica profissionalizante' voltada aos funcionários das escolas.

Desta forma, aos poucos, foi nascendo o programa PROFUNCIÓNARIO que viria beneficiar os funcionários das escolas. O mesmo documento convocava os trabalhadores das escolas para assumirem uma nova postura e compromisso profissional. MEC (2004, p. 40):

Os funcionários escolares são convocados para uma nova missão, que não se prende à execução automatizada de tarefas, mas, ao contrário, implica a reflexão permanente sobre suas ações como atitudes educativas influentes na formação global dos educandos. Por conseguinte, implica o planejamento intencional, na execução cuidadosa e na avaliação crítica de suas atividades.

Portanto, os próprios funcionários foram desafiados a assumir uma nova postura profissional de comprometimento com o projeto educativo da escola, de reflexão e avaliação das práticas. E a escola, convidada a reconhecer os funcionários como educadores e abrir espaços de participação democrática.

As discussões e estudos acerca da valorização e profissionalização dos funcionários das escolas foram constantes. Nos dias 26 a 28 de abril de 2004 ocorreu, em Brasília, um Seminário para debater e articular uma política de valorização dos trabalhadores das escolas focando a 'educação não docente'. Segundo o documento do MEC (2004), com a presença de representações de todo o território nacional foi constituído um fórum representativo com o objetivo de dar prosseguindo às discussões.

A partir dos estudos e apreciação das experiências de formação em serviço ocorridas no Estado do Acre, no Distrito Federal e Mato Grosso e já mencionados nasceram diversas proposições para implementação de uma política nacional de valorização dos trabalhadores em educação não docente. Por estas razões, o evento passou a ser considerado um marco importante na história de luta e conquista dos trabalhadores da educação não docente.

Após o seminário, as discussões relativas ao processo de profissionalização dos funcionários das escolas foram-se consolidando. Neste contexto, em 2005, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, entendendo que a educação escolar não se restringe apenas ao trabalho do professor, mas, estende-se a todo ambiente escolar e envolve todos os atores, enviou ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de criação de cursos técnicos a nível médio para quem atua na área da educação. Neste Parecer CEB/CNE nº 16 (2005) lê-se:

A Secretaria da Educação Básica ressalta que os profissionais não docentes constituem-se em um segmento historicamente esquecido e não contemplado pelas políticas oficiais e que o novo contexto social fez da escola um espaço de exercício de múltiplos papéis, o que requer a presença de vários profissionais da educação. E nesta realidade colocam em cena os funcionários das escolas.

Através do mesmo Parecer nº 16 (2005) a Secretaria de Educação Básica comunica a existência de, em torno, de um milhão de funcionários não docentes trabalhando nas diversas instituições de ensino de Educação Básica do país, sem formação adequada.

Assim, após anos de lutas, os funcionários das escolas foram beneficiados pela Portaria Normativa do MEC nº 25, de 31 de maio 2007, que instituiu o Profuncionário - Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público. Como expressão de reconhecimento e, para ajudar, de acordo com o MEC (2012, p. 29), na “reconstrução da identidade profissional, da cultura e das imagens desses trabalhadores em todo o país”. Pois, até então, os funcionários das escolas não têm acesso à profissionalização e eram vistos como uma categoria inferior.

Os primeiros artigos da Portaria MEC nº 25 (2007) apontam as características e objetivos do Programa, assim expresso:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público -

PROFUNCIONÁRIO, por meio de curso técnico de formação para os funcionários da educação básica, em nível médio.

Art. 2º O PROFUNCIONÁRIO tem por objetivo promover, por meio da educação à distância, a formação profissional técnica em nível médio de funcionários que trabalham nos sistemas de ensino da educação básica pública, com ensino médio concluído ou concomitante a esse, nas seguintes habilitações:

I - Gestão Escolar;

II - Alimentação Escolar;

III - Multimeios Didáticos;

IV - Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar.

O Art. 4º da mesma Portaria MEC nº 25 (2007) declara que:

A implementação do PROFUNCIONÁRIO será feita em parceria com a União, com os Estados, Municípios e Distrito Federal, formalizada por meio da assinatura de Acordo de Cooperação Técnica - ACT que estabelecerá os compromissos das esferas envolvidas.

Assim, nasceu o Profuncionário e, em 2011, o MEC delegou à coordenação do Programa para a SETEC, através da Portaria nº 1.547 (2011). Os Institutos Federais de Educação e outras Instituições Públicas de Ensino, legalmente credenciadas responsabilizaram-se pela oferta e gerenciamento dos cursos do Programa nas localidades.

O Instituto Federal Farroupilha, em conformidade com as finalidades de sua lei de criação e com o Plano de Desenvolvimento Institucional que prioriza a oferta de Educação Profissional Técnica e a formação inicial e continuada dos trabalhadores, entre outros, passou a oferecer os cursos do Programa Profuncionário, a partir de 2013 quando firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). A parceria tornou-se viável, pois ambas as Instituições integram a Rede Federal de Ensino. Como rede, possuem objetivos afins e trabalham de forma cooperativa umas com as outras.

O Acordo de Cooperação Técnica assinado pelos gestores de ambos os Institutos em 22 de agosto de 2013 estabeleceu um trabalho de parceria e

definiu as atribuições das partes. Destaca-se o objetivo do Acordo especificado na Cláusula Primeira:

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo estabelecer cooperação técnica entre o IFRN e o IFFar no sentido de promover, via educação a distância, a formação profissional técnica em nível médio de funcionários que atuam nos sistemas de ensino de educação básica pública em todo o território nacional, por meio da colaboração no desenvolvimento dos cursos do Profucionário.

Desta forma, em setembro de 2014 iniciou o curso Técnico em Infraestrutura na cidade de Uruguaiana, sob a coordenação do Campus São Borja. O curso formou trinta Técnicos em Infraestrutura Escolar, funcionários de Escolas Públicas de Educação Básica.

1.3. CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO

Instituído pela Portaria Normativa do MEC nº 25, de 31 de maio de 2007, o programa Profucionário tem como objetivo proporcionar a formação técnica, prioritariamente, aos funcionários das escolas públicas de Educação Básica através dos cursos Técnico em Secretaria Escolar; Técnico em Multimeios; Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Infraestrutura Escolar, este último, objeto da pesquisa.

Por se tratar de cursos técnicos destinados a um público específico, isto é, aos funcionários das escolas de educação básica da rede pública de ensino, o Programa foi pensado e sistematizado de forma peculiar quanto à sua modalidade, organização, objetivos, concepção política pedagógica, disciplinas, perfil profissional e processo de avaliação, entre outros.

O Profucionário, portanto, caracteriza-se pela oferta de cursos Técnicos Profissionalizantes na modalidade de Educação à Distância, EaD. Esta forma de

ensino está prevista no Art. 80 da LDB; atualmente é regulamentado pelo Decreto da Presidência da República nº 9.057 (2017), cuja definição é a seguinte:

Art. 1º. Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância, a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Inúmeros são os conceitos relativos à Educação à Distância na literatura. A própria legislação brasileira apresentou diversas abordagens ao longo da história. O Decreto nº 2.494 (1998) ressaltava o aspecto da autoaprendizagem. Este foi revogado pelo atual de nº 9.057 (2017) que apresenta uma concepção mais abrangente acerca do tema. Segundo Hermida e Bonfim (2006, p. 168):

Do ponto de vista epistemológico, a palavra Teleducação ou 'Educação a Distância' vem do grego *tele* (longe, ao longe), e pode ser conceituada como o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos ficam 'separados' espacial e/ou temporalmente.

Hack (2011, p. 15) define a Educação à Distância como uma modalidade em que o processo de construção do conhecimento crítico, criativo e contextualizado que se dá mediado pelas inúmeras tecnologias.

A compreensão de Educação à Distância do IFFar (2014a), passa pelo mesmo viés. É compreendida como uma modalidade de ensino através da qual o processo educativo e a comunicação entre professor e aluno se dá mediado pela tecnologia em tempos e lugares diversos. Conceito que se alinha com o programa Profucionário, cujos alunos são adultos, trabalhadores, funcionários das escolas de educação básica à procura de qualificação profissional.

Hack (2011) defende que a Educação à Distância não deve ser entendida como um processo de ações isoladas e distantes entre professor e aluno, mas como um diálogo, uma interação constante entre todos os envolvidos. Tratando-se do Programa Profucionário, esta relação dialógica dá-se entre o professor, tutor, aluno e colegas numa dinâmica participativa de construção do conhecimento mediado pela tecnologia. Nesta ótica, o autor compreende a EaD como um processo contínuo, onde o aluno executa uma ação e esta deve ser retomada, compartilhada com o grupo e rediscutida. Favorecendo assim, o surgimento de novas reflexões, novas ideias e novas práticas, numa dialética constante.

Vários autores advertem quanto ao aspecto social da educação à distância. Entre outros, Hermida e Bomfim (2006, p. 171):

Para que a EAD seja significativa deve objetivar a melhoria da sociedade, constituindo-se como uma prática social pautada em princípios filosóficos que visem à construção do conhecimento, da autonomia e da consciência crítica do educando.

Nesta compreensão, a proposta do Programa Profucionário apresenta concepções e princípios educacionais que propiciam ao aluno construir seus conhecimentos de forma crítica, autônoma tornando-se capaz de transformar a realidade.

Hermida e Bonfim (2006) consideram que um dos elementos mais importantes da Educação à Distância é o acesso às mesmas informações por várias pessoas em tempos e espaços diferentes. Salientam, entretanto, que este processo de ensino e aprendizagem requer habilidades, planejamento e outros requisitos por parte dos alunos e professores, além do domínio das ferramentas tecnológicas.

O Programa Profucionário prevê condições para que o aluno, o funcionário da escola, como adulto com capacidade de fazer opções responsáveis, possa construir seu conhecimento, adquirir as habilidades e as competências

previstas nos cursos de maneira satisfatória. Para tanto, segundo MEC (2015, p. 43):

foram produzidos materiais didáticos adequados, haverá acompanhamento a partir do trabalho de tutores e de um calendário de encontros presenciais, estabelecido dentro do processo de gestão democrática do curso.

O Programa prevê, também, que na primeira aula presencial, os alunos recebam as informações do curso, a senha de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e as noções básicas de uso do computador, entre outros.

Dada a relevância do papel do tutor no processo de ensino e aprendizagem nos cursos de educação à distância e no Profucionário, convém uma reflexão mais aprofundada sobre a função do mesmo. As orientações gerais do programa especificam as funções dos tutores MEC (2015, p. 63):

tem como principais atribuições o acompanhamento do processo de aprendizagem e a construção de competências e conhecimentos pelos estudantes, bem como a supervisão da prática profissional.

Portanto, são considerados mediadores, facilitadores da aprendizagem, avaliadores, orientadores e, por que não dizer estimuladores do conhecimento, ultrapassando assim o sentido original da palavra tutor.

Na mesma linha de pensamento, Leal (2005, p. 3) ressalta que:

Trabalhar a complexidade do saber fazer educativo na visão do aprender a aprender, na ótica reflexiva da construção do saber é um dos grandes desafios para o tutor. Ainda proporcionar momentos em que o aluno aprenda a ler e a reler o mundo, a apropriar-se do conhecimento, a redimensionar valores e a rever atitudes.

No Profucionário, além do apontado, o tutor presencial orienta e auxilia quanto ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e exerce funções burocráticas relativas a registros e encaminhamentos de documentos. E o tutor

a distância, atua como mediador entre o professor, o tutor presencial, o conteúdo e o ambiente virtual de aprendizagem.

Os conteúdos são apresentados através de cadernos e as aulas desenvolvidas pelos professores são disponibilizadas no AVA. Possibilitando assim, o acesso ao material de estudo e às atividades propostas em lugares e em tempos diversos. Além disso, o Programa prevê encontros presenciais semanais nos Polos, sob a assessoria do tutor presencial.

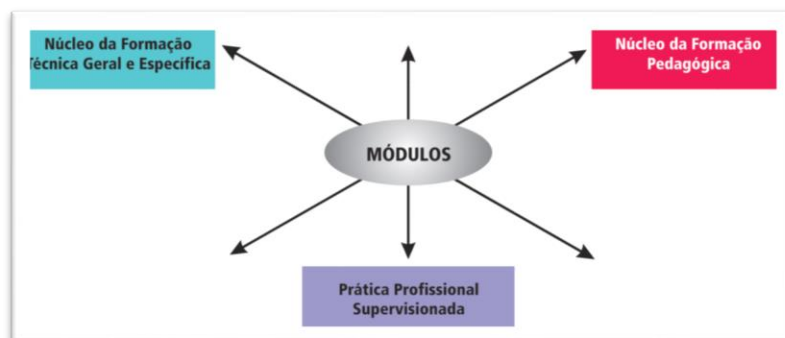
O Profuncionário fundamenta sua proposta pedagógica no Parecer CNE/CEB nº 16 (2005) e parte da compreensão, conforme MEC (2015, p. 70) “que a formação técnica consiste em um conjunto de atividades teórico-práticas, investigativas e reflexivas”. As quais contribuem de acordo com MEC (2015) para a qualificação dos funcionários capacitando-os como pessoas, cidadãos e educadores, além de possibilitar a construção de novos conhecimentos, o desenvolvimento da capacidade crítica-reflexiva e identificação profissional como Técnico, conforme a habilitação do curso.

Além da legislação, a estrutura curricular dos cursos do Profuncionário tem suas bases teóricas na experiência de formação de funcionários das escolas já ocorridas e, mencionadas anteriormente, no Distrito Federal, no Estado do Mato Grosso e no Acre.

O Parecer CNE/CEB nº 16 (2005) estabelece que a carga horária de cada habilitação do Profuncionário deverá ter, no mínimo, 1.200 horas, incluindo três módulos de estudos: o pedagógico, o de estudos técnicos e a Prática Profissional Supervisionada (PPS).

Para o Profuncionário a teoria e a prática são indissociáveis conforme figura 1:

Figura 1 – Cruzamento dos núcleos de formação



Fonte: MEC - Orientações Gerais Profucionário (2015, p. 79).

A estrutura curricular é composta pelos três núcleos básicos: formação técnica geral e específica, formação pedagógica e a prática profissional supervisionada (PPS), conforme quadro 1.

Quadro 1 – Quadro geral dos módulos de estudo

	<p align="center">NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA – 480h</p> <p>A - Orientações Gerais - 60 h B - Fundamentos e Práticas em EaD - 30 h C - Orientações para a Prática Profissional Supervisionada - 30 h</p> <p align="center">Módulos de Formação Pedagógica – 360h</p> <p>1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores 2 – Educadores e Educandos: tempos históricos 3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica 4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica 5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação 6 – Gestão da Educação Escolar</p>
PPS	<p align="center">NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL – 180h</p> <p>7 – Informática Básica 8 – Produção Textual na Educação Escolar</p>
300h	<p>9 – Direito Administrativo e do Trabalho</p> <p align="center">NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA DE CADA CURSO – 420h</p> <p>SECRETARIA ESCOLAR 420h</p> <ul style="list-style-type: none"> . Trabalho Escolar e Teorias Administrativas . Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola . Legislação Escolar . Técnicas de Redação e Arquivo . Contabilidade na Escola . Administração de Materiais . Estatística Aplicada a distância.

Fonte: MEC – Orientações Gerais Profucionário (2012, p. 79).

O núcleo de formação pedagógica, comum aos quatro cursos foi incluído, de acordo com MEC (2015, p. 84) para:

Ampliar e movimentar a visão dos funcionários sobre a escola, tentando deslocar e multiplicar os seus olhares, para que possam repensar e reorientar suas práticas e suas relações nela e com ela, com a própria escola, com os demais segmentos que compõem a comunidade escolar e, sobretudo, consigo mesmos, como pessoas e como categoria profissional: educadores.

O art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 reconheceu os trabalhadores em educação como profissionais da educação, menciona a formação em serviço e orienta quanto à formação pedagógica destes profissionais. Para Pacheco (2011, p. 8): “todos que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa”.

Nesta perspectiva, compreende-se a escola como espaço educativo no qual os atores envolvidos, seja professor, aluno e funcionários educam e educam-se entre si, cada um em seu espaço de atuação. Por isso, segundo MEC (2015, p. 83): “A escola como campo de vida e ação do funcionário em interação com professores e estudantes é o objeto central dos estudos propostos no Profucionário”.

O Programa está organizado de tal forma que o funcionário seja capaz de, conforme MEC (2015, p. 86):

Des-construir sua identidade profissional “tradicional” (porteiro, zelador, cozinheira, auxiliar, servente) e a reconstrua como técnico em educação, cuja especificidade abrange competências e conhecimentos de educador, de gestor de espaços escolares e da própria escola e de cidadão, sem se descuidar da humanização que ela pode promover.

Portanto, a formação profissional propõe uma nova postura dos funcionários, aliado à sua capacitação técnica, pois conforme Leão, Cleide, e Fernandes (2009, p. 314): “Não basta trabalhar na escola, é preciso ter a

formação necessária para compreender os processos educativos e exercer com eficiência a função de cada um”.

De acordo com as Orientações Gerais, MEC (2015) o Núcleo de Formação Técnica Específica visa proporcionar aos alunos, os conhecimentos técnicos necessários e específicos a cada habilitação.

O Profuncionário coloca, também, como exigência para conclusão de seus cursos, a realização da Prática Profissional Supervisionada (PPS) de, no mínimo, 300 horas. Esta é entendida como formação em serviço em conformidade com o art. 65 da LDB que requer a mesma carga horária para a qualificação de professores da Educação Básica, no Brasil. Logo, as 300 horas da PPS prescrita pelo Programa, são conforme o MEC (2015, p. 81), “uma exigência da ‘profissionalidade’ dos funcionários como profissionais da educação”.

A PPS, como um dos núcleos de formação da organização curricular, consiste num Estágio Supervisionado. É regido pela Lei nº 11.788 (2008) de 25 de setembro, que delibera sobre os estágios dos estudantes. No caso em estudo, requer orientação, controle e avaliação através de registros, relatórios de atividades e o acompanhamento presencial do tutor.

Convém destacar que no Profuncionário as atividades relativas a PPS abarcam os estudos das disciplinas do núcleo de Formação Pedagógica e de formação Técnica Geral e Específica. É entendida como um momento de reflexão, planejamento, problematização e reconstrução das práticas diárias à luz dos conceitos e conhecimentos adquiridos nas disciplinas. As atividades desenvolvidas são registradas e apresentadas em forma de relatório e servem como um dos instrumentos de avaliação do aluno.

Segundo o MEC (2015), no Profuncionário, a avaliação é concebida como um processo participativo, dialógico, emancipatório, formativo que leva em consideração os conhecimentos e experiências já construídas pelo aluno visando o seu crescimento e a transformação da realidade em que está inserido. O documento das orientações gerais do Programa define que, MEC (2015, p. 104):

Avaliar é um ato de reflexão e de crítica que só tem sentido se inserido no contexto histórico, social, político, territorial e cultural: no contexto de vida dos sujeitos envolvidos. Avaliar é a possibilidade de indivíduos e grupos sociais se situarem nos processos em que se constituem como sujeitos históricos.

Nesta compreensão recomenda que, MEC (2015, p. 104):

Os procedimentos, os materiais, as relações, os processos de aprendizagem, as experiências vivenciadas individual e coletivamente, a interação social, as dificuldades, as conquistas, os desafios assumidos e as gotas de esperanças devem ser valorizadas, levados em conta na avaliação. Não para julgar, mas para poder ser e fazer diferente.

No Profucionário, conforme MEC (2012), além do relatório da PPS, a avaliação da aprendizagem se dá por meio de um documento denominado Memorial Reflexivo. Isto é, em diálogo com o tutor, o aluno registra seu crescimento e as suas aprendizagens levando em consideração os conhecimentos e experiências adquiridas, as relações diárias e as práticas profissionais que acontecem concomitantemente na escola. Portanto, o relatório da PPS e o memorial reflexivo são elementos constitutivos do processo de avaliação do aluno do Profucionário.

Concluindo este ponto, ressalta-se que no processo ensino-aprendizagem do Profucionário, vários agentes e instâncias são envolvidas, sendo eles: os órgãos públicos proponentes dos cursos, as entidades responsáveis pela produção dos materiais didáticos, a coordenação executiva e dos polos, o professor, o tutor presencial e o tutor a distância. Cada um com funções específicas.

Quanto à organização dos cursos e à produção do material pedagógico, como apontamentos, segundo MEC (2015) inicialmente esteve a cargo da Universidade de Brasília (UNB). Atualmente é de responsabilidade da SETEC, através do Programa do governo federal denominado Rede e-Tec Brasil, cujo objetivo é a oferta de educação profissional à distância, articulada como os

Institutos Federais; as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios credenciados.

A estas entidades, cabe o papel de planejar, organizar e gerenciar os cursos incluindo as questões pedagógicas de ensino-aprendizagem, produção de materiais e certificação. No curso Técnico de Infraestrutura Escolar, em estudo, a coordenação executiva esteve a cargo do Instituto Federal Farroupilha.

1.4.O CURSO TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR

O curso Técnico em Infraestrutura Escolar segue as orientações e a dinâmica do Programa Profucionário. Tem como objetivo qualificar os funcionários das escolas como Técnicos em Infraestrutura Escolar e desenvolver as competências específicas para o desempenho da função.

Segundo Perrenoud (1999, p. 4), competência é “ uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas, sem limitar-se a eles”. Compreensão que se alinha com a proposta do programa e do curso em estudo. Visto que, o aluno funcionário de escola, como profissional da educação, detentor de experiência profissional escolar, constrói seu saber, a partir das práticas e conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida.

O Profucionário propõe que, segundo MEC (2015, p. 72):

as competências sejam compreendidas como um lugar desejado, a ser alcançado, buscado. Algo que ainda não existe e não existirá sem valores, conhecimentos e habilidades, assim como a teoria não existe sem a prática.

Neste entendimento, portanto, as competências devem ser diligenciadas, construídas e planeadas pelos sujeitos em formação. O MEC (2015) recomenda que, no processo de formação e construção das competências profissionais,

leve-se em consideração que o aluno é adulto, trabalhador, cidadão, com conhecimentos, experiências e competências já construídas.

Segundo o Parecer CEB/CNE nº 16 (1999, p. 33):

Entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Complementando a ideia, lê-se, no mesmo Parecer CEB/CNE nº 16 (1999, p. 3):

Pode-se dizer, portanto, que alguém tem competência profissional quando constitui, articula e mobiliza valores, conhecimentos e habilidades para a resolução de problemas não só rotineiros, mas também inusitados em seu campo de atuação profissional. Assim, age eficazmente diante do inesperado e do inabitual, superando a experiência acumulada transformada em hábito e liberando o profissional para a criatividade e a atuação transformadora.

Conforme o MEC (2015), a aquisição das competências para o Técnico em Educação exige inúmeros elementos. Entre outros, que o funcionário tenha conhecimento da escola; saiba questionar e refletir sobre a função social da mesma; envolva-se no processo educativo; saiba cuidar e respeitar o meio ambiente; ajude a conservar o prédio e suas instalações.

Nesta compreensão, constata-se que as competências do Técnico em Infraestrutura Escolar são abrangentes e ultrapassam o trabalho rotineiro e as questões técnicas. Exigem uma postura profissional reflexiva, comprometida com a missão da escola, suas instalações e o meio ambiente.

O Parecer nº 16 (2005) do Conselho Nacional de Educação – CNE – elenca uma série de atributos que devem compor o perfil do Técnico em Educação, no qual os alunos do curso enquadram-se. Destaca o reconhecimento do contributo da escola na construção da sociedade; a identificação das diversas funções na organização escolar; a constituição de uma identidade profissional

e educativa; a participação efetiva na construção, execução e avaliação da proposta pedagógica; o diálogo e a interação com a equipa gestora, entre outros.

Na mesma perspectiva, o Programa Profucionário traça o perfil profissional do Técnico em Infraestrutura Escolar que, de acordo com o MEC (2012, p. 76): “é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como gestor do meio ambiente e da manutenção da infraestrutura escolar”. Desta forma, os alunos deverão construir as seguintes competências específicas como Técnico em Infraestrutura Escolar, conforme o MEC (2015, p. 100):

- a. conhecer o histórico da evolução dos espaços escolares e as teorias arquitetônicas e pedagógicas de construção do espaço educativo;
- b. ter sensibilidade para identificar as carências e disfunções dos espaços físicos em relação aos princípios da educação brasileira e à proposta pedagógica da escola;
- c. dispor-se a agir solidariamente com os educadores e educandos na gestão do meio ambiente e do espaço escolar para estruturá-los como agentes educativos;
- d. compreender as questões ambientais no contexto da educação para a cidadania e para o trabalho, bem como do desenvolvimento nacional, regional e local;
- e. dominar o histórico da evolução do espaço geográfico do município, de suas zonas urbanas e rurais, na perspectiva da legislação ambiental e do plano diretor de ocupação territorial;
- f. gerenciar, do planejamento à execução, os serviços de higiene e limpeza da escola, solidariamente com os outros trabalhadores e estudantes;
- g. compreender as questões de segurança das escolas, no contexto de seu espaço geográfico e de seu projeto político-pedagógico, valorizando as relações de vizinhança e de serviço à comunidade;

h. ter conhecimento e dominar a leitura e interpretação dos projetos físicos dos prédios que compõem a escola, localizando as diferentes áreas, as redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, e as outras plantas da arquitetura escolar;

i. conhecer os princípios básicos e práticas mais simples da arquitetura e da engenharia civil, incluindo as técnicas de desenho, de forma a ser capaz de dialogar com os profissionais dessas áreas na perspectiva da formulação de espaços educativos e da qualificação da aprendizagem;

j. ser capaz de entender os procedimentos de manutenção das redes: elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, bem como identificar problemas de funcionamento e executar reparos conjunturais, na medida dos recursos da escola;

k. conhecer a estrutura e a operação dos principais equipamentos elétricos e eletrônicos em uso nas escolas, inclusive, os didáticos, bem como saber executar reparos ao alcance dos recursos disponíveis;

l. cuidar da conservação dos níveis desejáveis de ventilação e de temperatura ambiente nos espaços interiores das escolas;

m. conhecer a rotina de manutenção física dos prédios escolares, incluindo tarefas de impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, bem como técnicas simples de construção em madeira, metal e alvenaria;

n. ter familiaridade com os equipamentos e materiais didáticos mais comuns nas escolas, de forma a reconhecer as alternativas de seu uso nas diferentes situações pedagógicas e prover sua manutenção e conservação.

As referidas competências deverão ser construídas a partir da estrutura curricular e dos estudos teórico-práticos ao longo do curso, conforme o que se apresenta no quadro a seguir.

Quadro 2 – Currículo para formação do Técnico em Infraestrutura Escolar

TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR		Carga Horária	
PPS 300h	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	420h	Módulos comuns às habilitações
	Módulos introdutórios	60h	
	Orientações Gerais	20h	
	Fundamentos e Práticas em EaD	20h	
	Orientações para a Prática Profissional Supervisionada	20h	
	Módulos de Formação Pedagógica	360	
	Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60 h	
	Educadores e Educandos: tempos históricos	60 h	
	Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60 h	
	Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60 h	
	Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60 h	
	Gestão da Educação Escolar	60 h	
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL	180h	
	Informática Básica	60 h	
	Produção Textual na Educação Escolar	60 h	
	Direito Administrativo e do Trabalho	60 h	
	NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	420 h	Módulos específicos às habilitações
	Teorias do Espaço Educativo	60 h	
	Meio Ambiente, Sociedade e Educação	60 h	
	Higiene e Segurança nas escolas	60 h	
Equipamentos Hidráulicos e Sanitários	60 h		
Equipamentos elétricos e Eletrônicos	60 h		
Equipamentos e Materiais Didáticos	60 h		
Técnicas de Construção	60 h		
PPS + Formação Pedagógica + Formação Técnica Geral + Formação Técnica Específica - carga horária total		1.320h	

Fonte: MEC - Orientações Gerais Profucionário. (2012, p. 78).

O núcleo de formação pedagógica é constituído por três disciplinas introdutórias ao curso e seis pedagógicas. O módulo introdutório apresenta as orientações, a proposta pedagógica, como também, os fundamentos da Educação à Distância e os princípios e orientações da Prática Profissional Supervisionada (PPS).

Segundo as Orientações Gerais do Programa do MEC (2012), as disciplinas pedagógicas visam situar os funcionários no contexto escolar e identificar seu papel no processo educativo; estudar a educação e a própria escola ao longo da história; desencadear um processo de reflexão e construção da cidadania através de uma abordagem filosófica e antropológica; dar a conhecer o processo de desenvolvimento humano, afetivo e cognitivo pela abordagem psicológica; estudar a formação da sociedade, a escola e o trabalho por meio de uma abordagem sociológica e adquirir noções de administração e gestão escolar e da educação.

Já o núcleo de formação técnica geral apresenta noções básicas de informática e de tecnologia; como também desenvolvimento da leitura, produção textual e comunicação; e noções de direito administrativo e do trabalho desafiando os funcionários das escolas a tornarem-se sujeitos de sua própria história.

E o núcleo de formação específica do curso Técnico em Infraestrutura Escolar, de acordo com o MEC (2012), é composto por sete disciplinas específicas que visam desenvolver as competências próprias e qualificar os funcionários como o Técnico em Infraestrutura Escolar.

Portanto, pelas suas características, o curso Técnico em Infraestrutura Escolar está voltado, mais especificamente, para os funcionários que trabalham na infraestrutura da escola, entre eles, os serventes. No caso em estudo, além de serventes de escola, a turma foi composta por funcionários com outras funções na escola.

Como previsto pelo Programa, o curso em estudo iniciou com uma aula inaugural na qual estiveram presentes os alunos, coordenadores, tutores e servidores do Instituto Farroupilha.

1.5. OS FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Conforme já mencionado, o Programa Profuncionário nasceu com o intuito de atender um público-alvo específico: os funcionários das escolas públicas de Educação Básica. Inicialmente, convém indagar quem são os funcionários das escolas e quais os seus afazeres nas escolas. Assim, inicia-se esta reflexão procurando identificar estes trabalhadores; apresentar as suas lutas e o contexto em que vivem e trabalham no dia a dia.

Há muitos conceitos acerca do termo funcionário. No dicionário Aurélio, encontra-se a definição como sendo “empregado da função pública” ou “aquele que possui ocupação permanente e retribuída”. Conceito que remete ao trabalho e a um profissional.

Werle (2005) afirma que o vocábulo é genérico e tratando-se de funcionário de escolas refere-se aos diversos trabalhadores do ambiente escolar. Neste entendimento, o termo engloba todos os trabalhadores da escola, desde o diretor, professores e o corpo técnico-administrativo, ou seja, secretários, bibliotecário, serventes, cozinheiras, entre outros.

Nesta lógica e, de acordo com o vínculo de trabalho que é comum a todos, não há diferença entre professores e demais trabalhadores, todos são funcionários das escolas. Contudo, constata-se que, nas escolas públicas brasileiras, ainda persiste uma espécie de segregação entre professor e funcionário, embora todos tenham o mesmo vínculo empregador.

Aqueles que trabalham diretamente com o ensino, por estarem preparados e terem a sua profissão devidamente reconhecida, são chamados de professores. Os demais, cujas funções estão relacionadas ao fazer, são denominados de funcionários.

Estudos demonstram que os chamados funcionários, historicamente, foram condicionados a uma categoria inferior, subalterna, seja por parte do poder político, pela sociedade em geral e pela própria escola. Conforme Melo (2009, p. 393): “há uma dicotomia na escola: o trabalho intelectual (dos professores) e o trabalho manual dos funcionários”. Realidade que remete aos princípios

capitalistas sustentados pela segregação social, divisão do trabalho e discriminação entre os trabalhadores.

Pesquisas demonstram que, no Brasil, determinadas categorias de trabalhadores sofrem de 'invisibilidade', isto é, tornam-se invisíveis ao vestirem os seus uniformes de trabalho. Trata-se de trabalhadores braçais, menosprezados pela ótica da sociedade capitalista. Chaves (2007), ao investigar o quotidiano dos espaços educativos das escolas do Rio de Janeiro traz à tona o fenómeno da invisibilidade de seus trabalhadores.

Segundo ele, em diversas situações os funcionários são ignorados como seres humanos e trabalhadores. Primeiramente, o autor chama a atenção sobre o silêncio quanto à produção científica relacionada com o tema. Em segundo lugar, menciona a invisibilidade a que os funcionários das escolas públicas estão submetidos. Para ele, Chaves (2007, p. 5):

Embora tenham sido trabalhadores responsáveis e/ou auxiliares pela infraestrutura oferecida aos docentes e discentes, configuram-se como o 'cenário invisível' no quotidiano escolar, receberam pouca atenção da história da educação.

Já, Monlevade (2009) afirma que, de acordo com avaliações, a invisibilidade dos funcionários das escolas, no geral, já está sendo superada, mas chama atenção quanto à subalternidade e à falta de reconhecimento quanto ao seu papel educativo. Ambos os autores reconhecem o papel fundamental destes profissionais no ambiente escolar, como educadores.

Nesta percepção, cabe lembrar, conforme Werle (2005), que o trabalho numa escola acontece de forma coletiva, na interação com todos os atores, seja professor, diretor, secretária, servente, cozinheiras e outros. Todos estão ao serviço de um projeto educativo e, portanto, merecem reconhecimento. E a mesma autora reafirma que, Werle (2005, p. 124): "não apenas os professores são responsáveis na obra educativa, mas todos no interior da escola".

Pacheco (2011), da mesma forma, defende que todos os profissionais que trabalham na escola, seja diretor, professor, funcionários são trabalhadores em

educação e suas práticas devem estar focadas no projeto pedagógico e serem reconhecidas como ação educativa. Reiterando, Werle (2005, p. 124) diz que: “A educação como trabalho coletivo está na base de um projeto de escola competente, humana, alegre, funcional, limpa, em que o ambiente seja de confiança e respeito”.

Em conformidade com as afirmações de Werle, outros autores reiteram que o trabalho educativo acontece nos diversos ambientes da escola, além da sala de aula. Bessa (2012) aponta a multiplicidade de ambientes escolares como sala de aula, biblioteca, corredores, cozinha, banheiros e outros nos quais acontecem as relações, o convívio, a partilha de vida, a troca de experiências e valores e a construção de saberes. Nesta relação cotidiana, os diversos atores aprendem e ensinam. Educam-se através do diálogo e das relações e, porque não dizer, também, pelo trabalho e pelo silêncio. Para Silva (2012, p. 18): “Escola é o lugar de aprendizagem compartilhada e colaborativa entre todos os seus integrantes”.

O termo funcionário de escola remete a um universo que engloba o desempenho de inúmeras funções no âmbito escolar, conforme já descrito. De acordo com a lista de inscritos no curso em estudo, a predominância é de mulheres que enquadram-se na função de servente e cozinheira. Dado que chama atenção, sendo conveniente evidenciar o trabalho e atividades que estas profissionais desempenham no cotidiano escolar.

No Brasil, as funções de serventes e cozinheiras são quase que, exclusivamente, de mulheres, assim como o trabalho docente dos primeiros anos de escolaridade. Werle (2005) aponta para a questão do feminino destas funções. Trabalho identificado com as atribuições da mulher no âmbito familiar, caracterizadas pelo espírito de serviço, higiene, acolhimento, zelo, responsabilidade, entre outros. Atribuições entendidas como uma extensão do ambiente familiar e, geralmente, reduzidas ao desprestígio social, baixa remuneração e, não em raras vezes, a preconceitos e discriminações.

Segundo a compreensão de Chaves (2007, p. 6):

As funcionárias contribuem no processo pedagógico, porquanto interferem no currículo “oculto”, na medida que participam na criação e socialização de hábitos, atitudes e valores de alunos, numa afetiva atividade de ensinar, cuidar e disciplinar.

Sendo assim, o Profuncionário nasceu para sanar uma lacuna histórica. Surgiu como uma oportunidade de profissionalização e uma forma de tirar os funcionários do mundo invisível em que trabalham.

Assim, conclui-se este quadro teórico referente à temática da pesquisa. O mesmo fez referência à educação profissional no Brasil, incluindo os Institutos Federais; demonstrou o nascer, a trajetória e as características do Programa Profuncionário; caracterizou o curso Técnico em Infraestrutura Escolar e apresentou os funcionários das escolas e sua realidade no ambiente de trabalho

Este primeiro capítulo foi construído na expectativa de fundamentar o segundo que versará sobre o estudo empírico e, posteriormente, o terceiro no qual se fará a análise e a discussão dos resultados obtidos. E, acima de tudo, ajudar na compreensão do cenário que envolve a temática da pesquisa; responder à pergunta de partida e contribuir para que os objetivos da mesma sejam alcançados.

2. **CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO**

Este capítulo referente ao estudo empírico descreve as justificativas da pesquisa; os motivos que levaram à pergunta de partida; os objetivos e o itinerário metodológico a ser percorrido para que a investigação atinja seus propósitos.

Esta caracteriza-se como uma pesquisa social com abordagem qualitativa. Trata-se de um estudo de caso, pois envolve um grupo restrito de pessoas, isto é, os alunos que finalizaram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profucionário, no Campus Avançado Uruguaiana. Inicialmente, convém salientar que o curso destinou-se, exclusivamente, para os funcionários das escolas de Educação Básica da Rede Pública. Portanto, os alunos que finalizaram o curso são funcionários públicos que conquistaram o título de Técnico em Infraestrutura Escolar.

Realizando-se uma revisão do estado da arte sobre questões relativas aos direitos dos trabalhadores, formação técnica profissional, educação à distância e temas relacionados com a formação de professores, verificou-se que pouco se fala, se escreve ou se pesquisa a respeito dos funcionários das escolas, embora exerçam um papel fundamental no ambiente escolar e, segundo a legislação, são considerados profissionais da educação. Constatações que motivaram o estudo e a execução desta investigação.

O Programa Profucionário, e o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, objeto de estudo, nasceram como uma conquista dos funcionários e uma resposta do governo às reivindicações da categoria. De acordo com o MEC (2015, p. 5):

Esse programa do Governo Federal tem como objetivo desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização, visando contribuir para reverter a dívida histórica do Estado brasileiro para com o segmento de funcionários da educação básica pública – atualmente reconhecidos, pelo art.

61 da LDB, como a Categoria III dos profissionais da educação, segundo o texto da Lei nº 12.014, de 2009.

Tendo em conta o contexto histórico-social dos trabalhadores das escolas; a contemporaneidade do programa Profuncionário e, partindo da premissa que o mesmo é apropriado para a qualificação profissional dos funcionários das escolas, emergiu o problema e os objetivos da pesquisa.

2.1. PROBLEMA E OBJETIVOS

A presente investigação, vinculada ao curso de Mestrado em Educação - Especialização em Administração de Organizações Educativa tem como problema de pesquisa a indagação sobre as transformações que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profuncionário desencadeou na vida profissional dos funcionários das escolas, hoje, Técnicos em Infraestrutura Escolar. Na decorrência do problema surge o objetivo da pesquisa: verificar o impacto que o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve na vida profissional dos alunos, no exercício das suas funções enquanto funcionários das escolas.

2.1.1. Problema e sua justificção

É nossa convicção, pela explanação feita no capítulo da revisão bibliográfica, que o problema da pesquisa, a averiguação sobre o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve na vida profissional dos funcionários é pertinente e possui relevância social e institucional.

Visto que, historicamente, no Brasil, os funcionários das escolas de Educação Básica pública conviveram com salários defasados, desvalorização profissional,

falta de capacitação e pouco reconhecimento do seu trabalho. Em 31 de maio de 2007 o Ministério da Educação, através da Portaria nº 25 (2007) lançou um olhar específico para esta classe trabalhadora e criou, como Política Pública, o Programa de Formação em serviço aos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profuncionário.

Além do mais, o curso Técnico em Infraestrutura Escolar como Política Pública de valorização dos funcionários das escolas e do programa PROFUNCIONARIO é, relativamente novo e a produção científica ainda reduzida.

O curso em estudo foi executado pelo Instituto Federal Farroupilha e ocorreu no Campus Avançado Uruguaiana, no período de 2014 a 2016, sendo um dos primeiros ofertados à comunidade uruguaianense. O mesmo contribuiu para dar visibilidade ao Campus e a pesquisa oferecerá dados para uma avaliação institucional.

Preliminarmente, considera-se que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar é pertinente à formação profissional dos funcionários das escolas de Educação Básica.

Diante do exposto, justifica-se a escolha do problema a ser investigado e a consecução da pesquisa na expectativa de verificar se os objetivos do curso foram alcançados e se o mesmo suscitou mudanças na vida profissional dos funcionários que o concluíram. Logo, esta pesquisa justifica-se na medida em que se propõe responder aos objetivos propostos e contribuir para avaliar a importância da oferta de cursos semelhantes, na modalidade EaD, à população de Uruguaiana e região.

As razões que levaram à escolha do problema indicado são de ordem pessoal, profissional e institucional. Primeiramente, porque acredita-se que o ser humano é um ser pensante, histórico, em processo de mudança. Nesta perspectiva, a capacitação técnica é de extrema importância para o desempenho profissional, a valorização na carreira e para a realização pessoal.

Segundo, entende-se que toda a ação humana é e pode ser educativa. Nesta compreensão, a educação dá-se mais nos diversos espaços, além da sala de

aula. Logo, toda a pessoa que trabalha na escola, ou seja, o funcionário é educador e, de alguma forma, participa do processo educativo. Sendo assim, necessita de qualificação e preparação para desempenhar as suas funções como educador fora da sala de aula.

2.1.2. Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo verificar o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura teve na vida profissional dos alunos, no exercício de suas funções enquanto funcionários das escolas de Educação Básica.

Convém salientar que para um maior entendimento, doravante, ao se mencionar o termo funcionário faz-se referência aos alunos que finalizaram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, visto que, o mesmo é exclusivo para os funcionários das escolas, visando à sua qualificação profissional.

A investigação será fundamentada no quadro teórico, considerando, especialmente, a proposta do Programa e o perfil profissional do curso. Para tanto, partiu-se das seguintes questões que irão nortear o estudo:

- Que mudanças ocorreram na vida profissional dos funcionários durante e depois da realização do curso?
- Há congruência entre as mudanças profissionais efetivamente ocorridas e o perfil do aluno proposto pelo Profuncionário e pelo curso Técnico em Infraestrutura Escolar?
- A prática Profissional Pedagógica Supervisionada contribuiu para a profissionalização dos funcionários?
- O Curso despertou nos funcionários interesse pelo conhecimento ou outras qualificações profissionais?

Com o intuito de responder às questões, a pesquisa propõe-se desenvolver os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a Rede Federal de Educação, identificando os avanços que a mesma trouxe para a educação e desenvolvimento do país.
- Analisar a importância da formação profissional para a qualificação dos funcionários das escolas.
- Identificar que tipo de contribuições decorreram do Programa Profucionário e do curso Técnico em Infraestrutura Escolar na formação dos funcionários das escolas de Educação Básica.
- Conhecer as ações realizadas pelos funcionários, durante a Prática Profissional Supervisionada e se estas colaboraram para a profissionalização dos mesmos.
- Analisar a matriz curricular e o perfil do Técnico em Infraestrutura Escolar proposto pelo Programa Profucionário.

2.2.METODOLOGIA

O conhecimento científico, diferente do senso comum, caracteriza-se por um processo criterioso de pesquisa e construção sistemática do conhecimento e pelo uso de um método que garante a cientificidade da investigação. A pesquisa científica procura respostas para determinadas perguntas usando uma metodologia definida por Minayo (2012, p. 14) como: “O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Entendendo assim, que a metodologia não é apenas o método e as técnicas, mas todo o conjunto de ações que envolve a pesquisa, inclusive, a abordagem teórica, a criatividade e a postura do pesquisador.

Considerando as especificidades e o objetivo da investigação que pretende verificar o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve na vida profissional dos alunos, ou seja, dos funcionários, hoje Técnicos em Infraestrutura Escolar, constata-se que a mesma caracteriza-se como uma pesquisa social. Esta, segundo Minayo (2012, p. 62): “Trabalha com gente e

suas realizações, compreendendo-os como atores sociais”. A pesquisa envolverá os funcionários que finalizaram o curso, hoje, Técnicos em Infraestrutura Escolar. Como ‘atores sociais’, serão inquiridos quanto às suas atividades na escola, seu protagonismo no processo educativo, bem como, sobre as mudanças profissionais que ocorreram durante e após o curso.

2.2.1. Pesquisa qualitativa

Por se tratar de uma pesquisa social e, para atender aos objetivos da mesma, optou-se pela abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2012, p. 21):

Trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Tais características ajustam-se a esta pesquisa, considerando que a mesma visa identificar o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura escolar teve na vida profissional dos alunos, ou seja, dos funcionários, hoje, Técnicos em Infraestrutura Escolar. Nela estão presentes elementos como: a descrição, a subjetividade, valores e significados; respostas que, dificilmente seriam obtidas numa abordagem quantitativa.

A pesquisa qualitativa enquadra-se na investigação social e, conforme Minayo (2012) é histórica. Compreende os atores como seres históricos onde cada grupo humano, em determinado espaço, constrói-se, organiza-se e vive de forma distinta, embora apresente características comuns com grupos semelhantes que vivem no mesmo tempo histórico, em espaços diferentes. Os alunos que finalizaram o curso em estudo são funcionários das escolas públicas, como tantos outros no país. Exercem, quotidianamente, as mais diversas atividades no ambiente escolar, como os demais. Neste processo vão se

fazendo, construindo e projetando o amanhã. Porém, condicionados pelas particularidades locais, pelo tempo e espaço portam características específicas que contribuem para responder a questão da investigação.

Em qualquer tempo e lugar as sociedades vivem o presente, porém, condicionadas por seu passado e, num diálogo entre o passado e o presente constroem o seu futuro. Demonstrando que, conforme Minayo (2012, p. 12) a “provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características de qualquer questão social”.

Ao indagar sobre o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve na vida profissional dos alunos, no exercício de suas funções enquanto funcionários das escolas, possivelmente, se constatará a historicidade do grupo e de cada um individualmente. No Brasil, milhares de funcionários das Escolas de Educação Básica já realizaram o mesmo curso, na mesma modalidade, com a proposta pedagógica e conteúdos idênticos; todavia, os resultados, supostamente, possam ser diferentes pelas questões expostas acima.

A presente pesquisa, como um estudo qualitativo, procura investigar uma realidade social específica, nomeadamente os funcionários que concluíram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar e sua atuação nas escolas em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, Brasil.

Para Minayo (2012, p. 21): “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares”. Sendo assim, a presente investigação enquadra-se como um estudo qualitativo, pois os funcionários, finalistas do curso Técnico em Infraestrutura Escolar fazem parte de um grupo específico, com características distintas, localizado num determinado espaço e tempo histórico. Possuem sonhos, crenças, conceitos, concepções de vida e um conjunto de significados que dão sentido ao seu ser e agir. Além deste universo de elementos subjetivos que engloba a pesquisa qualitativa, são considerados: a vida, as relações, os conhecimentos e o trabalho dos sujeitos.

O estudo envolve elementos subjetivos, pois pretende investigar mudanças ocorridas na vida profissional dos funcionários durante e, a partir do curso Técnico em Infraestrutura Escolar. Transformações relacionadas com as

competências técnicas do fazer; interação com as pessoas do ambiente escolar; desconstrução e reconstrução do conhecimento e aspiração por outros saberes. Considera-se que os atores sendo adultos, trabalhadores, funcionários de escolas, possuem conhecimentos e práticas acumuladas ao longo dos anos e, a partir dos saberes adquiridos no curso são capazes de construir um novo sentido para seu fazer quotidiano. A pesquisa envolve múltiplos aspectos, pois os funcionários, como sujeitos históricos, são susceptíveis a mudanças; motivações pessoais, inclusive, as questões de carácter económico, social e cultural. Elementos não possíveis de quantificar por sua natureza subjetiva e holística.

A abordagem qualitativa exige o rigor característico de uma pesquisa científica. Segundo Minayo (2012), o desenrolar da pesquisa qualitativa segue três etapas: a exploratória que prepara para o trabalho de campo e consiste na elaboração do projeto; a fase do trabalho de campo e, por último, a fase de análise e tratamento do material empírico e documental.

O trabalho de campo realizou-se no ambiente de trabalho dos funcionários, ou seja, nas escolas onde trabalham. Além disso, realizou-se uma análise documental que incluiu o relatório da Prática Profissional Supervisionada (PPS) e o Memorial Reflexivo destes mesmos funcionários. Este último, consiste num documento no qual o funcionário, aluno do curso, registou as suas reflexões, experiências, dúvidas, aprendizagens e observações dos conteúdos estudados.

2.2.2. Estudo de caso

Para responder à questão da pesquisa optou-se pelo método de Estudo de Caso como estratégia de investigação que, segundo vários autores, alinha-se com a pesquisa social. Conforme Gil (2012, p. 57) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Na mesma linha,

Mineirinhos e Osório (2010, p. 52) afirmam que “um caso pode ser bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização”. Princípios e características que se alinham com a estratégia de investigação desta pesquisa. Completando a ideia e, ainda segundo Mineirinhos e Osório (2010, p. 52): “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real”. Nesta investigação, são os funcionários das escolas de educação básica que finalizaram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profucionário, na cidade de Uruguaiana.

Gil (2010) aponta que ainda há controvérsias em relação ao Estudo de Caso por parte de alguns autores. Estes questionam a cientificidade e a rigorosidade da pesquisa no estudo de caso. Com o intuito de evitar que o pesquisador incorra nestas questões, o autor recomenda que se utilize mais de uma técnica na recolha dos dados e que se fique atento às fases da pesquisa, desde o planeamento, a recolha e análise dos dados, a fim de assegurar a qualidade da mesma.

2.3. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

2.3.1. Local de estudo

Esta investigação foi realizada em escolas de Educação Básica onde estão alocados os funcionários que finalizaram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar no ano de 2016, em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Portanto, entre as escolas de Educação Básica de Uruguaiana, em treze (13) delas estão presentes os Técnicos em Infraestrutura Escolar que finalizaram o curso.

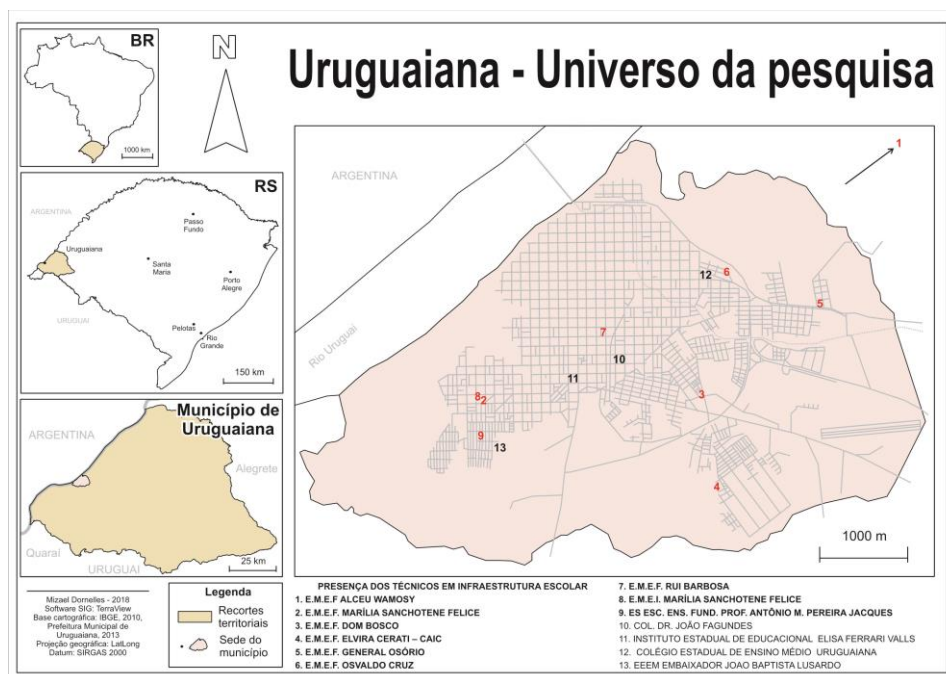
Para maior entendimento e contextualização do local da pesquisa, destaca-se que Uruguaiana está localizada no extremo ocidental do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Por suas características geográficas e econômicas é considerado um município Polo. Pertence à Microrregião da Campanha Ocidental, na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense. Faz fronteira fluvial com a República Oriental do Uruguai e com a Argentina, sendo considerada cidade gêmea de Paso de Los Libres-Argentina, ambas separadas pelo Rio Uruguai. Faz divisa, ainda, com os municípios de Barra do Quaraí, Itaqui, Alegrete e Quaraí.

Segundo dados do IBGE (Censo de 2010), sua população é de 125.507 mil habitantes, numa área de 5.715,782 km², com densidade demográfica de 21,96 hab./km². É um município de grande extensão territorial, de acordo com dados da Prefeitura Municipal, é o terceiro maior do Estado do Rio Grande em extensão e também da Região Sul do Brasil. Pela sua localização geográfica, possui relevância estratégica comercial internacional. Destaca-se no setor agropecuário e na produção de arroz.

Quanto ao aspecto educacional, Uruguaiana possui escolas de Educação Básica da Rede Municipal, Estadual e Privada. Além delas, há o Instituto Federal Farroupilha; uma Universidade Federal e outras instituições privadas com oferta de cursos superiores na modalidade de Educação à Distância.

Conforme referido, o local de estudo são as escolas de Educação Básica onde os Técnicos em Infraestrutura Escolar trabalham como funcionários. Salienta-se, no entanto, que esta pesquisa não foca as escolas, mas sim, os Técnicos em Infraestrutura Escolar que nelas trabalham. Estes estão distribuídos em treze (13) escolas (Figura 2) localizadas no município de Uruguaiana.

Figura 2 – Universo da Pesquisa



2.3.2. Participantes

A população desta pesquisa é constituída pelos trinta (30) funcionários públicos que finalizaram o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profucionário, ocorrido no Campus Avançado Uruguiana, entre dois mil e catorze (2014) a dois mil e dezasseis (2016).

No tocante às funções, os trinta (30) funcionários dividem-se em quatro (4) categorias funcionais, conforme concurso público prestado: doze (12) são serventes; doze (12) cozinheiras, cinco (5) auxiliar pedagógico e um (1) assistente administrativo.

Quanto ao local de atuação dos 30 funcionários, hoje, Técnicos em Infraestrutura Escolar, vinte e sete (27) deles trabalham em escolas de

Educação Básica; dois (2) trabalham em órgãos públicos da Administração Municipal e um (1) integra uma Universidade Federal.

Os vinte e sete (27) funcionários que trabalham em instituições de Educação Básica, estão distribuídos por treze (13) escolas. Vinte e um (21) trabalham em instituições de Educação Infantil e/ou de Ensino Fundamental e os outros seis (6) em escolas de Ensino Médio.

Vale salientar que, no Brasil, a educação escolar divide-se em dois níveis: Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica subdivide-se em: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O curso Técnico em Infraestrutura Escolar destinou-se aos funcionários das escolas de Educação Básica.

Quadro 3 – Quadro representativo da População da Pesquisa

Escolas / Instituições	Quantidade de Escolas	Nº de Funcionários que trabalham
Escola de Educação Infantil e ou Ensino Fundamental	9	21 Funcionários
Escola Ensino Médio	4	6 Funcionários
Universidade Federal	1	1 Funcionários
Órgãos Públicos Municipais	2	2 Funcionários
Total da População	30 funcionários	
Total de escolas de Educação Básica	13	

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Segundo Gil (2012 p. 89): “O universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. Nesta pesquisa, a população é composta por indivíduos que apresentam características comuns: todos são funcionários públicos que finalizaram o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar, em Uruguaiana.

Nesta investigação, a recolha de dados foi realizada por amostragem. De acordo com Gil (2012, p. 90): “A amostra é um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Sendo assim, para compor o subconjunto desta

investigação se usará a técnica de amostragem não probabilística por tipicidade ou intencional, descrita por Gil (2012, p. 94):

A amostragem por tipicidade ou intencional constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

Optou-se por uma amostragem composta pelos funcionários, Técnicos em Infraestrutura Escolar que trabalham nas escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Cabe destacar que, no Brasil, há escolas que oferecem, exclusivamente, educação infantil, assim como há escolas dedicadas ao ensino fundamental. Mas, há também escolas que oferecem ambos os níveis de estudo e, nesta classificação estão alguns dos sujeitos participantes desta pesquisa. Portanto, justifica-se a opção pelas escolas de Educação Infantil e Ensino Básico, em primeiro lugar, pela representatividade da população. E, em segundo, por compreender que nestas escolas, onde os alunos são crianças e adolescentes, os funcionários conseguem realizar um trabalho educativo, por excelência. Porque nelas, é possível estabelecer uma relação educativa, de proximidade e de afeto com os alunos, conforme propõe o Programa Profucionário.

Sabe-se que, na Educação Infantil e nos primeiros anos de escola as crianças e adolescentes estão em fase de construção da personalidade e da identidade pessoal. Neste processo, o educador exerce significativa influência e, porque não dizer o mesmo dos funcionários como: a cozinheira, a servente, o auxiliar pedagógico que, diariamente, também estão próximos dos alunos.

Nesta perspectiva, entende-se que, pela faixa etária dos estudantes, na fase da educação infantil e do ensino fundamental há uma relação de proximidade com eles. O que já não ocorre nas escolas de ensino médio onde os alunos são jovens e possuem maior autonomia. Nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental há um vínculo afetivo e de cuidado natural dos funcionários em

relação às crianças e adolescentes. Cada um, dentro do seu espaço e função, educa de alguma forma, conforme apontado no referencial teórico.

A cozinheira, presente no refeitório, ao servir a refeição aos alunos torna-se figura expressiva, pois além do alimento, ela oferece uma palavra, um ensinamento, um sorriso, uma atenção; a servente, presente no pátio, no corredor, no banheiro é referência para os alunos nestes ambientes. Ali ela cuida, olha, ouve, sorri, conversa, orienta, protege, socorre quando um aluno necessita; já o auxiliar pedagógico, no seu trabalho mais próximo do professor e do próprio aluno, torna-se presença educativa em sala de aula.

Neste entendimento, portanto, optou-se por entrevistar e recolher os dados da pesquisa com funcionários que trabalham em escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Sendo assim, a amostra prevista nesta pesquisa, é composta por vinte e um (21) funcionários que trabalham em nove (9) escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2.4. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

O processo de recolha de dados, nesta pesquisa, deu-se por meio de inquérito por entrevista semiestruturada e análise documental de caráter interno e, conforme mencionado, através de amostragem não probabilística por tipicidade ou intencional.

Gil (2010) ressalta que quando se trata de estudo de caso, a recolha de dados deve ser exaustiva e mais abrangente do que em outros tipos de pesquisa. Para tanto, recomenda que se utilize mais do que uma técnica de recolha de dados, a fim de garantir a validade do estudo; assegurar a qualidade dos que estes não sejam distorcidos pela subjetividade ou postura ideológica do pesquisador.

Nesta pesquisa, além do inquérito por entrevista, a análise documental consistiu em dois documentos distintos: o relatório da Prática Profissional Supervisionada (PPS) e o Memorial Reflexivo, ambos produzidos durante o

curso Técnico em Infraestrutura Escolar. O primeiro, diz respeito às práticas realizadas pelos estudantes no seu ambiente de trabalho, sob a supervisão da escola e do tutor; o segundo, de caráter pessoal relativo à aprendizagem de cada um.

Optou-se pelo inquérito por entrevista semiestruturada por se tratar de uma técnica flexível, que além da recolha de dados, possibilita a interação com o entrevistado e observações que se julgar importantes no momento.

Tratando-se de uma pesquisa social, o contato do pesquisador com a realidade a ser pesquisada é relevante, pois segundo Minayo, (2012, p. 61):

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual formulou a pergunta, mas também estabelecer uma interação com os atores que conformam realidade e, assim constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

Como trabalho de campo, a entrevista com os funcionários que finalizaram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, foi realizada nos seus locais de trabalho. Esta situação possibilitou a observação do ambiente escolar, embora este não seja o foco da pesquisa, mas sim, o funcionário, como um trabalhador, como ser de relações que, com o seu ser e fazer, educa as crianças e adolescentes e, em conjunto com demais funcionários e professores participa do processo educativo. A proximidade com os entrevistados contribuiu para esclarecer o motivo da entrevista; perceber as relações interpessoais e outros elementos subjetivos pertinentes à investigação.

Quanto às entrevistas, estas foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas posteriormente. Os participantes foram contactados anteriormente, convidados a participar do estudo e informados sobre os objetivos do mesmo. Tomaram conhecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), assinaram e receberam uma cópia.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um guião (Apêndice B), com o cuidado de adequar o vocabulário à realidade. O mesmo foi organizado em blocos de questões englobando o antes, o durante e o pós curso, com o objetivo

de obter dados significativos para a pesquisa e identificar se houve mudanças e, em caso afirmativo, que tipo de mudanças ocorreram na vida profissional dos alunos, agora Técnicos em Infraestrutura Escolar.

Como previsto, antecipadamente entrou-se em contato com os funcionários convidando-os para participar do estudo. Houve dificuldades no sentido de contatar com os mesmos, uma vez que, durante o horário de trabalho, dificilmente atendem ligação telefônica, também, o contato via *e-mail* - não surtiu efeito. A amostra prevista era composta pelos vinte e um (21) funcionários, Técnicos em Infraestrutura Escolar que trabalham nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O objetivo era contatar os vinte e um (21) funcionários previstos pela amostragem. Contudo, foram entrevistados onze (11) que constituíram a amostra efetiva. Os outros dez (10) não participaram pelo seguinte: dois (2) foram contatados, mas recusaram-se a colaborar; três (3) não se conseguiu contatar, pois não atenderam a ligação e não responderam aos *e-mails* encaminhados e cinco (5) estavam afastados do trabalho por questões de tratamento de saúde. Salienta-se que, pelas informações obtidas, informalmente nas escolas, o afastamento para tratamento de saúde entre os funcionários é muito frequente. O fato se deve aos movimentos repetitivos destes trabalhadores, especialmente, dos serventes que trabalham na limpeza e das cozinheiras, na cozinha.

Foram entrevistados dois (2) auxiliares pedagógicos, cinco (5) cozinheiras e quatro (4) serventes, perfazendo 52% do total da amostra prevista. Quanto ao número de escolas, atingiu-se 44%, uma vez que, os participantes da pesquisa estão alocados em quatro (4) das nove (9) escolas da amostra prevista.

Quanto ao local, as entrevistas ocorreram nas escolas conforme previsto e, de forma bastante peculiar. Três delas aconteceram na cozinha, enquanto outras colegas preparavam a alimentação dos alunos; outra ocorreu numa pequena sala destinada ao descanso dos funcionários, onde colegas tomavam café e/ou descansavam. Outra ocorreu no pátio da escola por não haver outro ambiente disponível o momento; três aconteceram na sala dos professores,

local de constante circulação de pessoas e três foram realizadas em salas mais reservadas.

Locais que falaram por si só e demonstraram que os funcionários não possuem autonomia e liberdade para entrar nos ambientes e se sentirem à vontade. Percebeu-se que os locais onde eles ficaram mais descontraídos, durante a entrevista, foi na cozinha e na sala deles próprios, pois não havia professor e ninguém da direção nas proximidades. Fato revelador que chamou atenção, pois apesar de qualificados como Técnicos em Infraestrutura Escolar, os funcionários entrevistados ainda demonstraram timidez e subalternidade, conforme apontado por alguns autores e descrito no referencial teórico.

Os referidos locais de entrevista apresentaram alguns limites como: a entrada e saída de pessoas do ambiente; ruídos dos alunos durante o intervalo, sirene e música que, por vezes, tiravam o foco do trabalho, sendo necessário dar pausa e retomar depois. Elementos estes que podem ser considerados adversos para uma entrevista, mas, por outro lado, demonstram a vitalidade e a dinâmica presente no ambiente escolar.

Conforme reportado, esta pesquisa previu, também, a obtenção de dados através da técnica de análise documental. De acordo com Gil (2010) a análise documental consiste em pesquisa de documentos diversos, elaborados com diferentes finalidades e no âmbito interno de uma organização podendo ser: documentos institucionais, jurídicos, pessoais, entre outros.

Portanto, quanto à segunda técnica de obtenção de dados desta pesquisa, ou seja, a análise documental foi realizada com base em todos os documentos que existem sobre o processo, nomeadamente o Relatório da Prática Profissional Supervisionada e o Memorial Reflexivo produzidos pelos funcionários que concluíram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar.

A análise documental seguiu os mesmos critérios da entrevista, ou seja, foram analisados os relatórios e os memoriais relativos aos sujeitos entrevistados, constituindo assim, uma segunda fonte de obtenção de dados.

Salienta-se que, no momento da entrevista os participantes foram consultados se autorizavam ou não a análise dos dois documentos citados. A

autorização foi de 100%. No momento, também, foram informados sobre o TCLE (Apêndice C) relativo a esta recolha de dados e receberam uma cópia do mesmo.

O relatório da PPS e o Memorial Reflexivo são documentos pessoais, produzidos pelos próprios estudantes durante o curso tendo como base suas práticas e aprendizagens.

O relatório da Prática Profissional Supervisionada (PPS) consiste num documento em que consta o registo das atividades profissionais do aluno, em determinado período do curso. A Prática Profissional Supervisionada faz parte do currículo do curso e, de acordo com as orientações do MEC (2012, p. 61) “é concebida no Profucionário como o momento em que o estudante se situa na redefinição do seu fazer profissional, transformando as atividades rotineiras em práticas educativas intencionais.” O relatório, portanto, é um documento produzido pelos alunos, a partir de suas práticas ao longo do curso. Relata as aprendizagens, as ações e atividades profissionais praticadas sob a orientação do tutor e de um profissional responsável, na própria escola.

De acordo com a proposta do curso expressa no caderno do MEC (2012) a Prática Profissional Supervisionada do Programa Profucionário é entendida como uma atividade educativa em serviço, com duração mínima de 300 horas. Pode ser considerado um estágio, assim como exige na formação de um professor, com objetivo de integrar a teoria e a prática. Segundo MEC (2012, p. 61): “Ela promove a problematização da rotina e a criação de outras possibilidades práticas com base nos estudos das disciplinas e das necessidades educativas da escola”.

A realização das PPS, como parte prática do curso, visa, portanto, possibilitar a análise das atividades diárias, a reconstrução de conceitos e desenvolvimento de competências à luz dos estudos realizados; novas experiências e posturas educativas; interferência nos espaços escolares e oportunidade do aluno (funcionário) demonstrar suas competências e habilidades profissionais. Sendo assim, o relatório da Prática Profissional Supervisionada é um documento que comprova a atuação dos funcionários e as possíveis mudanças que o curso

Técnico em Infraestrutura Escolar proporcionou na vida profissional dos, hoje, Técnicos em Infraestrutura Escolar.

O Memorial Reflexivo, como terceiro elemento de recolha de dados, consiste num documento construído pelo estudante durante o curso e serviu como parâmetro de aprendizagem e instrumento de avaliação. Conforme a proposta do curso MEC (2012) neste documento o funcionário regista suas vivências, experiências como estudante, suas reflexões, aprendizagens, dificuldades e observações, a partir dos conteúdos estudados nas diversas disciplinas.

Portanto, a recolha de dados desta pesquisa, contemplou três fontes distintas: o inquérito por entrevista semiestruturada, a análise da PPS e a análise do Memorial Reflexivo. Os dados recolhidos nestas fontes foram analisados por categorias temáticas e triangulados entre si, conforme descrito no próximo capítulo.

2.5. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados, nesta pesquisa, deu-se através da análise de conteúdos por categorias temáticas. Segundo vários autores, esta técnica usada em pesquisa social é antiga, remonta ao século passado. Porém, vem sendo aperfeiçoada ao longo do tempo.

Gomes (2012) aponta que, em pesquisa social, há inúmeras formas de análise de conteúdo. Entre outras, menciona a análise temática, que respaldou a presente investigação. Segundo o mesmo autor, a análise de conteúdo deve percorrer várias fases desde a pré-análise; a exploração do material e tratamento dos resultados, incluindo inferências e interpretação dos dados.

Nesta pesquisa, portanto, a análise dos dados obtidos tanto no inquérito por entrevista, como através da análise documental do relatório da PPS e do Memorial Reflexivo, seguiram as etapas apontadas pelo autor e as informações

foram analisadas a partir de categorias temáticas. Os resultados obtidos e analisados, cruzados entre si, e comparados com o perfil profissional proposto pelo curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profucionário.

2.6. CONFIABILIDADE E VALIDADE

A pesquisa qualitativa, diferente da quantitativa que utiliza a matemática ou a estatística para medir os fenómenos, caracteriza-se pela análise, interpretação e reflexão crítica da realidade em estudo. Este processo, entre outros elementos, envolve a subjetividade do pesquisador. Sendo assim, inúmeros autores indicam a descrição clara, rica e minuciosa como um dos critérios, para garantir a validade e a confiabilidade da pesquisa social. Nesta investigação, cabe ao pesquisador descrever com clareza e detalhadamente o contexto do estudo, o processo investigativo e a análise dos dados.

O processo de validação deste estudo iniciou com a construção do projeto de pesquisa e documentos correlatos, sob a assessoria dos professores do Instituto Politécnico do Porto e o acompanhamento da respectiva orientadora. Incluiu a elaboração do guião de entrevista semiestruturada, assim como o TCLE.

Num segundo momento, o roteiro da entrevista passou pela avaliação de dois especialistas como procedimento de validação. Estes sugeriram mudanças que poderiam proporcionar maior entendimento dos entrevistados. As sugestões foram acatadas e o documento melhorado.

Passado pela validação dos especialistas, realizou-se o cadastro do projeto e demais documentos na Plataforma Brasil para avaliação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. O mesmo consiste numa comissão do Conselho Nacional de Saúde, cuja função é implementar as normas e diretrizes que regularizam as pesquisas que envolvem seres humanos. Já, a Plataforma Brasil, conforme definição encontrada no próprio Portal, “é um sistema eletrônico

criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolva seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país”.

Realizado o cadastro do projeto na Plataforma Brasil, o próprio sistema encaminhou os documentos para a análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Farroupilha. Inicialmente, foram aceitos, com exceção do TCLE que precisou ser retificado e encaminhado novamente.

Processo que iniciou no mês de março de dois mil e dezoito (2018) e finalizou em oito (8) maio do mesmo ano com a expedição do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética do Instituto Federal Farroupilha, via Plataforma Brasil. O referido parecer encontra-se anexado no final desta pesquisa.

As entrevistas foram transcritas procurando ser o mais fidedigno possível, assim como na leitura e na análise documental. Os dados obtidos foram analisados tendo como parâmetro o referencial teórico.

3. **CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Este capítulo apresenta a análise e a discussão dos resultados desta pesquisa, cujo objetivo é verificar o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve na vida profissional dos alunos, no exercício das suas funções, enquanto funcionários das escolas de Educação Básica.

Relembra-se que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar integra o Programa Profucionário. Este tem a finalidade de proporcionar formação profissional aos funcionários que trabalham nas escolas públicas de Educação Básica e o curso em estudo visa formar Técnicos em Infraestrutura Escolar.

O processo de análise e discussão fundamenta-se no referencial teórico, nos dados recolhidos através da análise documental e das entrevistas semiestruturadas de onze (11) funcionários de quatro (4) escolas, que compõem o *corpus* da pesquisa.

Nesta investigação, tomou-se o cuidado de preservar o anonimato, tanto das escolas, como dos sujeitos entrevistados. Estes são identificados com um código de letra, conforme quadro a seguir. As escolas não são mencionadas visto que, as mesmas não são o foco da pesquisa, representam, apenas, o local onde os funcionários trabalham e realizaram a PPS.

Quadro 4 – Amostra efetiva da pesquisa

Funcionário	Gênero	Idade	Tempo de Serviço Público	Função	Nº de Escolas que trabalhou	Classificação das escolas
A	Feminino	31	6 anos	Auxiliar Pedagógico	1	Educação Infantil
B	Feminino	37	5 anos	Auxiliar Pedagógico	2	Educação Infantil
C	Feminino	55	5 anos	Cozinheira	1	Fundamental Completo
D	Feminino	42	8 anos	Cozinheira	2	Educação Infantil
E	Feminino	43	8 anos	Cozinheira	1	Educação Infantil
F	Feminino	37	8 anos	Cozinheira	1	Fundamental Completo
G	Feminino	52	8 anos	Cozinheira	2	Fundamental Completo
H	Feminino	49	16 anos	Servente	1	Fundamental Completo
I	Feminino	48	15 anos	Servente	2	Fundamental Completo
J	Feminino	43	6 anos	Servente	1	Fundamental Completo
K	Masculino	56	22 anos	Servente	3	Fundamental Completo

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Quanto à caracterização da amostra efetiva há uma predominância de mulheres, porque o curso formou vinte e nove (29) Técnicos em Infraestrutura Escolar do sexo feminino e um (1) do sexo masculino. O fenômeno da predominância das mulheres, nas funções de cozinheira, servente, auxiliar pedagógico e até educadores da educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, nas escolas brasileiras, é bastante comum. Segundo Vieira (2009) esta realidade pode remeter à ideia de ‘missão’ ou continuidade do papel da família, porém, deve ser superada pela profissionalização e valorização profissional.

A amostra efetiva é composta por funcionários, cujas idades oscilam entre 31 e 56 anos. Este dado permite supor que neste grupo de funcionários há uma abertura para o novo, bem como a preocupação com a necessidade de qualificação, independentemente da idade. Constata-se, também, que não há

funcionários na faixa dos vinte (20) anos, o que pode sugerir dois fenômenos: primeiro, que as pessoas mais novas não procuram trabalho nestas funções; segundo, que as instituições públicas não estão abrindo concursos públicos ou estes estão cada vez mais espaçados. Ou ainda, pode estar ocorrendo o processo da terceirização dos trabalhadores nestes setores, que parece ser uma tendência atual. Se os dois fenômenos estiverem ocorrendo pode-se prever que, no futuro, haverá diminuição de servidores nestas funções nas escolas em razão das aposentadorias e afastamentos por motivos de saúde, podendo acarretar acúmulo de trabalho para os funcionários que estarão na ativa.

Ainda em relação à amostra efetiva, há bastante disparidade quanto ao tempo de serviço público dos participantes. Oscila entre cinco (5) e vinte e dois (22) anos. Entende-se que o tempo mínimo, cinco (5) anos é um período suficiente para que os sujeitos adquiram experiências e conhecimentos necessários para se tornarem profissionais comprometidos com o projeto educativo da escola e com o bem-estar dos alunos. Já em relação à migração dos funcionários nas escolas, pode-se considerar insignificante, visto que, a maioria permanece na mesma, exceto os funcionários B,D,G e I que mudaram de escola por duas vezes e o funcionário k, três vezes.

No que concerne às funções dos funcionários que compõem a amostra efetiva, é importante salientar que estes atores sociais exercem seus trabalhos na escola, conforme concurso prestado no momento do ingresso no serviço público. O auxiliar pedagógico tem a função de assistir o professor em sala de aula; a cozinheira, a preparação das refeições e tudo o mais que diz respeito à alimentação dos alunos; a servente é responsável pela preservação, limpeza, manutenção e conservação do ambiente escolar. Cada um, através de suas atribuições no espaço de trabalho, de alguma forma, contribui para a aprendizagem e educação dos alunos.

Passa-se à análise e interpretação dos dados através de análise de conteúdo por categorias temáticas e conforme a ordem cronológica dos fatos. Neste contexto, inicia-se pelo Memorial Reflexivo, cuja elaboração ocorreu durante o

curso e contém elementos de todo o processo desde a inscrição, matrícula até a conclusão do mesmo. Posteriormente, será analisado o Relatório da PPS, que relata as realizações durante o curso, finalizando com as entrevistas.

3.1. MEMORIAL REFLEXIVO

Após leitura minuciosa dos onze memoriais chegou-se à elaboração de duas categorias temáticas, conforme quadro a seguir.

Quadro 5 – Categorias temáticas do Memorial Reflexivo

	Temas geradores	Categoria temática	% de funcionários que referenciaram as mesmas ideias
1.	. Motivações: Aprender mais, procura por qualificação, incentivo dos colegas e da escola. . Dificuldades: limites pessoais, uso do computador, Educação à Distância, metodologia participativa. Aula inaugural	Trabalhadores procurando qualificação profissional	81,8%
2.	Mudanças no pensar e no agir. Nova visão, novas compreensões e novas atitudes Realizações, superações Construção de uma nova identidade profissional	Trabalhadores em processo de transformação	90,9%

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

3.1.1. Trabalhadores procurando qualificação profissional

Na primeira categoria analisa-se a dinâmica dos funcionários como trabalhadores das escolas, ao sair da 'zona de conforto' à procura de conhecimento e qualificação profissional. Dado que lembra a necessidade do estudo ao longo da vida, defendido por Delors (1998, p. 103): "A evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes". Neste processo, aparecem as motivações, as dificuldades e as superações dos funcionários das escolas, ao retomar aos estudos após anos dedicado ao trabalho nas instituições educacionais.

De acordo com os Memoriais, 36,3% dos funcionários participantes da pesquisa registaram suas motivações para iniciar o curso ressaltando a vontade de melhorar profissionalmente; a necessidade de aquisição de conhecimento e o incentivo de outras pessoas. A funcionária (E) escreveu: "Ao começar o curso tive por objetivo me capacitar profissionalmente, procurando novos horizontes para o futuro". Dado que reporta à ideia da evolução, do inacabamento do ser humano, trabalhado nas disciplinas pedagógicas do curso e sinalizada por Freire (2018, p. 34): "A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado". Na mesma perspectiva, a funcionária (A) registou: "Atuando na área da educação sei da necessidade de sempre estar atualizada para o crescimento pessoal e profissional". Da mesma forma a funcionária (H) deixou escrito em seu Memorial: "A minha vontade é de aprender, adquirir e aperfeiçoar os conhecimentos que me qualifiquem para exercer minha função na escola".

Já a funcionária (I) ressaltou o estímulo das colegas. "Inicialmente só queria participar porque as minhas colegas de trabalho também estavam no curso". Dado que pode ser entendido como um incentivo ou uma cobrança; seja qual for, demonstra as relações de amizade e parceria que há entre os funcionários no interior das escolas.

Apesar das motivações, do entusiasmo inicial e da vontade de retomar os estudos constatou-se que 63,6% dos funcionários foram tomados por dúvidas,

inseguranças e dificuldades diante do novo cenário que se apresentava como estudantes.

Além de questões pessoais, o longo período afastado dos estudos, o uso da tecnologia, a educação à distância e a proposta metodológica do curso foram os maiores desafios enfrentados pelos funcionários ao iniciar o curso.

A preocupação quanto aos anos afastados dos estudos apareceu nos memoriais. A funcionária (G) escreveu: “Embora trabalhando num educandário, fazia mais de quinze anos que não entrava em sala de aula como estudante”. Igualmente a funcionária (D) apontou: “Não tinha ideia de como seria voltar a estudar depois de alguns anos”. Inquietações que revelam a falta de oportunidades, de acesso aos estudos e à qualificação profissional destes e tantos outros funcionários no Brasil que, quando jovens, não tiveram oportunidade de estudar e se qualificar adequadamente.

Os conflitos pessoais também estiveram presentes. A funcionária (G) descreveu os momentos cruciais do seu primeiro encontro presencial. Em que elementos próprios da vida dos trabalhadores, como a sensação de rotina, cansaço, desejo de superação, incerteza entre dividir seu tempo com a família ou dedicar-se aos estudos e dar a si própria a oportunidade de crescimento, antecederam o curso. É possível perceber, também, certo conflito na compreensão do seu papel diante da família e a vida profissional. Dúvidas, tomada de consciência da trajetória da vida, oportunidades perdidas e vontade de retomar os estudos foram os sentimentos que povoaram o coração e a mente desta funcionária, ao iniciar o curso. Além do papel das colegas de trabalho que, como companheiras de caminhada foram um incentivo para iniciar e prosseguir na jornada. Ela, a funcionária (G), registou:

Quando me avisaram do curso, achei que seria bom fazer. No primeiro dia de aula a noite, depois de um dia cansativo de trabalho não tinha vontade de ir sair de casa, sem ânimo nenhum. A caminho do curso lembrava-me porque não fiquei em casa descansando, o que iria me proporcionar este curso? Depois de certa idade voltar a estudar, para que deixar minha família, meu descanso? Bem, chegando lá encontrei minhas colegas. Entrei na sala e começou passar um filme

de anos atrás. Porque eu desperdicei anos, poderia ter feito faculdade e não fiz, mas as condições também não deixaram.

O uso do computador foi um dos maiores desafios para os funcionários. Conforme escreveu a funcionária (H): “Depois de concluída a primeira etapa da inscrição, algumas dúvidas surgiram e comecei a questionar-me: Por que eu faria esse curso? Se mal sei ligar ou desligar um computador e o curso é através da internet”. Salienta-se que o computador não é instrumento de trabalho das cozinheiras, serventes e auxiliares pedagógicos, logo, há pouca familiaridade com o equipamento.

A funcionária (F) evidenciou os novos instrumentos de estudo. “Para mim era tudo novidade, um curso EaD, usar computadores em vez de cadernos, voltar novamente para sala de aula, que desafios teria pela frente”. Percepções reais que precisaram ser superadas e demonstram que o mundo, em mudança, impõe novos elementos no processo de aprendizagem. A expressão, ‘computador em vez de caderno’, sinaliza algo nunca experimentado; remete à evolução dos sistemas educativos e que os antigos materiais de estudo estão sendo superados pela tecnologia e pelo virtual. Realidade que desafia os adultos ao retornarem aos estudos depois de anos fora da escola e confirma a preocupação de Delors (1998, p. 104): “Doravante temos que aprender ao longo da vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros”.

Segundo MEC (2012) um dos objetivos do Profucionário é fazer com que os funcionários aprendam a usar as novas tecnologias e assim poderem melhorar as suas condições de vida, além de alcançar reconhecimento e aumento da remuneração na carreira profissional. Dado confirmado pelos participantes da pesquisa. A funcionária (H) registou: “Durante todo o período do curso fiz uso da internet, algo que para mim até então era novidade, pois não sabia nem ligar o computador, paralelo ao curso fui desenvolvendo minha capacidade digital”. Na mesma perspectiva, a funcionária (J) também escreveu: "No primeiro dia de aula muitas pessoas, tutores, dificuldades com *e-mails*, senhas, tudo parecia muito difícil, até que depois de algumas tentativas, tudo começou a dar certo”.

O Ensino à Distância também foi novidade e um desafio a ser superado. A funcionária (C) escreveu: “Tive muita dificuldade em me adaptar ao estudo EaD, mas agora sei que é melhor e a cada dia tende a melhorar mais, agora já não quero outro tipo de aprendizado”, demonstrando superação e uma nova postura frente à realidade.

A funcionária (B) descreveu quão desafiadora foi a metodologia proposta pelo curso, isto é, o ter que pensar, interpretar, expor ideias, sugerir são características próprias do Programa Profucionário com o propósito de emancipar os funcionários. Ela escreveu: “Os primeiros trabalhos eram de apavorar; pesquisas, digitações, assuntos diferentes, nas respostas havia sempre alguma interpretação pessoal para dar”. Esta afirmação sinaliza duas situações vividas pelos funcionários nas escolas. A primeira, que eles estão à margem das discussões, dos estudos, limitados ao fazer, conforme apontou, na entrevista, a funcionária (C): “Sabe que no meu trabalho a gente tinha um limite. Faz isso e pronto. É o teu setor e pronto.” Segundo, pode-se perceber um resquício de falta de confiança e prática participativa dos funcionários, que não possuem o hábito de expor e defender as suas ideias. Ou ainda, que esta funcionária não desenvolveu a prática da reflexão, da leitura e interpretação. Se assim for, há um longo caminho para que os funcionários sejam ouvidos e conquistem o seu espaço como profissionais.

O Profucionário prevê uma aula inaugural no início do curso. No caso em estudo, este encontro foi importante e decisivo para a persistência dos funcionários e 18,1% deles relembrou o momento em que foram acolhidos, conheceram os tutores, os colegas e pessoas do Campus. A funcionária (F) descreveu suas primeiras impressões:

Lembro-me da aula inaugural, era uma noite bem agradável de setembro. Os tutores e coordenadores do Polo Uruguiana nos receberam com muito carinho, dando-nos as boas vindas e fazendo apresentações e a professora Cecília (nome fictício) veio de São Borja para nos receber e nos encorajar, mostrou as possibilidades e os desafios que tínhamos pela frente e disse que não seria fácil e

tudo dependeria de nossa força de vontade e nos desejou sucesso na nossa nova jornada.

Já a funcionária (B) registou, objetivamente, as informações e as características do curso que estavam iniciando. “Foi passado o tempo de duração (dois anos), dias da semana a serem cumpridos e horários e como seria o curso, estudos, práticas e atividades, tudo plenamente explicado e com as devidas orientações”. Os dois relatos evidenciam diferentes percepções, ambas, importantes para o início do processo de aprendizagem.

Portanto, estas foram as percepções dos funcionários no início do curso Técnico em Infraestrutura Escolar encontradas nos Memoriais. O desejo de conhecer, aprender e qualificar-se profissionalmente parece ter sido maior do que os desafios e as dificuldades encontradas, conforme escreveu a funcionária (G): “...sempre temos algo a aprender” E a funcionária (E), da mesma forma, deixou escrito: “Enquanto estivermos vivos o desejo de se aprimorar continuará existindo em nós”.

Ao concluir esta categoria temática contata-se que os dados levantados indicam que a Rede Federal, através do Programa Profucionário, trouxe avanços para a educação no Brasil; proporcionou qualificação profissional aos funcionários das escolas e viabilizou o acesso às novas tecnologias.

3.1.2. Trabalhadores em processo de transformação

Na segunda categoria são analisadas as mudanças, as aprendizagens e a construção de uma nova identidade profissional dos funcionários como trabalhadores, que ocorreu durante o curso. Como sujeitos históricos, os funcionários procuraram qualificação, estudaram, participaram dos encontros presenciais, realizaram as atividades propostas pelos professores, fizeram a PPS e foram registrando todo o processo no Memorial Reflexivo. Além disso,

compartilharam conhecimentos e experiências, mudaram conceitos, comportamentos, realizaram ações e interviram no ambiente escolar.

De acordo com os memoriais de 90,9% dos participantes na pesquisa, o curso Técnico em Infraestrutura Escolar desencadeou um processo de mudanças na vida profissional, já durante o estudo. Estas abrangeram desde o aspecto intelectual até à construção de uma nova identidade profissional. A funcionária (E) mencionou: “Os temas abordados durante o curso, me deram uma nova visão dos problemas enfrentados na educação brasileira”. A funcionária (B) também descreveu suas mudanças e percepções: “Desde o início do curso o nosso olhar e pensamento já começou a mudar, através das leituras e estudos pode-se perceber a evolução e crescimento da educação”. A funcionária (J) escreveu no Memorial: "O curso ampliou meus conhecimentos e me deixou mais segura para desempenhar minhas tarefas".

Constatou-se que, além de novas compreensões e conceitos, o curso contribuiu para o desenvolvimento humano e das relações. O funcionário (K) percebeu que houve mudança na sua maneira de se relacionar com o outro: “Aprendi (...) a lidar com as diferentes opiniões dos colegas”. A funcionária (G) menciona o uso da tecnologia: “Depois da segunda aula presencial começamos usar a tecnologia, o computador e comecei a gostar”. A funcionária (F) desenvolveu sua capacidade de comunicação, debate de temas com os alunos e superação de medos, conforme escreveu:

Os alunos me fizeram quebrar barreiras. Elaborei trabalhos sobre o meio ambiente e apresentei, no salão da escola, com duas turmas. Eu iniciei tímida com a voz trêmula, de repente, já estava à vontade, interagindo com eles, fazendo comparativos e dinâmica de grupo.

Coragem, superação e autoconfiança transparecem neste relato. Destaca-se pela relevância do tema abordado e pelas suas circunstâncias em que ocorreu. Não é comum, nas instituições de ensino do Brasil, uma servente, funcionária de escola, reunir duas turmas de alunos no salão para debater um tema educativo.

Ainda segundo os Memoriais, as atividades da PPS foram importantes, pois contribuíram para alargar o entendimento em relação aos alunos e ao processo de aprendizagem, conforme o registo da funcionária (E). “No desenvolvimento das atividades pude constatar que os alunos não acompanham as atividades igualmente, cada um tem o seu momento e um ritmo”. A funcionária (H), da mesma forma, aponta novas experiências e compreensões, a partir das práticas realizadas. “As atividades que elaboramos, essa aproximação com os alunos, fez-nos entender muitas coisas, como comportamentos e a facilidade de aprender ou não”. A funcionária (D) relata práticas novas que foram significativas para ela. “Durante o curso adquiri novas experiências substituindo professores e auxiliando na escola”.

Verificou-se que, à medida que o curso foi avançando, os funcionários foram desenvolvendo uma conduta educativa e uma nova identidade profissional foi sendo construída. A funcionária (G) escreveu: “Depois dos estudos das primeiras apostilas comecei a observar mais minha escola. Tudo o que se passa em torno dela. Isso mudou meu modo de agir”. Na mesma perspectiva, a funcionária (H) relatou que com o estudo ultrapassou os limites do seu setor, conheceu a dinâmica da escola, assumiu uma nova postura como servidora pública. “Passamos a conhecer todos os setores da escola e seu funcionamento, reconhecemo-nos como educadores, antes me considerava apenas uma simples funcionária, não agregava em nada”.

A funcionária (G) relatou a sua participação ativa na reunião pedagógica, o seu sentimento de pertença ao grupo e seu protagonismo como educadora. “Tivemos a reunião pedagógica do mês na escola, foi o dia inteiro; discutimos problemas da escola (...) no fim, saímos com novas ideias e isso fez com que nos reunimos para manter o coleguismo já que todos somos educadores”. Já a funcionária (D) registou uma descoberta importante e transformadora: “Descobrimos que cada funcionário tem o seu valor dentro da escola e é importante que todos cumpram seu papel.” Na mesma linha a funcionária (C) deixou escrito: “Nós funcionários e professores temos um papel muito importante na educação”. Completando, a funcionária (J) também escreveu:

"Me tornei uma funcionária com perfil reformulado para acompanhar as novas exigências e as demandas atuais".

A funcionária (E) mencionou que o estudo a capacitou para analisar, refletir e emitir juízo sobre realidade educacional, além de favorecer a sua participação nas discussões acerca da educação e o desejo de poder colaborar para a melhoria da mesma:

Agora tenho uma visão mais crítica embasada nos conhecimentos adquiridos. Antes, não dava opiniões sobre os temas da educação porque era leiga no assunto. Agora que estudei e aprendi, poderei participar dos debates sobre a educação e, quem sabe, fazer algo para melhorá-la.

Ao finalizar a análise desta categoria temática, embora timidamente, constata-se que, já durante o curso, ocorreu um processo de mudança no pensar e no agir dos funcionários. Estes foram tomando consciência do seu papel como profissionais da educação e construindo uma nova identidade profissional, demonstram assim, que a formação profissional é importante para o desempenho das funções e o bem-estar dos funcionários.

Concluindo a análise dos Memoriais, destaca-se que estes apresentaram dados significativos, pois retrataram situações reais que os funcionários vivenciaram durante o curso, uma vez que, os mesmos foram construídos no decorrer do processo.

3.2. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

Após atenta leitura dos Relatórios da Prática Profissional Supervisionada (PPS) constatou-se que as atividades realizadas pelos funcionários seguiram duas vertentes: uma englobando ações com alunos e para os alunos; outra abrangendo ações com e para a escola, pais e comunidade. Neste contexto,

chegou-se à elaboração de quatro categorias de análise, conforme as temáticas dos projetos e ações desenvolvidas.

Quadro 6 – Categorias temáticas – Prática Profissional Supervisionada - PPS

	Práticas/projetos realizados pelos funcionários durante o curso	Categorias	% Funcionários que desenvolveram atividades em tono do tema
1	<ul style="list-style-type: none"> . Cuidando e valorizando o meio ambiente; Projeto lixo; . Recolha e venda de material reciclável . Importância da água / preservação da água . Higiene e preservação do meio ambiente . Brincando e recriando com o lixo/ renovando o espaço . Flores em cantigas (meio ambiente e ludicidade). 	Preservação do meio ambiente	100%
2	<ul style="list-style-type: none"> . Bons hábitos alimentares; Cadeia alimentar . Alimentação saudável, Horta coletiva . Cardápio diferenciado, O despertar do paladar . Organização do ambiente de alimentação . Produção e degustação de alimentos 	Alimentação saudável	63,6%
3	<ul style="list-style-type: none"> . Vacinação contra o HPV, Campanha de prevenção da Dengue . Mexa-se (dança)/ Projeto Tudo bem ser diferente . Cuidado com o corpo; higiene pessoal . Conhecendo o corpo, Cores e sentimentos . Dança, canto e poesia, socialização através do esporte. 	Prevenção e cuidado com o corpo	81,8%
4	<ul style="list-style-type: none"> . Datas comemorativas do calendário escolar: .Páscoa, festa junina, aniversário da escola, volta às aulas, festa fantasia, dia das mães, dia dos pais, dia do professor, dia do desafio, dia da consciência negra, dia dos namorados, Semana da Criança, Semana da Pátria, Semana do Gaúcho e Campanha do agasalho. 	Datas comemorativas	72,7%

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

3.2.1. Preservação do meio ambiente

Esta primeira categoria de análise trata das inúmeras ações e projetos realizados pelos funcionários relativamente ao tema meio ambiente. O Programa Profuncionário entende que há uma estreita relação entre o espaço escolar e o meio ambiente. Sendo que, uma das competências a ser construída durante o curso refere-se ao cuidado e à gestão ambiental. O funcionário deve, conforme o MEC (2015, p. 100): “Dispor-se a agir solidariamente com os educadores e educandos na gestão do meio ambiente e do espaço escolar para estruturá-los como agentes educativos”.

De acordo com os relatórios das PPS, os funcionários compreenderam a importância de conscientizar as novas gerações sobre a necessidade da preservação do meio ambiente. Sendo assim, realizaram inúmeras atividades, cada um a seu modo. Envolveram os alunos e alguns abrangeram a comunidade escolar e local. Desta forma, trabalharam outra competência proposta pelo curso. MEC (2015, p. 100) “Gerenciar, do planejamento à execução, os serviços de higiene e limpeza da escola, solidariamente com os outros trabalhadores e estudantes”. E demonstraram que a disciplina “Meio Ambiente, Sociedade e Educação”, estudada ao longo do curso, foi devidamente assimilada e posta em prática.

Quadro 7 – Projetos e ações desenvolvidas em torno do tema: preservação do meio ambiente

Atividades desenvolvidas	% de funcionários envolvidos
Atividades, orientações e acompanhamento dos alunos quanto ao cuidado e preservação da limpeza nos diversos espaços escolares: banheiros, pátio, sala de aula e refeitório;	54,5%
Palestras, discussão, vídeos com o tema ecologia e estudos sobre preservação do meio ambiente;	36,3%
Plantio de flores e árvores envolvendo professores, funcionários e alunos das escolas.	27,2%
Elaboração conjunta de um plano de ação de cuidado e preservação do meio ambiente na escola;	18,1%
Construção coletiva de brinquedos e jogos infantis a partir de garrafas pet, latas, caixas de leite e outros;	18,1%
Reaproveitamento da água do ar condicionado para a limpeza da escola e conscientização dos alunos	18,1%
Campanha de coleta do óleo de cozinha e encaminhamento correto; separação do lixo orgânico e reciclável	18,1%
Reciclagem, Construção coletiva de uma pracinha infantil, bancos e renovação dos espaços escolares, a partir de pneus, madeiras e material reciclado;	18,1%
Atividades de higienização e construção de lixeiras com os alunos; acompanhada de conscientização sobre a manutenção e limpeza, desde a sala de aula, a escola, a comunidade, a cidade, o planeta;	9%
Conscientização, coleta, armazenamento, separação e venda de materiais recicláveis envolvendo os alunos e suas famílias a fim de custear viagem dos estudantes para participar de jogos estudantis;	9%
Conscientização, coleta, armazenamento, separação e venda de materiais recicláveis envolvendo os alunos e suas famílias a fim de custear viagem dos estudantes para participar de jogos estudantis;	9%
Caminhada no entorno da escola com objetivo de observar, recolher o lixo e conscientizar a comunidade.	9%
Estudo dos diferentes tipos e lixo produzidos, confecção, instalação e pintura de lixeiras conforme as cores; recolha de lixo orgânico.	9%
Estudos sobre a importância da água, locais onde há escassez de água, elaboração de gráficos e cartazes sobre dicas de economia e consumo consciente da água, distribuição dos mesmos na escola; observação do hidrômetro, gastos com o consumo de água.	9%

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Ressalta-se que, 100% dos funcionários participantes da pesquisa desenvolveram atividades em torno da temática, seja individualmente ou em grupo com colegas do curso. Demonstraram assim, que podem interferir na

realidade através de pequenas ações e que é possível preservar o meio ambiente, melhorar os espaços escolares, ajudar na mudança de hábitos e atitudes, educar e projetar um futuro melhor. Conforme relatou a funcionária (H): “Desenvolvemos um trabalho sobre meio ambiente, onde interagimos com os alunos e, com eles, elaboramos dez medidas de preservação do meio ambiente e colocamos em prática”. Na mesma linha, a funcionária (I) descreve uma das atividades desenvolvidas: “Os alunos interagiram nos contando o que fazem em casa para cuidar do meio ambiente, o que já viram de destruição, como lixo jogado no rio, e o que já estudaram sobre o assunto”.

Cabe destacar que, através das entrevistas, constatou-se que dois destes projetos relativos ao meio ambiente continuam a vigorar nas escolas. A funcionária (A) mencionou a continuidade de um deles iniciado na PPS em dois mil e catorze (2014). “Nós fizemos um projeto de reciclagem e continuamos com ele ainda hoje”. Portanto, o conjunto das atividades relacionadas ao meio ambiente, desenvolvidas pelos funcionários, constitui uma amostra do impacto positivo que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar trouxe para as escolas e continua repercutindo até o momento.

3.2.2. Alimentação saudável

Nesta categoria são analisadas as práticas dos funcionários que assumiram uma postura de cuidado com a vida, promovendo a alimentação saudável junto dos alunos. Assim, colocaram em prática outra competência proposta pelo Profuncionário. MEC (2015, p. 76) a de “identificar as diversas funções educativas presentes na escola”. Ou seja, os funcionários perceberam que a alimentação é um tema que envolve a vida e tem impacto na aprendizagem do aluno; além de que, o ato de alimentar-se pode ser um momento educativo.

Os projetos e atividades em torno da temática foram desenvolvidos por um total de 63,6% dos participantes da pesquisa, seja individualmente ou em

grupos com os colegas. As atividades foram agrupadas conforme o quadro seguinte:

Quadro 8 – Projetos e ações desenvolvidas em torno do tema: Alimentação saudável

Atividades Desenvolvidas	% de funcionários envolvidos
Estudo e discussão com os alunos sobre alimentos saudáveis e não saudáveis; orientação sobre a conservação dos alimentos, preparação e degustação de alimentos saudáveis;	54,5%
Debates e estudo sobre hábitos saudáveis; consumo de verduras e sucos naturais; confecção de salada de frutas e sucos com os alunos; criação e distribuição de cartazes sobre o tema para a conscientização de toda a comunidade escolar;	27,2%
Visita ao supermercado para identificar os tipos e os preços dos alimentos;	9%
Mostra de frutas e verduras, identificação das cores e funções de cada um;	9%
Palestra sobre a cadeia alimentar;	9%
Organização, estudo e cultivo da horta escolar;	9%
Confecções e degustação de alimentos feitos com ingredientes como cascas e folhas que, normalmente são jogados no lixo.	9%

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Vale salientar que, ao desenvolver atividades relativas à alimentação saudável e bons hábitos alimentares, os funcionários perceberam o problema e tentaram interferir, assumindo assim, uma notável postura educativa, visto que, a temática é de extrema importância para a vida dos estudantes, no presente e no futuro. Segundo pesquisas, atualmente, no Brasil, mais de 33% das crianças entre cinco (5) e nove (9) anos de idade apresentam excesso de peso, dado preocupante para as futuras gerações e a saúde pública do país.

A funcionária (D) chama a atenção sobre o assunto: “O tema alimentação é motivo de preocupação de pais e educadores, visto que, o mercado oferece uma quantidade de produtos alimentícios (...) um tanto inadequados”. A funcionária (F) relatou uma das ações realizadas. “Para estimular nas crianças o hábito de alimentação saudável preparamos saladas verdes e ofertamos aos alunos na merenda, explicando-lhes que é necessário consumir mais verduras

e legumes para ter boa saúde”. A funcionária (B) fundamentou suas práticas ao descrever que: “As atividades sobre alimentação saudável foram elaboradas devido à carência de uma boa alimentação e porque as crianças rejeitam certos alimentos por não terem conhecimento”. A funcionária (J), da mesma forma mencionou o propósito das atividades em torno da temática: “Neste projeto, tenho o objetivo de ensinar aos alunos sobre a importância de termos alimentação saudável”.

Pode-se considerar que os funcionários trabalharam a temática de forma educativa e transformadora. Não se limitaram apenas ao estudo teórico, mas a todo um processo que envolveu estudo, conscientização, coleta de dados como, por exemplo, a visita ao supermercado do bairro; organização e plantação até a preparação, (houve funcionários que envolveram os alunos na preparação), a degustação e o consumo dos alimentos saudáveis. Este é mais um indicador de que a formação profissional é importante para o bom desempenho das atividades e que funcionários qualificados contribuem para o bem-estar e a educação dos alunos.

3.2.3.Prevenção e cuidado com o corpo

Nesta categoria foram agrupados os projetos e ações relativas à prevenção, saúde e cuidado com o corpo. Estas foram desenvolvidas por um total de 81,8% dos participantes da pesquisa, seja, individualmente ou em equipa, com colegas do curso.

Ao analisar as atividades, percebe-se que os funcionários, já durante o curso, desenvolveram a competência de, segundo MEC (2015, p. 76) “Formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não-docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa”. Realizaram atividades articuladas com temas e assuntos desenvolvidos pelos professores, em sala de aula. Perceberam realidades além

da escola, envolveram a comunidade e abordaram temas de cunho social, conforme quadro.

Quadro 9 – Projetos e ações desenvolvidas em torno do tema: prevenção e cuidado do corpo

Atividades Desenvolvidas	% de funcionários envolvidos
Estudos, demonstrações e atividades de conscientização sobre a importância de bons hábitos de higiene, cuidado com o corpo. Higiene bucal	54,5%
Estudo de conscientização sobre a importância da vacinação contra HPV, (<i>Human papiloma vírus</i>); promoção de palestras para esclarecer dúvidas com os alunos e pais sobre o assunto; coordenação, organização da Vacinação na escola.	45,4%
Atividades lúdicas, músicas, danças e desenhos relativos ao corpo humano. Conhecendo o corpo.	18,1%
Organização e execução de Campanha de Prevenção da Dengue envolvendo alunos, funcionários, professores, pais e a comunidade local.	9%
Educação e socialização através de atividades desportivas como futebol, futsal e handebol.	9%

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Através dos projetos e ações constata-se uma postura proativa, de prevenção e de cuidado com a saúde, preocupação expressa pela funcionária (I): “A gente promoveu palestra sobre a saúde”.

Pela relevância do projeto, destaca-se o trabalho do funcionário (K), que desenvolveu atividades desportivas (futebol, futsal e handebol) com o objetivo de prevenção do uso de drogas e recuperação dos alunos em vulnerabilidade social, conforme escreveu no relatório “...visando despertar o interesse dos alunos pelo esporte e não pensar em drogas, como a solução dos problemas” . Com o mesmo intuito, além das atividades desportivas, este mesmo funcionário (K) desenvolveu um projeto de dança, poesia e canto para “despertar o interesse pra cultura tradicionalista”.

É importante destacar que a escola onde este funcionário (K) trabalha está localizada numa região com alto índice de violência e vulnerabilidade social. Pode-se considerar que este sujeito fez uma leitura social, percebeu os riscos

dos alunos, as suas necessidades, e assumiu uma postura proativa de cuidado e proteção. E, ao ser entrevistado, em dois mil e dezoito (2018) isto é, dois anos após a conclusão do curso, muito satisfeito ele afirmou: “Eu continuo com os projetos de atividades desportivas e cuidado com o meio ambiente, até hoje” (K).

Portanto, os temas trabalhados demonstram o protagonismo e a proatividade dos funcionários perante as necessidades dos alunos e os problemas sociais locais. Sendo assim, pode-se ir afirmando que o curso trouxe mudanças na vida profissional dos funcionários e beneficiou, também, os alunos e a comunidade escolar.

3.2.4. Datas comemorativas

Nesta categoria de análise, foram agrupadas as atividades relativas às datas comemorativas do calendário escolar em que os funcionários se envolveram e deram a sua contribuição. Dos participantes da pesquisa, um total de 72,7% envolveram-se numa ou mais atividades comemorativas demonstrando comprometimento com a escola e compreensão de que a educação acontece além da sala de aula.

Como instituição, a escola faz parte de uma história e de um contexto social, é um espaço educativo, de produção de conhecimento, de relações, de encontros e, também, de celebrações e de festas. Conforme MEC (2015, p. 83), “A escola não é apenas aquele prédio que envolve determinadas pessoas, que ali permanecem tantas horas do dia. Cada escola tem uma história, assim como o tem a instituição escolar”. E, neste contexto, organiza e celebra as datas comemorativas.

Quadro 10 – Projetos e ações em torno do tema: datas comemorativas

Datas comemorativas	% de funcionários envolvidos
Dia das Mães	54,5%
Aniversário da escola	45,4%
Páscoa /Festa junina	45,4%
Volta às aulas /Semana da Criança	45,4%
Semana do Gaúcho	36,3%
Semana da Pátria	27,2%
Dia dos Namorados	27,2%
Campanha do Agasalho/Festa Fantasia	9%
Dia do Desafio/Dia da consciência negra	9%
Dia dos Pais/Dia do Professor	9%

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Participando das atividades alusivas às datas comemorativas do calendário escolar, os funcionários demonstram-se dinâmicos, participativos, abertos e colaborativos com a comunidade escolar.

Destaca-se que duas escolas, em que os participantes da pesquisa trabalham, comemoraram o aniversário de forma ampla e participativa e os funcionários integraram-se na dinâmica. A funcionária (F) relatou: “Em 2015, nossa escola completou 70 anos e na semana do aniversário houve festas e comemorações (...) preparamos bolos e participamos das atividades”. A funcionária (E) de outra escola, da mesma forma destacou: “No dia 11 de abril foi comemorado o dia da escola (...) durante toda a semana foram realizadas atividades em que nós participamos, os alunos e suas famílias também”.

Considera-se que as datas comemorativas são momentos educativos por excelência e oportunidades de integração da comunidade escolar com as famílias. A funcionária (H) durante a entrevista, ao referir-se às festas da escola e às mudanças que o curso trouxe para ela, disse: “Pra mim me mudou a visão de pai, que eu sou mãe de aluno”. E a funcionária (C) escreveu em seu relatório: “Eu tive bons momentos atuando diretamente com os alunos, participamos com mais desenvoltura de todos os eventos do calendário escolar”.

Sendo assim, pode-se considerar que o curso e a PPS contribuíram para mudar o perfil dos funcionários. Eles envolveram-se nas atividades e, como protagonistas, ajudam a escrever a história de cada escola.

Concluindo, através das análises das PPS foi possível conhecer as inúmeras ações realizadas pelos funcionários; constatar que eles são dinâmicos, colaborativos e podem dar um forte contributo no processo educativo escolar. E a PPS, integrando o curso, colaborou efetivamente para a qualificação dos funcionários e enriqueceu as escolas.

3.3. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

As entrevistas consistiram uma terceira fonte de dados e, cabe lembrar que estas ocorreram em dois mil e dezoito (2018), ou seja, dois anos após a conclusão do curso Técnico em Infraestrutura Escolar.

Conforme já mencionado, utilizou-se um guião como facilitador. Inicialmente, houve a preocupação em deixar os participantes muito à vontade, com uma longa conversa inicial como ‘aquecimento da entrevista’ onde foram explicados os motivos e objetivos do estudo. Na pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2012, p. 67) “é fundamental o envolvimento do entrevistado com o entrevistador”.

Assegurou-se o compromisso de manter o anonimato dos participantes e a ética na pesquisa. Deu-se a conhecer o TCLE, e cada entrevistado assinou e recebeu uma cópia. No momento, também, solicitou-se autorização para realizar a análise do Relatório da PPS e do Memorial Reflexivo, produzidos por eles. Entregou-se o TCLE referente à análise documental e explicou-se os procedimentos da pesquisa. Cabe salientar que, embora ansiosos por participar de uma entrevista pela primeira vez, os sujeitos entrevistados ficaram bastante lisonjeados em poder colaborar com o estudo e autorizaram a análise documental.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas; a partir de palavras, ideias e frases levantadas, criaram-se três categorias de análise temáticas.

Quadro 11 – Categorias de análise temática das entrevistas

Ideias geradoras	Categoria temática	% de funcionários referenciaram as ideias
. Procura de conhecimento, atualização, qualificação; . Tempo longe dos estudos; . Uso do computador, informática, ambiente virtual, ajuda do tutor; motivações, desafios, dificuldades, superação.	Funcionários que retomam os estudos	100%
. Aprendizagens e realizações, PPS, atividades planejadas e conscientes, relacionamento com os alunos e professores; . Conhecimento da escola, novos saberes.	Funcionários que frequentam o curso	100%
. Nova visão das coisas, da educação, da escola, novos horizontes; . Qualificação profissional, ser educador, mudanças; . Cidadania, participação na escola, interação com o aluno; . Trabalho com consciência e planejamento, reconhecimento; . Construção de uma identidade profissional; . Recuperação da autoestima e confiança pessoal.	Funcionários tornam-se Técnicos em Infraestrutura Escolar	100%

Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

3.3.1. Funcionários que retomam os estudos

Esta categoria temática procura analisar as motivações, as dificuldades e contextualizar os primeiros passos dos funcionários no prosseguimento dos estudos, de acordo com suas narrativas nas entrevistas. Cabe destacar que, 100% dos participantes da pesquisa, de alguma forma, fizeram menção ao processo de prosseguimento dos estudos, seja pelas motivações iniciais ou as dificuldades que enfrentaram depois de anos afastados dos estudos.

Conforme entrevistas, várias foram as motivações que levaram os funcionários a inscrever-se no curso. Motivos como melhorar profissionalmente, procurar novas experiências e o desejo de crescer foram apontados por 54,5% dos participantes da pesquisa. O incentivo dos colegas e direção da escola foram mencionados por 27,2% dos funcionários e o nome do curso motivou 18,1% dos funcionários participantes da pesquisa. Regista-se que estas mesmas motivações foram referidas nos Memoriais.

A funcionária (E) falou, “O que me motivou a fazer o curso foi aprender mais, procura de novas experiências, qualificações para o próprio cargo da gente”. Outras evidenciaram interesse pelo nome do curso e por destinar-se aos funcionários. A funcionária (A) disse: “A princípio fiquei interessada porque achei diferente, por causa do título. Eu nunca tinha ouvido falar de um curso Técnico para Funcionário Público. Ah, eu fiquei interessada”. Na mesma perspectiva, a funcionária (H) falou: “Eu me interessei por causa da nomenclatura do curso, Técnico em Infraestrutura Escolar e, porque era para os funcionários”. Pelas expressões os funcionários demonstraram que estavam atentos às oportunidades de crescimento e ofertas de qualificação profissional. Já a funcionária (C) salientou o estímulo e o apoio da direção da escola no início do curso. Segundo ela, a diretora assim se expressou: “A escola está disponível para ajudar vocês e acompanhar o curso de vocês”. Afirmação que encorajou e contribuiu na condução dos estudos.

Conforme já mencionado, para o Profuncionário, o homem é um ser em evolução, um “vir a ser” ou o “devir”; ideia bastante trabalhada durante o curso e reafirmada por Bessa (2012, p. 19): “O que há de natural no ser humano é a transformação, a mudança, o tornar-se diferente do que já se foi e do que se é”. Numa época de mudanças, retomar os estudos como adulto e trabalhador, implica deparar-se com dificuldades, superar desafios e evoluir. Foi o que ocorreu com os funcionários em estudo. Precisaram superar as limitações pessoais, mudar a rotina, vencer o cansaço do dia de trabalho, dedicar-se aos estudos; ler, estudar, cumprir tarefas, mudar suas concepções, conhecer e dominar o uso do computador e da internet, entre outros.

Questionados sobre as dificuldades iniciais ao voltar aos estudos, 81,8% dos entrevistados apontaram o uso da tecnologia, o Estudo a Distância e a rotina de trabalho como os principais obstáculos que precisaram superar. A funcionária (I) falou: “Tive muita dificuldade no computador. Superei porque uma tutora (...) sempre teve muita paciência pra me ajudar”. Na mesma linha, a funcionária (F) disse: “Ah, sim, tive bastante dificuldade porque eu não sabia nada como era lidar com o computador. Pra mim ele (computador) era um fantasma naquela época (risos), mas, depois eu consegui”. E assim, vários apontaram o uso do computador como a principal dificuldade enfrentada.

Além dos estudos, os funcionários foram instigados a conhecer e usar a tecnologia como meio de aprendizagem. Fator que poderia ter sido um impeditivo para realizar o curso, mas, conforme apontado por eles próprios, foi superado pela vontade de aprender e com o auxílio dos tutores.

Como já sinalizado no referencial teórico, os tutores desempenham um papel relevante na Educação à Distância. No caso em estudo, além do auxílio em relação ao uso da tecnologia e de aprendizagem, eles assumiram a função de motivar e acompanhar os funcionários durante sua trajetória formativa. Segundo Leal (2005, p. 2) “O tutor é aquele que instiga a participação do aluno evitando a desistência, o desalento e o desencanto pelo saber”. Eles foram imprescindíveis no processo de aprendizagem dos funcionários e, para que os mesmos não desanimassem ao longo do percurso.

Outra dificuldade levantada é relativa ao esforço ou ao movimento de saída do isolamento, da alienação e da rotina que os funcionários precisaram realizar. Dando a entender assim, que antes viviam e trabalhavam dentro de uma monotonia diária de cumprir tarefas, conforme expressão da funcionária (E):

Eu tive muitas dificuldades e pensei em até desistir do curso. Ah, porque é um mundo diferente daquele que a gente vive. A gente vive mais dentro da cozinha. Aí passou o tempo e comecei me aprofundar, a ter mais curiosidade, se envolver mais daí fui indo e gostei.

Portanto, este movimento de regresso aos estudos e procura por qualificação que os trinta (30) funcionários realizaram, demonstra o quanto eles estavam abertos e valorizaram a oportunidade oferecida. Outros tantos, na cidade de Uruguaiana, receberam o mesmo convite, porém, não se sentiram desafiados ou não tiveram a coragem de sair de seu mundo para procurar mais formação e qualificação profissional.

3.3.2. Funcionários que frequentam o curso

Esta categoria analisa o processo de desenvolvimento que os alunos, funcionários das escolas tiveram durante o curso Técnico em Infraestrutura. Os participantes foram inquiridos no tocante às suas aprendizagens; as disciplinas da proposta curricular; a PPS; se eles se veem como educadores, entre outros. Convém esclarecer que 100% dos participantes da pesquisa, de alguma forma, mencionaram aspectos positivos referente às aprendizagens e ao curso.

Em relação às disciplinas estudadas, constatou-se que há diferentes posicionamentos no grupo e pode-se afirmar que as temáticas abordadas tiveram impacto de forma diferente em cada um dos funcionários entrevistados. O que leva a refletir sobre as diferenças pessoais, a história e as circunstâncias de vida dos indivíduos e como isso influenciou na aprendizagem e na compreensão dos conteúdos estudados.

Cabe lembrar que no Profuncionário MEC (2012, p. 59) “As disciplinas tematizam temas, trazem conhecimentos historicamente produzidos, orientam a leitura e as atividades a serem realizadas, tanto para compreender os conceitos como para fazê-los funcionar na experiência”.

Conforme entrevistas, para 54,5% dos funcionários, os conteúdos dos módulos de formação pedagógica foram mais importantes; para 27,2% a disciplina do Direito Administrativo e do Trabalho; para 27,2% a disciplina de Produção Textual e para 9% os conteúdos do Núcleo de Formação Técnica

Específica, exclusivas do curso. Salienta-se que 100% dos entrevistados apontaram a PPS como um dos elementos que proporcionou crescimento, interação com a escola, os alunos e aprendizagens significativas.

Embora não tenham sido destacadas por todos os entrevistados, pode-se afirmar que as disciplinas pedagógicas foram fundamentais para desencadear o processo reflexivo, mudanças de conceitos, de atitudes e de compreensão da escola, entre outros.

A funcionária (J) enfatizou os conteúdos do módulo pedagógico como relevantes, pela situação de vida que se encontrou no momento. Confirmando assim, que o contexto pessoal é determinante no processo de aprendizagem. “Gostei mais da parte que estudamos sobre pedagogia, psicologia e português, porque foram importantes pra mim no momento”.

A funcionária (A) ressaltou o trabalho e a identidade do servidor público, tema que perpassou a estrutura curricular do curso. “O que mais me chamou a atenção foi a profundidade como o curso tratou o serviço público. A gente estudou o papel do funcionário público, a importância que ele tem”. A expressão sugere que ela descobriu sua identidade e a importância de seu papel na escola. Em consequência disso, é provável que houve melhoras na sua vida profissional, elevação da autoestima e, possivelmente, maior comprometimento com o trabalho e com a escola.

O módulo “Direito Administrativo e do Trabalho” que, também, foi mencionado tem como objetivo, segundo Moraes (2012, p. 12) de:

Possibilitar a compreensão dos problemas relacionados à vida na escola a partir da apropriação reflexiva dos conceitos fundamentais de Direito, Legislação e Cidadania, relacionando-os a aspectos atuais do mundo do trabalho e suas marcantes transformações.

Entende-se que os temas relacionados à legislação e aos direitos trabalhistas foram relevantes, pois eram desconhecidos. A funcionária (E) assim se expressou: “Ah, o que eu gostei mais foi da parte das leis, porque a gente não sabe de tudo o que tem direito. Então, eu aprendi dos meus direitos e dos

deveres, aprendi a ética e o comportamento que a gente deve ter”. Já a funcionária (F) destacou: “Muitas coisas sobre legislação que eu não sabia quando eu entrei no serviço público pelo concurso. Não sabia nada. Esse curso me aprimorou, Eu sabia pouca coisa e aprendi muito”.

Outros funcionários mencionaram a disciplina ‘Produção Textual na Educação Escolar’ através da qual os estudantes tiveram, segundo Freitas (2012) a oportunidade de aprender como fazer uso da linguagem escrita, nas mais diversas circunstâncias, inclusive, na escola. Além de produzir textos, conhecer as normas da redação oficial brasileira, desenvolver o hábito da leitura e interpretação de textos. A funcionária (B) falou: “Me chamou a atenção, o português na questão dos documentos”. Igualmente, a funcionária H) disse: “Aquela parte dos documentos me chamou bastante atenção. Eu tive a curiosidade de aprender”.

Salienta-se, a formação pedagógica humanística se sobressaiu em relação à formação técnica. Apenas um dos participantes da pesquisa evidenciou as disciplinas específicas do curso, apresentadas no quadro nº 02 do referencial teórico. A funcionária (D), falou:

Olha, gostei mais da parte da infraestrutura que é no finalzinho do curso, por exemplo: tamanho da sala de aula. Essa parte me chamou a atenção porque tudo o que acontece, estraga, ali na cozinha sou eu que arrumo.

Conforme mencionado, não houve unanimidade em relação à proposta curricular das disciplinas estudadas durante o curso. Dado que lembra a dinâmica, a historicidade e faz compreender que no processo de aprendizagem, cada indivíduo tem seu ritmo, uma compreensão; uma trajetória escolar; vive num contexto social; possui interesses e necessidades próprias. Fatores que podem ser determinantes para os resultados ou aprendizagens. No caso em estudo, os estudantes são funcionários e adultos; alguns com mais idade e experiências de trabalho, outros menos. Estudaram em escolas, regiões, em tempos e cursos distintos. Cada um com uma história pessoal e profissional;

necessidades; experiências; conhecimentos; curiosidades; diferentes aptidões e funções na escola, as quais contribuíram para as múltiplas compreensões e identificação com as diversas disciplinas do curso.

Questionados sobre a aplicação dos conteúdos estudados no cotidiano escolar, 81,8% dos entrevistados afirmaram que os ensinamentos enriqueceram o trabalho diário e que colocam em prática os conhecimentos adquiridos. A funcionária (A) disse: “Eu gostei das atividades do curso porque, desde o início, a gente pode pôr em prática isso na escola”. Da mesma forma, a funcionária (F) falou: “Olha, do curso, praticamente, em todas as atividades que a gente faz”. Já a funcionária (E) dá a entender que coloca em prática os ensinamentos recebidos de forma reflexiva e consciente. “Sim, algumas coisas a gente usa mesmo. Antes a gente pensava, ah, é só fazer assim e pronto. Agora não. A gente pensa não é assim, sabe, tem toda aquela coisa de pensar antes”.

Quanto aos conhecimentos específicos da infraestrutura, apenas 9% dos entrevistados afirmaram que colocam em prática, na escola. A funcionária (D) afirmou que usa os conhecimentos técnicos na escola. “Aconteceu, por exemplo, a torneira queimou, lá vou eu desligar o disjuntor e consertar. O cano quebrou ali, eu sei consertar, não tenho problemas nestes casos”.

A funcionária, (G) dá a entender que compreendeu os conteúdos específicos do curso e faz crítica ao mencionar que pouco consegue colocar em prática, devido a fatores que fogem da competência dos funcionários. Disse ela:

Até gostaria, foi um aprendizado bom. Só que aqui na escola, a parte a infraestrutura a gente não consegue colocar em prática. Tanto que você vê aqui, a altura que é a pia e o tamanho do panelão que a gente tem que lavar. O panelão não entra na pia. Isso é uma coisa que a gente aprendeu no curso e foi bem preparada pra isso e pra ver o que tá faltando na escola.

Ao se referir ao ‘panelão’ esta funcionária mostrou-se insatisfeita em relação às condições de trabalho na escola. Os móveis e equipamentos não são adequados, o que exige maior esforço por parte delas e, não raro, provocando

dores corporais e afastamentos do trabalho por motivos de tratamento de saúde.

Quanto à Prática Profissional Supervisionada (PPS), 100% dos entrevistados mencionaram que as atividades ajudaram para o crescimento profissional e assim, beneficiaram os alunos e as escolas. Segundo a funcionária (B):

Através da PPS foi possível dar um pouquinho mais de valor naquilo que eu faço automaticamente, já robotizado. São atividades que a gente faz no dia a dia sem a gente parar e pensar, nossa, quanto isto é importante, quanta coisa preciosa a gente faz. Aí a PPS abriu nossos olhos para isso.

Na mesma linha, a funcionária (C) chama a atenção quanto ao aspecto rotineiro, mecânico, que os funcionários, até então, estavam vivendo e realizando suas atividades. A PPS contribuiu para tomar consciência, despertar para a reflexão e melhorar as relações interpessoais.

Sabe que no trabalho tu não consegue enxergar os outros setores, as coisas não te pertencem. Tu chega cega, faz aquilo ali, é uma rotina e deu. Com o curso e a PPS a gente teve a oportunidade de conhecer os setores da escola. A gente fez outras coisas, interagiu com a escola, com as crianças, com os pais. Foi muito bom e importante essa parte. E deu para colocar em prática o que a gente estava aprendendo.

A funcionária (H) salientou que, com a PPS adquiriu conhecimentos e um novo olhar para espaços educativos na escola. Demonstrando assim, o quanto ela realizava suas tarefas de forma mecânica e talvez como um fardo, pois não tinha a compreensão do alcance das suas ações. Além do limpar, o servente educa, orienta, colabora para o bem-estar do aluno e sua aprendizagem.

Durante o curso nas várias tarefas que a gente elaborou se deu conta de quantas coisas que a gente passava e não entendia. Como por exemplo, uma atividade que a gente elaborou na biblioteca. Eu conheci a biblioteca que há anos, entrava, limpava e não sabia de certos procedimentos. Eu fiquei conhecendo realmente os setores da minha escola.

Como prática intencional, a PPS fortaleceu as relações entre os funcionários e os alunos, conforme depoimento da funcionária (D): “A PPS me ajudou, ir na sala de aula conversar com os alunos. Sabe, ali no refeitório mesmo, fazer uma atividade com as crianças”. Neste mesmo sentido, a funcionária (E) falou: “A gente chegou mais perto das crianças, a gente interagiu mais com elas. Foi bem legal (...) a PPS foi bem boa pra isso, hoje a gente tem mais interação com eles”. A funcionária (J) ratificou: “A gente conseguiu conviver mais com as crianças, a gente consegue trocar mais ideias, aprendeu a lidar mais com os alunos, conhecer o jeito deles. O funcionário (K) também, reafirmou o aspecto de aproximação com os alunos:

As atividades da PPS foram muitas (...) eu comecei a desenvolver habilidades para conversar com eles e trazer os alunos mais difíceis. Sabe, tirar eles da vida difícil, para eles ter raciocínio, ter maior amor por si próprio e ter amor pela própria escola.

A realização da PPS em conjunto com os colegas foi mencionada como um aspecto positivo. A funcionária (H) falou: “A gente fazia as tarefas juntas e descobrimos assim as capacidades das pessoas”. Da mesma forma, a funcionária (F) relata as ações realizadas com as colegas de curso. “Eu sempre fiz com minhas colegas, era bom (...) antes a gente só fazia a merenda, servia, os alunos comiam, saíam e pronto. Na PPS a gente teve a oportunidade de fazer a merenda junto com eles e explicar como se faz”.

Os sujeitos, por unanimidade, apontaram as atividades da PPS como experiências que contribuíram para a qualificação profissional. Deram a entender que, antes do curso executavam suas tarefas de forma mecânica e rotineira. Já durante o estudo e com as ações da PPS, aproximaram-se dos alunos e assumiram uma postura mais educativa em seus espaços de trabalho. Dados que foram constatados tanto nos Memoriais, como nos Relatórios e confirmados nas entrevistas.

Para o Profuncionário, quem trabalha na escola é educador. Questionados sobre este ponto, 90,9% dos participantes da pesquisa afirmaram que se

reconhecem como educadores. A funcionária (B) falou: “Sim, sou educadora, no relacionamento com os alunos, com os colegas, na transmissão de conhecimentos. E a gente adquire conhecimentos com os alunos”. A funcionária (J) foi além, especificando situações quotidianas. “Sim, eu me vejo como educadora, participante da educação, atuante junto às crianças. Por exemplo, as crianças estão brigando a gente chega, conversa, diz vamos sentar, conversar, vamos ser amiguinhos”. A funcionária (H) por sua vez, afirmou que depois do curso se sente educadora e faz questão disso: “Eu gosto da minha função e me sinto educadora e, depois deste curso me sinto mais reconhecida e faço isso ser reconhecido”.

A funcionária (D) relatou seu trabalho, interação com os alunos no refeitório e na sala de aula, quando possível. O fato de brincar, ler livros, contar histórias demonstra uma prática educativa, planejada e intencional.

Ah, sim completamente. Quando eles (alunos) chegam ao refeitório a gente já sabe quem é este, quem é aquele, todo mundo fala, eu converso com eles. Eu vou até em sala de aula, quando os professores me deixam, né. Aí eu brinco, converso, leio livros, conto histórias... tudo isso.

Ao concluir a análise desta categoria temática, salienta-se que foi possível vislumbrar mudanças qualitativas na vida profissional dos funcionários que assumiram os estudos, mudaram seu pensar e melhoraram suas práticas. Confirmando assim, que a formação é importante para o bom desempenho das atividades e para a vida dos trabalhadores.

3.3.3. Funcionários tornam-se Técnicos em Infraestrutura Escolar

A terceira categoria olha para os funcionários já qualificados como Técnicos em Infraestrutura Escolar e analisa os dados que indicam mudanças ocorridas com a conclusão do curso. Destaca-se que 100% dos participantes da pesquisa apontaram melhorias em suas vidas, a partir do estudo.

Questionados se o mesmo despertou interesse por outras qualificações, 100% dos entrevistados afirmaram que sim, embora nem todos tenham conseguido iniciar outro curso neste período de dois anos. Constatou-se que, 45% dos participantes da pesquisa iniciaram outros estudos; sendo que 18,1% ingressaram no ensino superior e 27,2% cursaram o Técnico em Alimentação Escolar, também do Programa Profucionário; conforme a funcionária (F): “Fiz outro curso, o Técnico em Alimentação Escolar dentro do próprio Instituto Farroupilha”. Da mesma forma, a funcionária C, disse: “Quando eu acabei este de Infraestrutura Escolar, já fiz o outro de Alimentação Escolar”. A funcionária (A) enfatiza a necessidade do estudo e da qualificação profissional para quem trabalha na educação. Ela falou:

Sim. Eu fiz o outro curso do programa Profucionário, o Técnico em Alimentação Escolar. (...) Eu acho que a gente como educadora, não como professora, mas como auxiliar pedagógico tem essa consciência que precisa estar sempre estudando (...) Como é que eu vou trabalhar numa escola, alienada das coisas, né.

A funcionária (J) ressaltou que o Técnico em Infraestrutura Escolar foi um estímulo para ela continuar estudando e acreditando no seu potencial. “Ah, me ajudou porque eu vi que tenho condições de ir mais além. O curso me incentivou a fazer uma faculdade, licenciatura que estou fazendo”. Outro funcionário (K), da mesma forma, também, iniciou o curso superior. “Sim, inclusive eu comecei e estava fazendo faculdade de História e só tranquei porque meu filho está fazendo Medicina (...), mas, não vou desistir. Vou seguir

assim que possível”. Assim como a funcionária (B) falou: “Depois do curso eu ainda sigo correndo atrás de mais cursos pra gente ficar por dentro. Sempre me informando, conhecendo”.

Portanto, pelos relatos das entrevistas ,os dois anos de estudos despertaram o gosto pelo saber, a curiosidade, a consciência de que cada um tem condições de aprender mais ou ir além dos conhecimentos adquiridos. Sendo assim, uma das mudanças ocorridas após a conclusão do curso foi à procura por outros estudos e qualificações.

Questionados sobre os possíveis avanços que ocorreram com o curso e após a sua conclusão, os Técnicos em Infraestrutura Escolar, por unanimidade, apontaram mudanças e/ou melhorias suscitadas pelo mesmo. Seja de mentalidade, visão de educação, de escola; seja na vida pessoal e profissional. A funcionária (H) afirmou: “O curso muda a visão da gente. Eu não sei se para as outras pessoas, mas pra mim mudou bastante (...) a visão de pessoa, de ver a escola e o seu funcionamento, a visão como profissional me mudou”.

Na mesma perspectiva a funcionária (D) falou:

Vou te dizer assim, o curso mudou minha visão de ver todo o projeto dentro de uma escola, não só o setor da gente. Quando a gente tá dentro a gente muda a visão, é diferente somos todos educadores. Só que como a gente não participava das coisas achava que não. Hoje em dia a gente faz parte, sabe que educa e pode até ajudar no futuro da criança. E eu me sinto educadora.

A funcionária (B), igualmente, salienta a mudança no olhar e na compreensão da realidade escolar. “O curso me proporcionou uma super melhora. Os horizontes são outros, meu olhar ficou outro, o conhecimento é outro. Estudar sempre é bom, é ótimo. O curso foi ótimo”.

Ressalta-se novamente, que as disciplinas de formação pedagógicas, apesar de não terem sido apontadas explicitamente por todos os participantes da pesquisa, como as que mais chamaram a atenção durante o curso, pode-se deduzir que elas contribuíram para desencadear um processo reflexivo e transformador. Se houve mudanças no entender e perceber a escola; na

compreensão de educação e de si próprio como profissional, conforme relatado pelos entrevistados, é porque os conteúdos estudados levaram a isso.

Segundo MEC (2012) além da qualificação profissional o curso Técnico em Infraestrutura Escolar visa desenvolver a autoestima, a cidadania e dar um novo sentido ao ser e ao fazer dos funcionários como profissionais. Questionados sobre as melhorias que o curso proporcionou na vida, os sujeitos apontaram elementos significativos. A funcionária (J) afirmou:

Olha, o curso para mim fez com que eu me sinta melhor na escola. Mesmo não tendo o reconhecimento dos outros eu me reconheci como educadora; eu me vi mais importante na escola. Me vejo como uma peça importante na escola. E o curso me estimulou a crescer, a querer mais, estudar mais, fazer faculdade, ir para frente.

Esta funcionária apontou mudanças consideráveis como o aumento da autoestima, confiança em si mesmo, o reconhecer-se como profissional, educador, como alguém importante na escola; além do autoconhecimento e a descoberta de suas capacidades. Em outro momento da entrevista, a mesma funcionária (J) assume uma nova identidade, afirma-se como profissional, demonstra uma postura de superação e, ao mesmo tempo, aponta a questão das desigualdades presentes nas escolas. “E eu me sinto mais educadora. Desde que começou o curso a gente viu que não somos só um limpa piso, só a tia da limpeza, mas somos mais, e isso me ajudou bastante”.

O relato da funcionária (F) demonstra o quanto conseguiu libertar-se a partir do estudo. Na expressão "eu já consigo falar" ela externa todo o sentimento de alegria, autoconfiança e superação por conseguir falar; sentir-se gente e cidadã. A ideia do falar, evoca o grande educador Paulo Freire (2005, p. 44): "A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo". E o mesmo autor reafirma que (2005, p. 44): "Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão". Nesta ótica a funcionária (F) assim se expressou:

Com o curso eu me sinto mais cidadã, eu me sinto muito melhor. Eu acho que eu já consigo opinar certas coisas. Já tenho mais conhecimento para dar minha opinião. Antes eu ficava sempre retraída, não conhecia né. Então nesse aspecto que eu como pessoa e cidadã eu acho que melhorou bastante. Eu aprendi muita coisa lá dentro e eu já consigo falar. Na questão pessoal o curso foi muito bom pra mim.

A partir do momento em que esta funcionária recupera a confiança em si, consegue falar e se reconhece como cidadã, torna-se capaz de conquistar seu espaço na escola e transformar a realidade, conforme proposta do Profuncionário e segundo Silva (2012, p. 89) “A cidadania também é uma conquista (...) A vida em sociedade é uma construção humana feita por homens e mulheres, em constante movimento”.

Neste mesmo entendimento, a funcionária (A) salientou o seu protagonismo na escola. A partir do curso, percebe a mudança nas relações 'ouvir e ser ouvido' fato que exige respeito de ambas as partes; aponta a transformação do antes para o depois do curso; sente-se reconhecida e gratificada.

Mudou, mudou porque agora eu sei que tenho o direito de intervir na escola no que eu faço (...) Se eu der uma opinião na escola ela vai ser ouvida e deve ser ouvida. Isso foi importante a gente aprendeu a ouvir e a ser ouvida. Eu acho que isso é importante e é uma mudança. Porque antes, a gente não tinha voz, então isso é gratificante. Tu saber que tem voz, saber que vai ser ouvida, saber que a tua opinião importa, isso é importante eu acho.

Já a funcionária (E) apontou melhorias no sentido da educação, no relacionamento e compromisso com os alunos que vão além das suas funções e atividades rotineiras:

Sabe, esse curso ajudou a gente a se integrar mais com as crianças. Porque antes tinha essa coisa de tia da merenda é só tia da merenda, ela só chega na hora da merenda. Agora não é só isso. A gente participa e é convidada a participar de atividades de algumas salinhas. A gente interage e participa.

Para o funcionário (K), o curso ajudou a melhorar o relacionamento e o trabalho com os alunos. E ele aponta o desejo de continuar seu trabalho educativo e a necessidade da escola valorizar as aptidões dos alunos.

Melhorou no tratamento com os alunos porque o que eu gosto mesmo é trabalhar com a gurizada (alunos). Mesmo que eu seja servente, mas o meu objetivo é seguir com a gurizada para despertar as ideias boas que eles têm. Quanto talento nós temos na escola e perdemos porque não valorizamos.

Portanto, concluindo a análise desta categoria verifica-se que os Técnicos em Infraestrutura Escolar tiveram melhoras significativas com os estudos realizados.

E, ao finalizar as análises das categorias temáticas desta pesquisa e em razão da coerência entre os registros documentais e as falas dos sujeitos, pode-se afirmar que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve um poder transformador na vida dos funcionários. Cabe salientar que, as informações obtidas através das entrevistas realizadas no presente, referenciam os dados dos documentos elaborados durante o curso.

3.4. TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

O processo de triangulação dos dados enriqueceu a investigação, ratificou as informações obtidas nas três fontes e permitiu algumas observações em relação aos participantes da pesquisa.

Embora não tenham sido evidenciadas divergências assinaláveis nos dados recolhidos nas três fontes, constatou-se uma leve diferença no enfoque dos discursos entre os funcionários que exercem diferentes funções na escola, cozinheira, servente e auxiliar pedagógico. Entende-se que, assim que o “estatuto” social tem influência na vida dos indivíduos, assim como a função e

o espaço de trabalho influenciam a compreensão e a forma de pensar dos funcionários nas escolas.

Estes últimos apresentaram um discurso mais aprimorado e focaram questões de índole pedagógica. Supõe-se que este dado esteja relacionado com as suas atividades e o local de trabalho. Eles estão próximos dos professores e da coordenação pedagógica; têm acesso às informações, leituras e participam nas discussões. Embora sejam auxiliares, trabalham com os alunos e as suas atividades envolvem planeamento, criatividade e conhecimentos pedagógicos.

Já os serventes realizam um trabalho braçal, de rotina, que tende a ser mecânico. Nos seus discursos e registos enfatizaram as aprendizagens e as descobertas realizadas. Dando a entender que o curso trouxe conhecimentos e informações novas, as quais foram assimiladas e assumidas. E ainda, exteriorizam determinada insatisfação quanto à valorização profissional nas escolas.

Quanto ao aspecto educacional, poder-se-ia dizer que eles trabalham com o 'currículo oculto', pois estão próximos dos alunos, porém, de forma informal. Fato que pode explicar o motivo de que, até então, não se consideravam educadores embora estejam próximos dos alunos no pátio, nos corredores e demais espaços em que circulam e realizam a limpeza. A espontaneidade, característica destes ambientes informais, aproxima e propicia uma relação de amizade, também contribui para que os serventes conheçam os alunos, conversem, tenham percepções de comportamento e atitudes que dificilmente o professor conhece ou percebe em sala de aula.

Como responsáveis pela limpeza e conservação, eles circulam em todos os espaços escolares e, neste movimento entram em contato com as pessoas que compõem a comunidade educativa. Proporcionam um ambiente agradável, de bem-estar, propício à aprendizagem do aluno e à construção de relações saudáveis na escola. Embora possuam qualificações profissionais e exerçam um papel importante na escola, por vezes, ainda são vistos ou qualificadas como serviçais, 'faxineira', talvez inconscientemente, pelas direções e professores das escolas.

As cozinheiras, da mesma forma, nos seus discursos e registos manifestaram o desejo de aprender, focaram-se nos conhecimentos adquiridos, nas mudanças que o curso proporcionou e deixaram transparecer uma certa baixa autoestima, sentimento de falta de valorização do seu trabalho.

As suas funções estão relacionadas com a refeição escolar, pois realizam trabalho de rotina e mais restrito à cozinha, refeitório e despensa. São responsáveis pelo armazenamento, higienização, preparação dos alimentos, além do cuidado para que este seja nutritivo, conforme a funcionária (G) registou no Memorial: “Temos que colocar na merenda alimentos saudáveis para a criança”. Embora, no geral, elas seguem um cardápio prescrito por uma nutricionista, muitas vezes, precisam improvisar pela falta de produtos alimentícios, como descreveu a funcionária (F): “Certa vez, a escola estava deficiente de alimentos (...) resolvemos preparar uma merenda diferente e simples”. Embora não pareça, as atividades das cozinheiras são complexas. Elas precisam ficar atentas para a qualidade, a quantidade, a conservação e armazenamento dos alimentos. Além disso, diariamente, preparam e servem a refeição aos alunos, no refeitório. Ali alimentam, cuidam, educam, verificam se eles consomem ou não os alimentos, os tipos mais apreciados, orientam os alunos, organizam filas, limpam, recolhem pratos e talheres. Portanto, estão presentes neste importante momento de saciar a fome e energizar o corpo. Se a alimentação falhar, a aprendizagem em sala de aula pode ficar comprometida.

Assim como as serventes, as cozinheiras trabalham para um coletivo que repercute na aprendizagem e no bem-estar do aluno. Constatou-se que elas possuem conhecimentos e experiências e, no dia a dia unem a teoria e a prática de maneira silenciosa e discreta.

Quanto ao processo inicial dos funcionários prosseguirem os estudos, tanto os dados do Memorial quanto das entrevistas se confirmaram. As motivações, os desafios, as dificuldades e as superações constatadas nos Memoriais foram confirmadas nas entrevistas.

No que concerne às PPS, tendo em conta a fonte documental e as entrevistas, verificou-se que, para 100% dos participantes da pesquisa, a PPS foi um dos elementos mais importantes para a qualificação profissional. Segundo eles, a mesma proporcionou a oportunidade de conhecerem melhor a escola como um todo e permitiu a aproximação entre os colegas e entre estes e os alunos. Além de ter sido uma oportunidade de partilhar conhecimentos com os estudantes, superar medos, timidez, desenvolver a criatividade, aumentar a autoestima e ser reconhecido na escola, entre outros. A funcionária (H) afirmou, durante a entrevista: “As atividades que elaboramos junto com os alunos, foram a melhor parte do curso”.

Quanto às atividades da PPS, verificou-se que, de forma geral, foram direcionadas ao setor de trabalho dos funcionários. As cozinheiras trabalharam a questão da alimentação saudável, na cozinha e no refeitório, por exemplo. Já as demais funcionárias que trataram o mesmo tema com os alunos, desenvolveram atividades nas salas de aula, envolvendo outras dinâmicas. Os auxiliares pedagógicos realizaram ações de cunho pedagógico em sala de aula.

Ainda em relação às atividades da PPS, embora tímida, observa-se que a questão de género transparece nas ações desenvolvidas. As funcionárias realizaram várias atividades com os alunos relacionadas ao ensino e educação, tendo tido muita criatividade e utilizado várias dinâmicas. Já o funcionário do sexo masculino desenvolveu atividades desportivas e culturais com o objetivo de prevenção do uso de drogas e recuperação da autoestima dos alunos, imprimindo uma conotação social e política às suas ações.

Quanto às mudanças trazidas pelo curso constatou-se, através das três fontes, que o mesmo transformou a vida dos funcionários como um todo, e não apenas na questão técnica. Tal evidência vem ao encontro da proposta do Programa Profuncionário e dos Institutos Federais, cuja concepção de educação profissional se pretende que vá para além. Visa formar cidadãos livres, conscientes, participativos, conforme Pacheco, Pereira e Sobrinho (2009)

Não se trata, nesta ótica, de preparar o cidadão ou a cidadã para servir aos exclusivos interesses do mercado, como foi a tônica ao longo da história da educação profissional, mas de qualificá-los e elevar o seu grau de escolarização, capitais imprescindíveis à efetiva participação na consolidação democrática do país.

No tocante às competências específicas do curso e do perfil profissional como Técnico em Infraestrutura, não foi possível verificar se foram desenvolvidas integralmente por todos os funcionários participantes na pesquisa, visto que, nos dados recolhidos através das entrevistas e pela análise documental, não ficou evidente. Uma das razões que pode justificar é que entre os participantes da pesquisa há cozinheiras e auxiliares pedagógicos, cujas funções não estão relacionadas com a infraestrutura da escola. E entre os próprios serventes, nem todos possuem aptidão ou predisposição para o serviço de infraestrutura; suas atividades estão direcionadas à limpeza. Contudo, segundo os dados recolhidos nas três fontes, verificou-se que as competências que compõem o perfil geral do Técnico em Educação proposta pelo Profuncionário, foram amplamente desenvolvidas.

Quanto às contribuições que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar gerou na vida dos funcionários, constatou-se que foram inúmeras e transpareceram tanto nos memoriais, como nos relatórios da PPS e nas entrevistas. Destacando-se entre outras, a construção de uma nova identidade profissional em que os funcionários se reconhecem como educadores; habilidade no relacionamento com os alunos, conforme apontado pela funcionária (I): “Aprendi a lidar com os alunos e assim eu educo”. Além de mudanças na compreensão de escola e educação; nova postura profissional; comprometimento com o projeto educativo; participação nas atividades da escola e ainda superação de dificuldades e melhorias de ordem pessoal.

Em relação ao curso, os dados recolhidos nos Memoriais, nos Relatórios da PPS e nas entrevistas confirmam mudanças significativas na vida dos funcionários. Após dois anos de conclusão, 100% dos entrevistados atestaram o poder transformador do mesmo nas suas vidas, conforme se pôde comprovar

nas entrevistas. A funcionária (H) disse: “Muitas mudanças aconteceram em meu modo de pensar e agir que refletiu no meu trabalho e no meu modo de vida. (...) Estou mais crítica, reflexiva e participativa”. A funcionária (G) resumiu dizendo: “Mudou meu agir”. E a funcionária (C) afirmou: “Eu só tenho coisas boas para falar do curso. O curso me ajudou, me qualificou (...) ajudou meu currículo”. A funcionária (J) salientou que: “O curso fez com que eu voltasse a estudar e, principalmente, a gostar de aprender”. A funcionária (E) enfatizou: “O curso mudou muito a visão de ver o que é a educação. (...) A gente tinha uma visão muito pequena, hoje não, ampliou mais e dá vontade de estudar mais, aprender mais, ficar mais por dentro do que acontece na educação”. Ainda sobre o curso, a funcionária (J) reafirmou: “Me ajudou mais pessoalmente, me sinto mais segura, consigo falar, dar opinião”.

Destacam-se, também, algumas considerações que os mesmos funcionários escreveram, seja nos relatórios da PPS ou nos Memoriais, reiterando assim as informações. A funcionária (E) escreveu no Memorial, “Tive um ótimo crescimento como pessoa durante o aprendizado”. Neste mesmo sentido, a funcionária (A) escreveu no seu relatório: “Neste período de grande aprendizagem, tive grandes oportunidades de colocar em prática o que aprendi no curso e poder aplicar na escola e participar ativamente neste ambiente repleto de possibilidades”. Através do Memorial, a funcionária (D) registou o seu crescimento profissional: “Para o meu desenvolvimento profissional este curso foi muito providencial, gostei muito”. Já a funcionária (G) apontou no relatório, as experiências realizadas, a aquisição de habilidades no relacionamento com as crianças e com os colegas professores. “Durante o curso de infraestrutura tive novas experiências, aprendi como interagir com as crianças, tive uma ótima relação profissional com os professores e setores da escola, que até então não havia, apesar de estar há anos na escola”. A funcionária (I) registou no Memorial: “O curso influenciou na minha vida profissional, melhorou muito, trabalho com mais motivação e esperança”. A funcionária (F) escreveu no relatório: “Esse curso veio para eu sentir o gosto bom que tem o aprender, renovou meus sonhos”.

Convém esclarecer que, além das contribuições a nível profissional, verificou-se através das entrevistas, que o curso repercutiu, também, na vida pessoal e familiar, conforme a funcionária (B), “As questões da educação sim, aproveito no trabalho e no pessoal. Já da infraestrutura não coloco muito em prática na escola, mas em casa, sim”. Neste mesmo sentido, a funcionária (C) falou na entrevista: “ O curso foi bom para mim, enriqueceu meu currículo e meu aprendizado”.

Sendo assim, pode-se afirmar que o curso inovou e transformou os funcionários das escolas. Os conhecimentos e as experiências adquiridas capacitaram profissionalmente, aprimoraram as relações e tiveram impacto, também, na vida pessoal e familiar dos funcionários. Contudo, na questão salarial não houve impacto. Embora este dado não tenha aparecido nos documentos analisados, os participantes na pesquisa foram inquiridos sobre a questão nas entrevistas e 100% deles afirmaram que não houve aumento salarial pela qualificação como Técnicos em Infraestrutura Escolar. A fala da funcionária (A) sintetiza o que os demais colegas expressaram nas entrevistas:

O município não valoriza os cursos que a gente faz só se fosse professor aí sim, ganha algo a mais. Tudo o que o professor for fazer a mais de cursos, vai ganhar uma gratificação, mas para o funcionário não é assim. Por mais que se estude, que tenta se formar não tem apoio. A gente sabe que vai fazer só pelo lado pessoal não pelo profissional, digo de aumento de salário. Poderia ser diferente, né. No município a gente faz porque quer melhorar, mas não vai ter o reconhecimento na remuneração.

A falta de reconhecimento na questão salarial explica-se por não haver plano de carreira para os funcionários, tanto da rede municipal como da rede estadual. Já para os docentes, de ambas as redes, existe plano de carreira e eles são recompensados financeiramente, conforme suas qualificações. Diante desta realidade há duas observações pertinentes: o reconhecimento e a gratidão a estes funcionários que, mesmo conscientes de que não teriam maior remuneração com o título de Técnicos em Infraestrutura Escolar, qualificaram-

se e concluíram o curso com êxito; segundo, estes trabalhadores precisam se unir e, conjuntamente, lutar por um plano de carreira no qual sejam reconhecidos profissionalmente e recompensados conforme suas qualificações.

Ao concluir o processo de triangulação dos dados, releva-se que não houve discordâncias entre as informações obtidas através da análise documental e recolhidas nas entrevistas, tendo, ambas as fontes, sido complementares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Se não houver frutos, valeu a beleza das flores;
Se não houver flores, valeu a sombra das folhas;
Se não houver folhas, valeu a intenção da semente”.*
Henfil

Esta dissertação, vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas do Instituto Politécnico do Porto, procurou verificar o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve na vida profissional dos alunos, no exercício das suas funções enquanto funcionários das escolas. Para tanto, contou com cinco objetivos específicos que orientaram a pesquisa:

- Caracterizar a Rede Federal de Educação identificando os avanços que a mesma trouxe para a educação e o desenvolvimento do país;
- Analisar a importância da formação profissional para a qualificação dos funcionários das escolas;
- Identificar que tipos de contribuições decorreram do Programa Profucionário e do curso Técnico em Infraestrutura Escolar na formação dos funcionários;
- Conhecer as ações realizadas pelos funcionários durante a Prática Profissional Supervisionada e se estas colaboraram para a profissionalização dos mesmos;
- Analisar a matriz curricular e o perfil do Técnico em Infraestrutura Escolar proposto pelo Programa Profucionário.

O estudo conta com um aporte teórico fundamentado na legislação brasileira e em bibliografias relacionadas ao tema. Sendo assim, o primeiro capítulo apresentou o enquadramento teórico, no qual procurou-se caracterizar e mostrar o desenvolvimento da Rede Federal desde a sua origem até os dias atuais. Neste processo de desenvolvimento, situam-se os Institutos Federais criados em 2008 e, entre eles, o Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia Farroupilha e o Campus Avançado Uruguaiana, que serviu de Polo para a realização do curso. Neste mesmo capítulo contextualizou-se o surgimento do Programa Profuncionário e suas características, fez-se referência ao curso em estudo e aos destinatários da formação, os funcionários das Escolas de Educação Básica.

O segundo capítulo apresentou a trajetória metodológica da investigação. É um estudo de caso com abordagem qualitativa, cuja recolha de dados contemplou três fontes de pesquisa: a análise do Memorial Reflexivo, o Relatório da PPS e entrevista semiestruturada com os mesmos sujeitos. As três fontes revelaram-se instrumentos eficazes para identificar a caminhada e o impacto que o curso teve na vida profissional dos funcionários e, também, nas escolas onde trabalham. Não houve divergência entre os dados recolhidos, seja nos documentos elaborados durante o curso, seja através das entrevistas, dois anos após a conclusão do mesmo.

Os dados foram tratados e interpretados pela técnica de análise de conteúdo, cujos resultados constituíram o terceiro capítulo. No término do processo foi possível estabelecer conclusões relativas aos objetivos propostos.

Quanto ao primeiro objetivo referente à Rede Federal de Educação, através do referencial teórico e acrescido com a recolha de dados, foi possível verificar que a mesma teve relativa influência na educação brasileira ao longo da história. Tornou-se mais expressiva a partir de 2008 com a criação dos Institutos Federais. Estes trouxeram significativos avanços na educação, na vida dos indivíduos, das comunidades, dos municípios e para o desenvolvimento do país. Visto que, os Institutos possuem uma proposta educativa diferenciada e através do ensino, da pesquisa e da extensão estão presentes em todo o território nacional, seja através das centenas de *Campi*, Centros de Referências ou dos Polos de Educação à Distância. No tocante ao estudo, mais especificamente aos funcionários finalistas do curso Técnico em Infraestrutura Escolar, destaca-se o desenvolvimento da autoestima, a qualificação e construção de uma identidade profissional e a inserção destes indivíduos no mundo virtual e tecnológico.

Em relação ao segundo objetivo, constatou-se que a formação profissional é importante para a qualificação dos funcionários das escolas. Visto que, não lhes é exigido nenhuma qualificação específica para o ingresso na função, a não ser a prova do concurso público. Baseado nos dados recolhidos pode-se afirmar que os conhecimentos adquiridos, já durante o curso, desencadearam um processo de mudanças no pensar e no agir dos funcionários. Além de mudanças na compreensão de educação, de aluno, de escola e de si próprios como profissionais. Elementos que concorrem para o melhor desempenho das funções e enriquecem as escolas. Logo, pode-se afirmar que a formação profissional é importante para a qualificação dos funcionários das escolas. Acredita-se que somente com funcionários qualificados, será possível pensar em melhorias no ambiente escolar como um todo. Além de que a qualificação profissional é um dos requisitos para se chegar às almejadas mudanças educacionais e sociais.

Em relação ao terceiro objetivo, foi possível identificar as contribuições que decorreram do Programa Profuncionário e do curso Técnico em Infraestrutura Escolar na formação dos funcionários das escolas. O curso teve impacto efetivo na vida profissional, nas escolas e, também, na vida pessoal dos funcionários. Produziu uma nova visão de mundo, de escola, de educação e de aluno. Despertou um processo de autoconhecimento, valorização pessoal e melhoria na autoestima. Trouxe novos conhecimentos, despertou a consciência crítica e desenvolveu a capacidade de reflexão, como também, de argumentação fazendo com que os funcionários se sintam seguros e à vontade em participar em reuniões de estudos e emitir opiniões. Possibilitou maior compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Suscitou um novo olhar para os diferentes espaços educativos da escola e interação com os alunos. Despertou nova postura profissional, através da qual os funcionários compreendem-se, também, como educadores e agem em conformidade. Estimulou o protagonismo profissional, fazendo-os sair do anonimato e comprometeram-se com o projeto educativo da escola. Fortaleceu e ampliou as relações interpessoais, além da capacidade de lidar com diferentes opiniões. Despertou

o desejo de conhecer, de aprender, de adquirir mais qualificação profissional. Serviu para superar o medo do computador, despertar o gosto pelo uso da tecnologia e inseriu-os no mundo virtual. Além da percepção de que a construção de uma identidade profissional e a formação humana é mais importante do que aprender dados técnicos.

Finalizando, o curso fez com que os funcionários se sintam mais gente, cidadãos e profissionais. Constatou-se, também que, embora não em todas, o curso teve impacto nas escolas, ajudou a melhorar as relações interpessoais e trouxe uma nova compreensão profissional dos docentes em relação aos funcionários, Técnicos em Infraestrutura Escolar.

Quanto ao quarto objetivo da pesquisa, procurou-se conhecer as ações realizadas pelos funcionários durante a Prática Profissional Supervisionada e verificar se estas colaboraram para a profissionalização dos mesmos. Pela análise dos Relatórios, foi possível identificar as inúmeras ações e projetos desenvolvidos pelos funcionários durante a PPS e como estas foram decisivas para as mudanças ocorridas e para a qualificação dos mesmos. Através delas, os funcionários tornaram-se multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, trabalharam temas de relevância educacional e social com os alunos e continuam neste processo. Além disso, envolveram-se com as dinâmicas, as atividades da escola, da comunidade e interagiram com os alunos. Portanto, os funcionários, em conjunto com a comunidade educativa, através de pequenas ações no dia a dia demonstraram que podem contribuir para a educação das gerações mais novas e suscitar mudanças mais amplas.

Quanto ao quinto objetivo: analisar a matriz curricular e o perfil do Técnico em Infraestrutura Escolar proposto pelo Programa Profuncionário, foi possível constatar que os funcionários tiveram mais afinidade com os conteúdos dos módulos de formação pedagógica e de formação técnica geral. E os conhecimentos adquiridos nestas disciplinas foram aplicados na escola, de modo geral. Apenas uma funcionária salientou a importância dos conteúdos técnicos, específicos para o seu trabalho, e que estes estão sendo úteis para a sua função na escola. Deste modo, observou-se que os conhecimentos

pedagógicos foram considerados mais importantes do que conteúdos técnicos e mecânicos e decisivos para desencadear o processo das mudanças ocorridas.

Baseado neste dado, verificou-se que o perfil profissional como Técnico em Infraestrutura Escolar pode ter ficado aquém. Neste ponto, considera-se que este objetivo não foi plenamente alcançado. Sugere-se um estudo mais aprofundado sobre a questão em pesquisas posteriores. Visto que, ficou uma dúvida, se para a qualificação profissional, os funcionários necessitam de maior formação humana geral ou de formação técnica, específica conforme sua função. Ou ainda se, no caso em estudo, os funcionários no desempenho de suas funções diárias não se envolvem com questões de infraestrutura e o perfil pessoal não se afina com questões técnicas.

Antes de concluir esta pesquisa, é oportuno destacar as solicitações dos funcionários ao Instituto Federal Farroupilha e ao Campus Avançado Uruguaiana, durante as entrevistas. A funcionária (G) solicitou: “Eu gostaria de dizer ao Instituto que incentivasse para mais gente fazer os cursos. Para mim, (...) valeu muito a pena”. Na mesma linha a funcionária (F), observou, “Deveria ter mais cursos destes, mais oportunidades para as pessoas crescerem porque, valeu a pena. A gente aprendeu muito”. Da mesma forma, a funcionária (B) falou: “Gostaria que olhassem mais para os funcionários e abrissem mais cursos. Para nós, é super bom. Estas ofertas são valiosíssimas como o nosso curso, porque pra nós o que muda no dia a dia, nossa, é sem palavras”. A funcionária (H) reafirmou a ideia e salientou ainda, o impacto positivo que teria nas escolas se mais funcionários tivessem a oportunidade de se qualificar profissionalmente.

Teria que abrir mais cursos, para mais pessoas fazer. Porque se mais pessoas fizessem daria uma valorização para os funcionários, né. Professor é sempre professor, ele já é preparado, mas o funcionário tem carência de mais preparação, de se capacitar mais. E se abrangesse mais funcionários seria ótimo para o desenvolvimento da escola como um todo (...) melhoraria bastante no sentido geral.

Por fim, salienta-se que esta pesquisa, de forma alguma é conclusiva, visto que, a vida é dinâmica, assim como as ciências. E o próprio Programa Profucionário compreende o ser humano como inconcluso, um eterno 'vir ser'. Além do mais, o estudo apresentou limites como: bibliografia reduzida, visto que, o Programa é relativamente novo, e a limitada experiência investigativa da pesquisadora. Sendo assim, esta investigação não é afirmativa e nem tão pouco pretende generalizar ou afirmar que os resultados obtidos, podem ser estendidos a todos os funcionários que concluíram o curso no Campus Avançado Uruguaiana ou em outro lugar do país, embora haja indícios.

No entanto, apesar das limitações, acredita-se que a mesma pode ser um pequeno ensaio para discussões e estudos posteriores acerca do tema. Além disso, poderá contribuir, como um elemento para avaliação institucional do Instituto Farroupilha, do Campus Avançado Uruguaiana e, por que não dizer do próprio curso Técnico em Infraestrutura Escolar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bessa, D. (2012). *Homem, pensamento e cultura: Abordagem Filosófica e Antropológica*. Caderno nº 3 – Profucionário – E-TEC Brasil . Cuiabá: UFMT.
- Chaves, F. M. (2007). *A Escola não vive só com o Professor: os funcionários administrativos de escolas municipais do Rio de Janeiro*. In Anais ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História – 2007, (Online). Acedido em 7 de outubro de 2017. Disponível em <http://anais.anpuh.org/?p=18197>.
- CONIF (2009). *Histórico*. Acedido em 04 de novembro de 2017. Disponível em <http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/historico-do-conif>.
- Delors, J. (1998). *Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* (9a ed.). São Paulo: Cortez.
- Dicionário Aurélio. Acedido em 31 de outubro de 2017. Disponível em <https://dicionariodoaurelio.com/funcionario>.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido* (40a ed.). RJ: Paz & Terra.
- Freire, P. (2018). *Educação e mudança* (37a ed.). RJ: Paz & Terra.
- Freitas, O. (2012). *Produção textual na educação escolar* (4a ed.). Caderno Profucionário. Rede E-Tec Brasil. Cuiabá: UFTM.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2012). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, R. (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis: Vozes.

Hack, J. R. (2011). *Introdução à Educação a Distância - (online)*. Acedido em 13 de julho de 2017. Disponível em <https://ead.ufsc.br/portugues/files/2012/04/livrointrodu%C3%A7%C3%A3o-a-EAD.pdf>.

Hermida, J. F., & Bonfim, C. R. S. (2006). A Educação à Distância: História, Concepções e Perspectivas. *HISTEDBR (Online)*, (nº especial), 166–181. Acedido em 01 de dezembro de 2017. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf.

IFFar/IFRN (2013). Acordo de Cooperação Técnica nº 147, de 17 de setembro de 2013. Estabelece cooperação técnica entre o IFNR e o IFFar para promoção, via educação à Distância a formação técnica em nível médio de funcionários que trabalham nos sistemas de educação básica pública em todo o território nacional, por meio de colaboração no desenvolvimento dos cursos Profucionários. Acedido em 17 de setembro de 2017. Disponível em <http://portal.iffarroupilhaead.edu.br/>.

Instituto Federal Farroupilha (2014a). *PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional*. Acedido em 26 de julho de 2017. Disponível em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>.

Instituto Federal Farroupilha (2014b). Portaria nº 0139, de 30 de janeiro de 2014. Resolve autorizar o funcionamento do Campus Avançado Uruguaiana, vinculado ao Campus São Borja. Acedido em 04 de setembro de 2017. Disponível em <http://portal.iffarroupilhaead.edu.br>.

Leal, R. B. (2005). A importância do tutor no processo de aprendizagem a distância. *Revista ibero-americana de Educación (Online)*, 36(3), 1-6. Acedido em 12 de novembro de 2017. Disponível em <https://rieoei.org/historico/deloslectores/947Barros.PDF>.

Leão, R. F., Cleide, F. & Fernandes, F. C. (2009). Organização e Valorização dos Funcionários: cenário atual e desafios. *Retratos da Escola (Online)*, 5(3), 313-323. Acedido em 25 de outubro de 2017. Disponível <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/25/349>.

- MEC (2004). *Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola*. Acedido em 11 de agosto de 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/em_cena.pdf.
- MEC (2009). *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional*. Acedido em 24 de agosto de 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf.
- MEC (2012). *Orientações Gerais*. Caderno Profucionário – E-TEC Brasil. Cuiabá: UFMT.
- MEC (2015). *Orientações Gerais*. Caderno Profucionário – E-TEC Brasil. Cuiabá: UFMT.
- Melo, M. T. L. (2009). O chão da escola - Construção e afirmação da Identidade. *Retratos da Escola (Online)*, 3(5), 391-397. Acedido em 6 de outubro de 2017. Disponível em <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/31>.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2012). *Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade* (31a ed.). São Paulo: Vozes.
- Mineirinhos, M., & Osório, A. (2010). Investigação em Educação - O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER, (Online)*, 2(2), 49-65. Acedido em 15 de setembro de 2017. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- Monlevade, J. A. C. (2009). História e construção da identidade. Compromissos e expectativas. *Retratos da Escola (Online)*, 3(5), 339-352. Acedido em 18 de agosto de 2017. Disponível em retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/27.

- Monlevade, J. A. C. (2012). *Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores*. Caderno nº 1 – Profucionário – E-TEC Brasil. Cuiabá: UFTM.
- Moraes, W. C. B. (2012). *Direito Administrativo e do Trabalho*. Caderno Profucionário. Rede E-Tec Brasil. (4Ed.). Cuiabá: UFTM.
- Pacheco, E. M., Pereira, L. A. C., & Sobrinho, M. D. (2009). Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *T&C Amazônia (Online)*, 7(16), 2-7. Acedido em 01 de agosto de 2018. Disponível em http://tecamazonia.com.br/wpcontent/uploads/2017/03/revista_tec_ed16.pdf.
- Pacheco, E. (2011). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In E. Pacheco (Org.). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (pp. 13-32). São Paulo: Moderna.
- Padoin, E., & Amorin, M. P. (2016). *O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais neste contexto*. In Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, Santa Catarina (pp.1-14). Acedido em 02 de agosto de 2018. Disponível em http://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473984255_ARQUIVO_ARTIGOSNHCTENVIADO.pdf.
- Perrenoud, P. (1999). *Construir as Competências desde a Escola*. Porto Alegre: Artmed.
- Presidência da República (1906). Decreto nº 6.235, de 22 de novembro de 1906. Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2:787\$500, suplementar ao do art. 9º, § 1º, da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905. *Diário Oficial*, 24/11/1906, p. 6460 (Publicação Original). Acedido em 22 de setembro de 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6235-22-novembro-1906-513512-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Presidência da República (1909). Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial*, 26/9/1909, p. 6975. Acedido em 22 de setembro de 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Presidência da República (1937). Constituição da República Federativa do Brasil de 1937. *Diário Oficial da União*, em 10 de out. de 1937. Acedido em 22 de setembro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm.

Presidência da República (1937). Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, em 15 de janeiro de 1937, p. 1210. Acedido em 23 de setembro de 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Presidência da República (1942). Decreto/Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da Rede Federal de estabelecimentos de ensino industrial. *Diário Oficial da União*, 27 de fevereiro de 1942, Seção 1, p. 2957. Acedido em 27 de setembro de 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Presidência da República (1971). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, em 12 de agosto de 1971, Seção 1, p. 6377. Acedido em 27 de setembro de 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Presidência da República (1978). Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, em 4 de julho de 1978. Acedido em 28 de setembro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L6545.htm.

Presidência da República (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, de 05 de outubro de 1988. Acedido em 29 de setembro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Compilado.htm.

Presidência da República (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, de 23 de dezembro de 1996. Acedido em 30 de setembro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm.

Presidência da República (1997). Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 18 de abril de 1997. Seção 1, p. 7760. Acedido em 06 de outubro de 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-norma-pe.html>.

Presidência da República (1998). Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). *Diário Oficial da União*, dia 10 de fevereiro de 1998. Acedido em 06 outubro de 2017. Disponível em portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf.

Presidência da República (1999). Parecer CNE Nº 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. *Diário Oficial da União*, em 8 de dezembro de 1999. Acedido em 13 de outubro de 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf.

Presidência da República (2005). Parecer CNE/CEB nº 16, de 3 de agosto de 2005. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Publicado dia 3 de agosto de 2005. Acedido em 20 de outubro de 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf.

Presidência da República (2007). Portaria Normativa nº 25, de 31 de maio de 2007. Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIÓNÁRIO, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, de 1 de junho de 2007. Acedido em 13 de julho de 2017. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc_port25.pdf.

Presidência da República (2008). Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. *Diário Oficial da União*, em 26 de setembro de 2008, seção I, p. 3. Acedido em 10 de outubro de 2017. Disponível em http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/servidores/estagios/3-LEGISLACAO-DEESTAGIO.pdf.

Presidência da República (2008). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. *Diário Oficial da União*, de 30 de dezembro de 2008. Acedido em 09 de julho de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/l11892.htm.

Presidência da República (2009). Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 de Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. *Diário Oficial da União*, em 7 de agosto de 2009. Acedido em 25 de agosto de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm

Presidência da República (2010). Decreto 7.415, de 30 de dezembro de 2010. Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profuncionário, e dá outras providências. Acedido em 16 de julho de 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7415-30-dezembro-2010-609907-norma-pe.html>.

Presidência da República (2011). Portaria do MEC nº 1.547, de 24 de outubro de 2011. Altera dispositivos da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007. *Diário Oficial da União*, em 25 out 2011. Acedido em 03 de outubro de 2017. Disponível em http://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1547-2011_234644.html.

Presidência da República (2013). Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. *Diário Oficial da União*, em 31 de dezembro de 2013. Acedido em 20 de julho de 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>.

Presidência da República (2016). Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. *Diário Oficial da União*, de 10 de maio de 2016. Acedido em 23 de julho de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2016/Decreto/D8752.htm.

- Presidência da República (2017). Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional. *Diário Oficial da União*, de 26 de 2017. Acedido em 28 de setembro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Decreto/D9057.htm.
- Silva, M. A. (2012). *Educadores e educandos: tempos históricos* (4a ed.). Caderno nº 2 Profucionário. Rede E-Tec Brasil. Cuiabá: UFMT.
- Vidor, A., Rezende, C., Pacheco, E., & Caldas, L. (2011). Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008: comentários e reflexões. In E. Pacheco (Org.). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (pp. 47-113). São Paulo: Moderna.
- Vieira, J. M. D. (2009). Funcionários da Educação O caso do Brasil é singular? *Retratos da Escola (Online)*, 3(5), 325-338. Acedido em 29 de setembro de 2017. Disponível em <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/26>.
- Werle, F. O. C. (2005). Terceirização e democratização na instituição escolar: serviços de merenda e limpeza. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (Online)*, 21(1/2), 115-135. Acedido em 6 de outubro de 2017. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/23512/13601>.

ANEXOS

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Curso Técnico em Infraestrutura Escolar: impactos na vida profissional dos alunos

Pesquisador: DENISE ADAMS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 86697218.6.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.643.344

Apresentação do Projeto:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Devidamente apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer ad referendum pela aprovação.

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



Continuação do Parecer: 2.643.344

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1093039.pdf	27/04/2018 09:16:53		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE_2.docx	27/04/2018 09:16:18	DENISE ADAMS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE_1.docx	27/04/2018 09:15:34	DENISE ADAMS	Aceito
Outros	roteiro_entrevista_validada.docx	14/03/2018 14:13:58	DENISE ADAMS	Aceito
Outros	autorizacao_institucional.docx	14/03/2018 14:10:55	DENISE ADAMS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_confabilidade.pdf	14/03/2018 14:09:35	DENISE ADAMS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_pesquisador.pdf	14/03/2018 14:08:24	DENISE ADAMS	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	14/03/2018 14:02:18	DENISE ADAMS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	14/03/2018 13:58:15	DENISE ADAMS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	14/03/2018 13:57:23	DENISE ADAMS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 08 de Maio de 2018

Assinado por:
GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador)

APÊNDICES

APÊNDICE A:

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO:
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Título do Estudo: Curso Técnico em Infraestrutura Escolar: impacto na vida profissional dos alunos

Instituição: Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação

Orientadora: Prof^a Doutora Paula Cristina Romão Pereira

Pesquisador: Mestranda Denise Adams

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Senhor,

Eu Denise Adams, convido-o a participar como voluntário desta pesquisa, vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas do Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação, através de uma entrevista. A participação no estudo não acarretará despesas e nem remuneração. Previamente, serão marcados data, local e horário para a realização mesma.

Você é convidado a responder às perguntas da entrevista de forma totalmente livre. Antes de consentir em participar desta pesquisa é indispensável que seja informado e tenha compreendido o objetivo da mesma e recebido as orientações deste documento. Como voluntário participante desta pesquisa, a qualquer momento poderá desistir da mesma, sem nenhum prejuízo de sua parte.

Objetivo do estudo: Verificar o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profuncionário teve na vida profissional dos alunos

concluintes, hoje Técnicos em Infraestrutura Escolar e funcionários das Escolas de Educação Básica da Rede Pública;

Procedimentos de Estudo: Se optar por participar neste estudo, ser-lhe-á feita uma entrevista individual que será gravada em áudio, transcrita e o seu conteúdo será utilizado, de forma sigilosa e anónima. Estima-se que a entrevista durará aproximadamente 20 minutos.

Participação da pesquisa: A recolha de dados através da entrevista será realizada aos alunos que finalizaram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, do Campus Avançado Uruguaiiana.

Riscos: As informações a serem recolhidas através da entrevista estão relacionadas às suas experiências profissionais como aluno egresso do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar. Estima-se que serão mínimos e não apresentarão riscos potenciais ou reais à sua dimensão física, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual em qualquer fase. Você poderá optar em autorizar ou não a entrevista.

Benefícios: Com este trabalho pretende-se recolher dados que poderão servir para a avaliação do Programa Profuncionário e do curso em estudo, bem como revelar indicadores para novas ofertas de cursos, na mesma modalidade, no Campus Avançado Uruguaiiana e contribuir no processo de formação académica de estudantes e outros pesquisadores interessados.

Sigilo: Os dados recolhidos são confidenciais. Apenas a sua opinião interessa e não há respostas certas ou erradas.

Nestes termos eu _____ aluno (a) egresso (a) do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar – Programa Profuncionário – ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, Polo Campus Avançado Uruguaiiana, concordo em participar do estudo (dissertação de Mestrado), a ser realizada pela Mestranda Denise Adams, aluna do Instituto Politécnico do Porto sob a

orientação da Prof.^a. Doutora Paula Cristina Romão Pereira. Declaro que recebi todas as informações sobre os procedimentos da investigação que visa verificar o impacto que o referido Curso teve na vida profissional dos alunos. E para atingir tal objetivo aceito colaborar com a recolha de dados participando da entrevista individual. Permito que a mesma seja gravada, transcrita e o conteúdo poderá ser divulgado pela pesquisadora, desde que sejam mantidos o sigilo e o anonimato e que, em qualquer hipótese, não seja mencionada a identificação dos participantes envolvidos neste estudo. Compreendendo como identificação, o nome e os dados pessoais dos envolvidos. Fazendo parte da amostra deste estudo estou ciente de que não terei benefícios financeiros, mas também não terei ônus. Declaro que fui informado(a) que me posso retirar do estudo a qualquer momento.

Estou ciente de que a académica do Curso de Mestrado Especialização em Administração das Organizações Educativas, responsável pelo desenvolvimento deste estudo, é Denise Adams sob a orientação da Prof.^a Doutora Paula Cristina Romão Pereira.

Uruguaiana, ____/____/ 2018.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Pesquisador: Denise Adams

Telefone: (55) 98145-0847

E-mail: denise.adams@iffarroupilha.edu.br

Endereço: Rua João Lunardini, 704 – São Borja – RS.

Orientadora: Prof.^a. Doutora Paula Romão Pereira

APÊNDICE B:

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO:
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Título do Estudo: Curso Técnico em Infraestrutura Escolar: impacto na vida profissional dos alunos

Instituição: Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação

Professora Orientadora: Doutora Paula Cristina Romão Pereira

Pesquisadora: Denise Adams

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Prezado Técnico em Infraestrutura Escolar,

Esta entrevista está vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas do Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação e tem por objetivo verificar impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar teve trouxe na vida profissional dos alunos. Não há respostas certas ou erradas, interessa apenas a sua opinião.

SECÇÃO I - TRAJETÓRIA PROFISSIONAL COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

- Fale sobre a sua trajetória no serviço público:
 - . Qual a sua idade e género?
 - . Como ingressou no serviço público, há quantos anos trabalha e qual foi sua função inicial na escola.
 - . Já trabalhou em mais do que uma escola pública?
 - . Que função exerce atualmente; já trabalhou em outros setores da mesma escola?
 - . Indique o tipo de tarefas que desempenha atualmente e qual o seu horário de trabalho.

SECÇÃO II - INSCRIÇÃO NO CURSO TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- Indique como decidiu inscrever-se no curso técnico em infraestrutura escolar:

. Como ficou sabendo da oferta do curso Técnico em Infraestrutura Escolar?

. Qual foi sua motivação para iniciar o curso?

. Ao iniciar o curso, você teve alguma dificuldade em relação ao uso do computador, acesso na plataforma AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e em participar dos encontros presenciais? Se houve alguma destas dificuldades, como conseguiu superá-las?

SECÇÃO III - DO CURSO TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- Relativamente Curso ao Técnico em Infraestrutura Escolar:

. Quais os conteúdos estudados que foram mais marcantes e por quê?

. Foi possível colocar em prática o que aprendeu no curso?

. Fale-nos pouco da PPS o que você fez, se a mesma contribuiu para o seu crescimento profissional, para melhorar a educação dos alunos e a própria escola.

SECÇÃO IV - A PARTIR DO CURSO TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- Informe-nos sobre o que aconteceu após a conclusão do curso:

. Agora que você é um Técnico em infraestrutura escolar sente-se mais reconhecido no seu trabalho? É convidado e participa em reuniões, planeamentos, conselhos, cursos, palestras ou outras atividades da escola ou município, além do seu trabalho do dia a dia?

. Atualmente reconhece-se como educador? Diga-nos como, no dia a dia, põe em prática a sua vertente de educador.

. O curso ajudou na progressão da carreira? Teve alguma recompensa salarial em função da qualificação como Técnico em Infraestrutura Escolar?

. O curso proporcionou outro tipo de melhorias na sua vida e que gostaria de compartilhar?

SECÇÃO V - PERCEPÇÃO DO IMPACTO QUE O CURSO TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR TROUXE EM RELAÇÃO AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL.

. O curso despertou interesse pelo estudo, a necessidade de aperfeiçoamento profissional, a procura por outros cursos, participação em palestras, reuniões.

. Em que aspectos você se sente mais qualificado profissionalmente a partir do curso?

SECÇÃO VI - MENSAGEM PARA UM COLEGA

. O que diria a um colega se ele tivesse a oportunidade de iniciar o curso Técnico em Infraestrutura Escolar atualmente?

APÊNDICE C:

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO:
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Título do Estudo: Curso Técnico em Infraestrutura Escolar: impacto na vida profissional dos alunos

Instituição: Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação

Professora Orientadora: Dra. Paula Cristina Romão

Mestranda: Denise Adams

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Senhor,

Eu Denise Adams, convido-o a participar desta pesquisa, vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação: Administração de Organizações Educativas do Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação, autorizando a análise do seu Relatório da Prática Profissional Supervisionada e do Memorial Reflexivo, produzidos durante o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar.

Você é convidado a autorizar ou não, a análise do relatório da Prática Profissional Supervisionada e do Memorial Descritivo produzidos a partir de seus estudos e suas práticas durante o curso Técnico em Infraestrutura Escolar ocorrido no Campus Avançado Uruguaiana.

Objetivo do estudo: Verificar o impacto que o curso Técnico em Infraestrutura Escolar do Programa Profuncionário teve na vida profissional dos alunos concluintes, hoje Técnicos em Infraestrutura Escolar e funcionários das Escolas de Educação Básica da Rede Pública;

Procedimentos de Estudo: Se optar por autorizar a análise dos documentos estes serão lidos e analisados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Participação da pesquisa: A recolha de dados através da análise documental será realizada nos documentos produzidos pelos alunos que concluíram o curso Técnico em Infraestrutura Escolar, no Campus Avançado Uruguaiana.

Riscos: As informações a serem recolhidas através da análise documental estão relacionadas aos seus registos ocorridos durante o Curso Técnico em Infraestrutura Escolar. Estima-se que os riscos deste procedimento são mínimos por envolver apenas a análise documental e não apresentarão riscos potenciais ou reais à sua dimensão física, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual em qualquer fase. Você poderá optar em autorizar ou não a análise dos documentos.

Benefícios e vantagens: Com este trabalho pretende-se recolher dados que poderão servir para a avaliação do Programa Profucionário e do curso em estudo, bem como revelar indicadores para novas ofertas de cursos, na mesma modalidade, no Campus Avançado Uruguaiana e contribuir no processo de formação acadêmica de estudantes e outros pesquisadores interessados. Portanto, os benefícios e vantagens em participar deste estudo consistem em colaborar para que os o mesmo alcance seus objetivos e assim levantar indicadores para o Programa Profucionário, o curso e o Campus, como também, avançar nos estudos e reflexões sobre o tema.

Sigilo: Os dados fornecidos por você terão sua privacidade e sigilo garantidos pelos responsáveis da pesquisa. Os participantes não serão identificados em nenhum momento, seja no decorrer da pesquisa ou na divulgação da mesma.

Nestes termos eu _____ aluno (a) egresso (a) do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar – Programa Profucionário – ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, Polo Campus Avançado

Uruguaiana, concordo em participar do estudo (dissertação de Mestrado), a ser realizado pela Mestranda Denise Adams, aluna do Instituto Politécnico do Porto sob a orientação da professora Dra. Paula Cristina Romão Pereira. Declaro que recebi as informações sobre a investigação que visa verificar o impacto que o referido Curso trouxe na vida profissional dos alunos. E para atingir tal objetivo aceito colaborar com o estudo, autorizando a mestranda Denise Adams analisar e recolher dados no Relatório da Prática Profissional Supervisionada (PPS) e no Memorial Descritivo ambos produzidos por mim durante o curso Técnico em Infraestrutura Escolar; desde que sejam mantidos o sigilo e o anonimato e que, em qualquer hipótese, não será mencionada a identificação dos participantes envolvidos neste estudo. Compreendendo como identificação, o nome e os dados pessoais dos envolvidos. Estou consciente de que não terei benefícios financeiros, mas também não terei ônus em participar da pesquisa.

A acadêmica do Curso de Mestrado em Especialização em Administração das Organizações Educativas responsável pelo desenvolvimento deste estudo é Denise Adams, sob a orientação da professora Dr.ª Paula Cristina Romão Pereira.

Uruguaiana, ____/____/ 2018.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Pesquisador: Denise Adams

Telefone: (55) 3431-1453

(55) 98145-0847 (55) 99113-5526

E-mail: denise.adams@iffarroupilha.edu.br

Endereço: Rua João Lunardini, 704 – São Borja - RS

Orientadora: Prof.ª. Doutora Paula Romão Pereira

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Rua Esmeralda, 430, Bairro Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Sul-Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone:

(61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br